

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

FERNANDA FIGUEIREDO RODRIGUES CHINELLATO DE LIMA

**SAÚDE DOCENTE, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUPORTE SOCIAL NO
CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA**

Varginha/MG

2021

FERNANDA FIGUEIREDO RODRIGUES CHINELLATO DE LIMA

**SAÚDE DOCENTE, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUPORTE SOCIAL NO
CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública
e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas.
Área de Concentração: Gestão Pública e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Donizete de
Carvalho

Varginha/MG

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

L732s Lima, Fernanda Figueiredo Rodrigues Chinellato de.
Saúde docente, condições de trabalho e suporte social no contexto da escola pública / Fernanda Figueiredo Rodrigues Chinellato de Lima. - Varginha, MG, 2021.
112 f. -

Orientadora: Virgínia Donizete de Carvalho.
Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2021.
Bibliografia.

1. Trabalho - Aspectos psicológicos. 2. Escolas públicas - Trabalho. 3. Saúde - Trabalho. I. Carvalho, Virgínia Donizete de. II. Título.

CDD – 158.7

SAÚDE DOCENTE, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUPORTE SOCIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 01 de setembro de 2021

Prof. Dr. Virgínia Donizete de Carvalho
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Gabriel Rodrigo Gomes Pessanha
Instituição: Universidade Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Livia de Oliveira Borges
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Virgínia Donizete de Carvalho, Professor do Magistério Superior**, em 01/09/2021, às 21:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Rodrigo Gomes Pessanha, Professor do Magistério Superior**, em 01/09/2021, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia de Oliveira Borges, Usuário Externo**, em 02/09/2021, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0583096** e o código CRC **E5B292BB**.

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre lutaram para garantir minha educação. Tenho neles um exemplo de vida. O apreço pelos livros e pelo conhecimento, amor ao serviço público e a retidão, com certeza, são legados de Sérgio Pontes Rodrigues e Maria Teresa Freire Figueiredo Rodrigues na minha vida. A vocês, meu amor, gratidão e respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram nessa trajetória, em especial, ao meu companheiro de vida, Júlio César Chinellato de Lima, à minha orientadora, Virgínia Donizete de Carvalho, meus colegas de mestrado e de trabalho, bem como aos professores da UNIFAL, que sempre se empenharam das mais diversas formas para colaborar na minha caminhada.

Ao meu esposo, meu eterno agradecimento pelo seu amor, dedicação à família e aos seus pacientes, compromisso social e admirável caráter. Sou honrada e feliz por tê-lo em minha vida.

À minha orientadora, agradeço pelas orientações, paciência, competência e prontidão. As adversidades pessoais que encontrei no caminho não foram suficientes para que desanimasse dos meus propósitos. Sempre com empatia e criatividade trouxe novos olhares e ajudou no despertar das soluções.

Aos meus colegas de mestrado, agradeço pelo companheirismo, vocês são incríveis e inesquecíveis.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço à compreensão nas ausências necessárias para dedicação a este meu projeto de vida, à escuta ativa, aos conselhos e à motivação.

Aos professores da Unifal, agradeço pela seriedade e compromisso com a transmissão do conhecimento. Levo comigo um pouco do que recebi de cada um. Aqui, não só ampliei meus conhecimentos, mas também amadureci e aprendi a desenvolver um olhar crítico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria
produção ou a sua construção"

Freire (2004)

RESUMO

O exercício da docência, no âmbito da escola pública, demanda, além da capacidade técnica e titulação indispensável para o cargo, esforço para atender demandas sociais, organizacionais e pessoais, sem deixar de lado os cuidados diários para preservação da saúde, reduzindo o nível de desgaste físico e mental. As repercussões físicas e psíquicas decorrentes do ambiente laboral apresentam variações de acordo com a natureza e nível de exigência, as condições em que o trabalho é exercido, o suporte social percebido e recebido, bem como aspectos individuais do organismo e da personalidade. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a relação entre condições de trabalho, percepção de suporte social e a prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos entre os docentes da rede estadual de ensino da região Sul de Minas Gerais. Participaram da pesquisa 452 docentes da rede estadual de 19 escolas do Sul de Minas Gerais. As informações foram coletadas a partir de quatro instrumentos: a Escala de Percepção de Suporte Social no Trabalho (EPSST), o Questionário de Saúde Geral (QSG-12), um questionário baseado no fator danos físicos da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), que compõe o Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) e um formulário sociodemográfico e laboral. As informações foram levantadas por meio da aplicação desses instrumentos aos docentes participantes da pesquisa e o programa SPSS (*Statistics Package for Social Science*) foi utilizado para auxiliar na análise das informações, com análises descritivas, como cálculos de média, desvio padrão e frequência, para obtenção do perfil dos pesquisados, e estatísticas inferenciais, como o teste *t*, análises de correlação e regressão, para análise da relação entre algumas variáveis das condições de trabalho e o adoecimento docente. Dessa forma, a pesquisa visa ajudar a fomentar a discussão sobre o assunto e a propiciar a realização de políticas públicas que possam trazer benefícios aos docentes.

Palavras-chave: saúde docente; escola pública; suporte social no trabalho; danos físicos; transtornos mentais comuns.

ABSTRACT

The exercise of teaching, in the context of public schools, demands, in addition to the technical capacity and title necessary for the position, an effort to meet social, organizational and personal demands, without neglecting the daily care for health preservation, reducing the level of physical and mental exhaustion. The physical and psychological repercussions resulting from the work environment vary according to the nature and level of demand, the conditions in which the work is performed, the social support perceived and received, as well as individual aspects of the body and personality. The present work has as general objective to analyze the relationship between working conditions, perception of social support and the occurrence of common mental disorders and physical damage among teachers of the state school system in the southern region of Minas Gerais. 452 teachers from the state network of 19 schools in the south of Minas Gerias participated in the study. The information was collected from four instruments: the Perception Scale of Social Support at Work (EPSST), the General Health Questionnaire (QSG-12), a questionnaire based on the physical damage factor of the Work-Related Damage Assessment Scale (EADRT), which makes up the Inventory on Work and Illness Risks (ITRA) and a sociodemographic and labor form. The information was collected through the application of these instruments to the professors participating in the research and the SPSS program (Statistics Package for Social Science) was used to assist in the analysis of the information, with descriptive analyzes, such as calculations of mean, standard deviation and frequency, for obtaining the profile of the respondents, and inferential statistics, such as the t-test, correlation and regression analyzes, to analyze the relationship between some variables of working conditions and teacher illness. In this way, the research aims to help foster discussion on the subject and to promote public policies that can bring benefits to teachers.

Keywords: teacher's health; public school; social support at work; physical damage; common mental disorders.

LISTA DE TABELAS

Artigo 1

Tabela 1 – Média de resposta aos fatores transtornos mentais comuns e danos físicos, subdivididos em dores no corpo e distúrbios biológicos.....	39
Tabela 2 – Comparação das médias dos grupos dos docentes atuantes em uma escola e duas ou mais escolas em relação aos transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos.....	40
Tabela 3 – Comparação das médias dos grupos dos docentes contratados e efetivos em relação aos transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos.....	41
Tabela 4 – Correlação entre as variáveis número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula e os transtornos mentais comuns, as dores no corpo e os distúrbios biológicos.	41

Artigo 2

Tabela 1 – Correlação entre suporte social no trabalho e transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos	73
Tabela 2 – Regressão múltipla entre suporte social no trabalho e transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID	Classificação Internacional de Doenças
DED	Diário Eletrônico Digital
EADRT	Escala de avaliação dos danos relacionados ao trabalho
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QSG	Questionário de Saúde Geral
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SIND-UTE	Sindicato dos Trabalhadores na Educação
TCUD	Termo de Compromisso para utilização de dados e prontuários
TMC	Transtornos Mentais Comuns

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CONTEXTO DE TRABALHO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO E A SAÚDE DOS DOCENTES	14
3	ARTIGO 1 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS DOCENTES ATUANTES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO SUL DE MINAS GERAIS	20
3.1	INTRODUÇÃO.....	22
3.2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.3	MÉTODO	35
3.3.1	População e amostra.....	35
3.3.2	Instrumentos utilizados.....	36
3.3.3	Coleta de informações	38
3.3.4	Procedimentos de análise das informações	38
3.4	RESULTADOS	39
3.5	DISCUSSÕES	42
	REFERÊNCIAS	47
4	ARTIGO 2 – SAÚDE DOCENTE E ESCOLA PÚBLICA: RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DE SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO E A PREVALÊNCIA DE DANOS FÍSICOS E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS.....	58
4.1	INTRODUÇÃO.....	60
4.2	REFERENCIAL TEÓRICO	63
4.2.1	Suporte social no trabalho	63
4.2.2	A percepção do suporte social no trabalho e a prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos relacionados ao trabalho	67
4.3	MÉTODO	69
4.3.1	População e amostra.....	69
4.3.2	Instrumentos utilizados.....	70
4.3.3	Coleta de informações	71
4.3.4	Procedimentos de análise das informações	72
4.4	RESULTADOS	72
4.5	DISCUSSÕES	75
	REFERÊNCIAS	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
	REFERÊNCIAS	90
	ANEXO A - FORMULÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E LABORAL	107

ANEXO B - ESCALA DE AVALIAÇÃO DOS DANOS FÍSICOS RELACIONADOS AO TRABALHO	109
ANEXO C - QUESTIONÁRIO DE SAÚDE GERAL (QSG-12)	110
ANEXO D - ESCALA DE AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO	112

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem potencial na promoção da saúde, como condição estruturante para o desenvolvimento do indivíduo, fonte de reconhecimento social e de manutenção da sobrevivência (SEMMER; MEIER; BEEHR, 2015). Ele modifica o mundo e o homem que o executa, visto que o homem se reconhece no seu trabalho e sofre transformações nesse processo (SORRATO; HECKLER, 1999). E, nesse sentido, com base numa perspectiva integradora do homem, a qualidade de vida e bem-estar no contexto laboral devem ser almejados (FERREIRA *et al.*, 2014). Entretanto, o trabalho “nem sempre retorna para o trabalhador dessa forma tão positiva” (SORRATO; HECKLER, 1999, p. 112), podendo desencadear sofrimento.

No âmbito de estudo da saúde ocupacional, as condições de trabalho têm sido retratadas como fontes indicativas de adoecimento em diversas pesquisas, apresentando caminhos para prevenção, segurança e higiene do trabalho. Na área da educação pública, alguns fatores analisados são mais agravantes diante das especificidades do trabalho (PORTO *et al.*, 2006), gerando a prevalência de doenças, como transtornos mentais comuns, depressão, dores articulares, problemas vocais e outros (CIELO *et al.*, 2016; GOES, 2017; TOSTES *et al.*, 2018).

Apesar das evidências já disponíveis sobre o nexo entre trabalho e saúde, persistem dúvidas a respeito e, no senso comum, não é raro rejeitá-lo. A relação, todavia, pode ser observada ao se analisar fatores biológicos, psicossociais e biopsicossociais (HELOANI, 2008, p. 164), considerando as capacidades física e psíquicas, bem como as necessidades do trabalhador, a interação entre o indivíduo e o trabalho, o ambiente de trabalho em si, as relações pessoais nele construídas, a cultura e a situação pessoal de cada trabalhador fora do contexto laboral (FERREIRA *et al.*, 2014).

Borges, Barbosa e Guimarães (2021) afirmam que para a compreensão do processo saúde/adoecimento no trabalho, faz-se necessária a análise da coexistência de condições externas e internas do trabalho, em caráter multidisciplinar, considerando a realidade social construída do homem e o trabalho como fonte de laço social e construção de identidade.

Nesse sentido, a abordagem psicossociológica faz uma análise interdisciplinar para compreensão do nexo entre saúde e trabalho. As condições de trabalho, a organização do processo de trabalho, as relações de trabalho, os riscos inerentes ao trabalho, aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos, bem como as ações de garantia ao direito à saúde, que envolvem a prevenção, atenção e reabilitação, são contextualizadas para compreender o nexo entre saúde e trabalho (COSTA; BORGES; BARROS, 2015).

Para tanto, faz-se necessário “compreender a saúde como parte de um processo histórico e social e o trabalho como categoria explicativa central” (BORGES; BARROS, 2021, p. 6). A subjetividade humana deve ser analisada, na psicossociologia, em conjunto com a concretude do mundo do trabalho, a fim de atingir uma construção teórica transformadora, onde o saber científico incorpora no social e o modifica (BORGES; GUIMARÃES; SILVA, 2013).

No caso do presente trabalho, parte-se de uma abordagem psicossociológica para análise da saúde do docente atuante na educação básica, observando as condições de trabalho e a percepção de suporte social no trabalho, considerados os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que atuam no sistema e nas formas de organização do trabalho (NETO; BENFATTI, 2011, p. 48; FERREIRA *et al.*, 2015; PORTO *et al.*, 2006) e desencadeiam em pressão por parte de alunos-pais-sociedade, processos de autorresponsabilização dos docentes (SILVA; SOUZA, 2014) e perda de controle e autonomia no processo educacional (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006).

Conforme comentam Araújo, Pinho e Masson (2019), as soluções para enfrentar os agravos à saúde docente decorrentes do seu trabalho demandam mais esforços. Embora diversas pesquisas venham sendo desenvolvidas desde os anos de 1990 sobre o processo de adoecimento de professores, especialmente no que se refere àqueles que atuam na educação básica (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; UCHINO; BOWEN; KENT, 2015), os resultados encontrados não foram utilizados no sentido de efetivar mecanismos capazes de gerar transformações no trabalho docente a ponto de sanar as arestas existentes. Nesse sentido, Cortez *et al.* (2017), Silva e Souza (2014) destacam como necessária articulação interdisciplinar para viabilizar políticas públicas concretas.

A importância da temática reside, ainda, no elevado contingente de trabalhadores que podem sofrer com as repercussões do trabalho docente, considerando que a Pedagogia, conforme dados do Censo Escolar, continua sendo o curso mais procurado para graduação. Assim, não obstante a influência de cursos tradicionais, como Medicina, Engenharia e Direito, e dos novos campos profissionais abertos com a inovação tecnológica e a internet, a pedagogia ainda lidera dentre os cursos com maior número de ingressantes e concluintes nos Censos da Educação Superior realizados no Brasil (BRASIL, 2018a). No Censo da Educação Superior realizado em 2015, no Brasil, a pedagogia foi o curso mais popular entre as mulheres (BRASIL, 2018b). Já no Censo da Educação Superior realizado em 2017 constatou-se um aumento na procura por cursos na modalidade EaD e a predominância de cursos de licenciatura (BRASIL, 2018a). Ressalvando que não apenas os cursos de pedagogia formam docentes, outros cursos de licenciatura também habilitam o profissional para esse exercício. Observa-se, portanto, que

é alta a procura pela capacitação para atuar na docência, seja através de curso de pedagogia ou outras licenciaturas.

Merece ainda mais atenção pelo fato da educação ser um dos principais instrumentos para formação humana emancipatória e cidadã, mostrando-se necessário o cuidado com a saúde psíquica daqueles que dedicam seus esforços ao trabalho nessa área, conforme reconhece a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1966).

Com base nessas considerações, a pesquisa analisou a relação entre condições de trabalho, percepção de suporte social e prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos entre os docentes da rede estadual de ensino na região Sul de Minas Gerais. Tendo em vista que a estruturação dessa dissertação foi organizada a partir da apresentação de dois artigos, os objetivos específicos do trabalho estão contemplados pelos objetivos gerais de cada artigo.

Estruturalmente, a pesquisa segue com a apresentação da contextualização do estudo, em seguida, serão apresentados dois artigos com os seguintes temas: 1 - Condições de trabalho e saúde dos docentes atuantes na rede estadual de ensino, no sul de Minas Gerais; e 2 - Saúde docente e escola pública: relação entre aspectos do trabalho, percepção de suporte social e prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns. Neles, houve o enquadramento teórico, no qual foram apresentadas as variáveis em estudo, assim como as possíveis relações entre tais variáveis. Após, tratou-se do método, no qual foram apresentados os participantes da pesquisa e explicitados os instrumentos de medida e os procedimentos de coleta e análise de informações utilizadas. Em seguida, os resultados foram apresentados e discutidos. O trabalho finaliza com a apresentação das conclusões e inferências, a identificação das limitações da investigação e sugestões para estudos futuros.

2 O CONTEXTO DE TRABALHO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO E A SAÚDE DOS DOCENTES

Diferentes elementos que caracterizam as condições de trabalho repercutem na saúde dos docentes, mas, alguns se destacam mais, de acordo com a região/cidade, pois, quanto mais pobre e carente o contexto no qual a escola está inserida, mais demandas chegam até elas e, conseqüentemente, aos docentes (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009), diante da ausência dos recursos básicos, como acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgoto sanitário e coleta periódica de lixo (SILVA; SOUZA, 2014). Merece destaque, ainda, outros aspectos, como a falta de acesso à informação e à internet, em especial, no contexto do período da pandemia da Covid-19, com a utilização do teletrabalho em maior escala (BERNARDO; MAIA; BRIDI, 2020) e o lazer, o que não deve ser visto como um privilégio apenas dos mais “abastados”, pois é essencial a todo ser humano, inclusive previsto como direito social e mecanismo de promoção social, na Constituição Federal, os artigos 6º e 227, § 3º (BRASIL, 1988).

Importante destacar a natureza do trabalho docente, que exige administração do tempo apresentando o conteúdo a ser ministrado de acordo com o calendário letivo e atenção às demandas individuais de alunos, como para resolução de questões de saúde e higiene básica; acompanhamento de vacinação; preenchimento de formulários públicos, como para fins de recebimento de bolsas assistenciais pelas famílias.

Salta aos olhos a multiplicidade de áreas de conhecimento que são levadas à resolução pelo docente, o qual vem postulando a destinação de determinados atos a psicólogos e assistentes sociais (ASSUNÇÃO, 2009), pois demandam atuação especializada, como em casos em que se constata situações de abandono afetivo, material e maus-tratos. E, apesar dos docentes não se encontrarem devidamente preparados para atuar na resolução de diversas questões, o sistema educacional “espera preparo, formação e estímulo do sujeito docente para exercer o pleno domínio da sala de aula e para responder às exigências que chegam à escola no grau de diversidade que apresentam e na urgência que reclamam” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 355). Isso se deve em razão de diversos aspectos, como as mudanças sistemáticas ocorridas nas últimas décadas no ensino público no Brasil.

As políticas públicas para educação das últimas décadas decorrem da lógica neoliberal de mercado do fim do século XX, com implementação do modelo gerencialista, voltado para qualidade, eficiência, avaliação e *accountability* (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; SILVA;

SOUZA, 2013; TOSTES *et al.*, 2018). Assim, novas atribuições foram inseridas tanto para as escolas quanto para os docentes, com intensificação do trabalho e responsabilização dos gestores e docentes (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; TOSTES *et al.*, 2018; SILVA; SOUZA, 2013; SORATTO; HECKLER, 1999). A qualificação técnica, a participação criativa, o comportamento proativo, capacidade diretiva passaram a ser competências indispensáveis dos profissionais para exercício do seu trabalho (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006).

Certo é que, não obstante as políticas públicas serem orientadas pela busca da promoção da justiça social, ampliando o atendimento educacional, constatou-se que a democratização do ensino ocorreu a custo de sua massificação (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009), sem a efetiva garantia aos docentes dos instrumentos para exercício do trabalho (ESQUINSANI, DAMETTO, 2018; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; SILVA; SOUZA, 2013; SORATTO; HECKLER, 1999) e sequer considerando as diversas realidades que distinguem os níveis de ensino (LUDKE; BOING, 2007).

Dessa forma, a polivalência de competências dos trabalhadores exigidas no mundo do trabalho capitalista deu ensejo a uma sobrecarga de atividades além do limite tolerável (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; HELOANI, 2008; PORTO *et al.*, 2006), causando efeitos nocivos à saúde, com a racionalização das emoções, um embotamento da afetividade, uma síndrome de insensibilidade, também conhecida como depressão essencial e normopatía (HELOANI, 2008), afetando, negativamente, a satisfação com a vida e a qualidade de vida (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006), implicando o abandono de investimentos em direção a maior aproximação do aluno às suas necessidades, bem como a carência de definição do que seria um “bom trabalho” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009), gerando uma crise de identidade, que abala a “crença de si” e o “sentido de si”, em que as certezas tradicionais se “desmancham no ar” (BATISTA; CODO, 1999).

Associado ao acúmulo de funções e das competências diversas exigidas do docente, ainda há a responsabilidade sobre o desempenho de seus alunos e da escola (OLIVEIRA, 2006), o que se infere do Decreto nº 6.094/2007, que instituiu o Plano de metas compromisso todos pela educação. Nele há previsão de 28 diretrizes¹ a serem seguidas aos Municípios e Estados

1 Art. 2º (...) I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;

II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;

IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

que aderirem ao plano, das quais se infere que o papel do professor, ganhou nova roupagem, deixando de ser apenas mediador no processo de conhecimento do aluno para abranger a gestão, planejamento escolar e articulação com a comunidade (BRASIL, 2017; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

No tocante à aferição de desempenho, o plano se reporta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que busca dados no Censo Escolar, INEP, SAEB e Prova Brasil, com base nas aprovações e médias de desempenho (BRASIL, 2019). Outros mecanismos são utilizados também nesse sentido, como o SAEB, que é um exame composto pela ANEB e a ANRESC (BRASIL, 2019). A ANEB é realizada por amostragem, com foco na gestão do sistema educacional. A ANRESC apresenta-se com maior detalhamento e extensão, utilizando como base cada unidade escolar. A Prova Brasil tem caráter censitário, avaliando a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas. O levantamento permite aferir não só o desempenho dos estudantes, mas também obter dados sobre a escola, professores e diretores (BRASIL, 2019).

Silva e Souza (2013) destacaram que, apesar das referidas avaliações por testes standardizados serem utilizadas como indicadores da eficiência das escolas e do sistema educacional, em geral, não avaliam as condições escolares que interferem na qualidade da educação. Gasparini, Barreto e Assunção (2006) retrataram, ainda, que tal circunstância leva a uma perda de controle e autonomia dos docentes quanto ao processo educacional.

Na prática, há uma perspectiva traçada de responsabilização dos docentes, através de incentivos e sanções. Além disso, a pressão para a melhoria de desempenho de seus alunos e consequente competição entre os docentes e escolas; o estreitamento curricular, dando ênfase às matérias avaliadas nos referidos sistemas; a segregação socioeconômica dos alunos com dificuldades de aprendizado; a diminuição da dignidade profissional do professor e de sua

V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;

(...)

XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;

XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;

XV - dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;

(...)

XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;

(...)

motivação intrínseca são outras decorrências do referido sistema, gerando um sentimento de impotência; ampliação da rigidez e padronização dos processos de ensino e destruição do vínculo entre professores e alunos (SILVA; SOUZA, 2013).

Diante deste contexto, fica prejudicada a atuação do professor atento à singularidade de cada aluno, direcionando-o para o devido aprendizado, dentro da multiplicidade de demandas, considerando, inclusive, que a homogeneidade prevista para formação de turmas, como idade e grau de proficiência dos alunos, não reflete na semelhança entre os alunos quanto ao estágio de desenvolvimento cognitivo-emocional (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

A criatividade não está adstrita à criação que conquistou êxito e foi reconhecida. Ela está na liberdade de expressar e desenvolver seus pensamentos, sem ser tolhida por premissas conformistas e uniformes. A uniformidade de pensamento e o conformismo tolhem a capacidade criativa dos trabalhadores, reduzindo as trocas de experiências de ordem cultural (LHUILIER, 2014).

Certo é que o educador não se dedica apenas a cumprir um programa de ensino, tem que ter um olhar atento aos indivíduos e suas necessidades para tentar compor uma cadência de ensino. São trabalhadores doadores de cuidado, pois desenvolvem trabalho que requer atenção e cuidados individualizados, formando vínculos afetivos, sendo, portanto, impossível de ser colocado como um trabalho de linha de produção fordista. A relação afetiva torna-se obrigatória para o próprio exercício do trabalho, podendo ser vista até como pré-requisito, como o “grande catalisador” (CODO; GAZZOTTI, 1999).

Outro aspecto relevante se deve à ausência de recursos suficientes para suprir as demandas da escola, o que reflete nas condições das instalações físicas, nos equipamentos disponibilizados para realização do trabalho, na estrutura sanitária e de higiene, como retratado por Gasparini, Barreto e Assunção (2006), Silva e Souza (2013) e Uchôa e Moraes (2014), bem como na remuneração dos professores e demais trabalhadores da educação, como se infere do piso salarial da educação básica atual, fixado em R\$ 2.557,74 para exercício de 40 horas semanais (BRASIL, 2019c). Merece a menção, ainda, o fato dos docentes terem que se adaptar às novas tecnologias que são inseridas em sala de aula, lidar, conforme Silva e Souza (2014), sem qualquer suporte para adaptação a elas.

Por todo o exposto, diante da estrutura precária da escola pública brasileira, das constantes mudanças sociais e políticas, das modificações das relações familiares e da falta de apoio e incentivo aos docentes, a saúde física e psíquica dos docentes vêm sendo abalada, com o surgimento de vários agravos de saúde, como aqueles decorrentes do estresse, os quais,

atualmente, têm ganhado expressividade nas pesquisas acadêmicas, citando, por exemplo, aqueles dedicados a síndrome de *burnout* entre os docentes.

Uma pesquisa realizada no Reino Unido constatou que a frequência de transtornos mentais entre os docentes é semelhante à encontrada em profissionais que lidam com saúde mental, como médicos, enfermeiros e psicólogos (MARCO *et al.*, 2008), e apresenta ter relação com o aumento do volume de trabalho docente, a precariedade das condições de trabalho existentes, mas também as diversas e complexas questões presentes na sala de aula (FERREIRA *et al.*, 2015).

No Brasil, vários autores constataram a associação entre as condições de trabalho, estresse ocupacional e presença de distúrbios mentais entre os docentes de nível secundário e médio (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006; PORTO *et al.*, 2006) e prejuízo da qualidade de vida (FERNANDES; ROCHA, 2009).

Gasparini, Barreto e Assunção (2006), constataram que, quanto menor a margem de autonomia, maior a prevalência de transtornos mentais nos professores. Verificaram uma elevada prevalência de transtornos mentais entre os docentes da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, os quais, em sua maioria, eram jovens, o que indica a existência de um processo acelerado de desgaste mental nos docentes (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006).

De acordo com Codo e Gazzotti (1999), quando se busca transformar a escola num ambiente humanizado, mais próximo da realidade do aluno, de suas dificuldades, da comunidade em geral, a afetividade do professor é escoada de forma mais efetiva e saudável do ponto de vista psíquico. Todavia, essa racionalidade nem sempre é de fácil prática, visto que, ao criar vínculo afetivo com esses alunos para o processo educacional e não se envolver emocionalmente é tarefa que exige esforço psíquico enorme dos docentes. Ao investirem na relação com os alunos sem esperar receber o mesmo retorno emocional, leva ao não fechamento do círculo afetivo, sendo que a energia afetiva dispendida não retorna integralmente para o seu ponto de partida, mas sim dissipa-se frente os fatores mediadores da relação.

A necessidade de reapropriação de seu investimento subjetivo leva o trabalhador a fazê-lo de forma simbólica, através de mecanismos, estratégias das quais o indivíduo se utiliza para manter o equilíbrio psíquico. Alguns fazem uso destes mecanismos com sucesso e garantem a manutenção de sua saúde mental. Outros, porém, acabam utilizando-se de mecanismos nem tão saudáveis ou, por vezes, estes mecanismos não são suficientes para garantir este equilíbrio, obrigando o indivíduo a pender mais para um lado que para outro. (CODO; GAZZOTTI, 1999, p. 56).

Diante da angústia na resolução desta demanda afetiva, os docentes vêm sentindo abalos psíquicos, diante do sentimento de perda do controle sobre o aluno e também dúvidas sobre a

sua competência profissional para atingir esse objetivo. Nesse sentido, a pesquisa de Ferreira et al. (2015) constatou a prevalência de transtornos mentais comuns para aqueles com pior qualidade de vida no domínio físico.

Assim, lidar com afetos pode provocar tanto sofrimento que muitas vezes é preciso recorrer a ajuda externa, para redirecionar essas forças para resolução do conflito. Se o caminho escolhido pelo docente for o do afastamento do objeto ou redirecionando a tensão para o seu próprio corpo, isso lhe trará sofrimento. É a energia afetiva que não encontrou formas de vazão, retornando a origem com polaridade invertida, de energia construtiva passa a ser destrutiva (CODO; GAZZOTTI, 1999).

Mas, não só a saúde psíquica dos docentes que é abalada, existem danos físicos decorrentes da hipersolicitação do corpo, através do uso de estratégias operatórias para responder a múltiplas demandas (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). No caso, a presente pesquisa foca na análise dos danos físicos descritos na Escala de Avaliação dos Danos relacionados ao Trabalho (EADRT). Nesse sentido, os distúrbios de voz são os mais recorrentes entre os docentes (ROY *et al.*, 2003), visto que as condições de trabalho sequer permitem a viabilidade da execução das estratégias protetoras da voz (GOES, 2017), mas existem outros associados como as dores de cabeça, nas costas, perda da voz e cansaço (CODO; GAZZOTTI, 1999).

Diante da complexidade da temática, visto que abrange inúmeros aspectos, objetivos e subjetivos, e que acarretam danos físicos e psíquicos aos professores, bem como considerando que tal realidade não é algo novo, faz-se necessária a presente discussão para tentar obter uma resolubilidade da questão.

A presente contextualização do tema teve o intuito de demonstrar o pano de fundo que envolve os elementos que fizeram parte da pesquisa para auxiliar na compreensão da realidade local pesquisada. Nos próximos dois artigos, serão abordados aspectos sobre as condições de trabalho, suporte social, danos físicos e transtornos mentais comuns que vêm acometendo os docentes.

3 ARTIGO 1 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS DOCENTES ATUANTES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO SUL DE MINAS GERAIS

Resumo

Diversos fatores ocupacionais são suscetíveis de influenciar a saúde dos docentes. Portanto, para constatação do nexos causal entre saúde e trabalho, os instrumentos devem ser adequados. O objetivo geral do presente artigo é analisar a relação entre condições de trabalho e a saúde dos docentes da rede estadual de ensino na região Sul de Minas Gerais. Foram utilizados três questionários: o questionário baseado no fator danos físicos da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), acrescido de quatro perguntas; o questionário de Saúde Geral (QSG-12) e um formulário sociodemográfico e laboral. Participaram da pesquisa 19 escolas na região do Sul de Minas Gerais e 452 docentes. As análises foram feitas com auxílio do programa SPSS (*Statistics Package for Social Sciences*), utilizando análises descritivas, como cálculos de média, desvio padrão e frequência, para obtenção do perfil dos pesquisados, e estatísticas inferenciais, como o teste t e correlação, para análise da relação entre algumas condições de trabalho e o adoecimento docente. Os resultados revelaram que as dores no corpo corresponderam ao agravo de saúde mais recorrente e que apresentou maior média entre os docentes com vínculo efetivo. Estes últimos, assim como aqueles que atuavam em duas ou mais escolas, também apresentaram escores mais elevados no QSG, embora as médias não fossem indicativas de TMC. Correlações entre o número de alunos por turma com TMC e distúrbios biológicos, bem como entre a carga horária semanal em sala de aula e dores no corpo foram, ainda, observadas.

Palavras-chave: condições de trabalho; saúde docente; escola pública.

Abstract

Several occupational factors are likely to influence the health of teachers. Therefore, to verify the causal link between health and work, the instruments must be adequate. The general objective of this article is to analyze the relationship between working conditions and the health of teachers in the state education system in the Southern region of Minas Gerais. Three questionnaires were used: the questionnaire based on the physical harm factor of the Work-Related Injury Assessment Scale (EADRT), plus four questions; the General Health Questionnaire (QSG-12) and a sociodemographic and employment form. Nineteen schools in the Southern region of Minas Gerais and 452 teachers participated in the research. The analyzes were performed with the aid of the SPSS (Statistics Package for Social Sciences) program, using descriptive analyzes such as mean, standard deviation and frequency calculations to obtain the profile of the respondents, and inferential statistics, such as the correlation test, for analysis the relationship between some working conditions and teacher illness. The results revealed that body pain corresponded to the most recurrent health problem and had the highest average among teachers with effective employment. The latter, as well as those who worked in two or more schools, also had higher scores in the QSG, although the means were not indicative of CMD. Correlations between the number of students per class with CMD and biological disorders, as well as between the weekly workload in the classroom and body aches were also observed.

Keywords: working conditions; teacher health; public school.

3.1 INTRODUÇÃO

As condições de trabalho e os problemas enfrentados pelos docentes em Minas Gerais são temas que, por muito tempo, vêm sendo debatidos. As exigências para o exercício da profissão foram se consolidando com o passar dos anos, em descompasso com os benefícios, como carreira e remuneração, além da perda de autonomia e controle nos processos educacionais, ensejando o descontentamento e a busca da classe por melhores condições (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; MELO; CIRILO; PINTO, 2016; RODRIGUES; SILVA; SOUZA, 2019). Assim, os docentes passaram a se unir para defesa dos seus direitos, como com a criação da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG), em 1931, e da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1979; bem como mobilizar-se, como nos movimentos grevistas das professoras primárias de 1959, dos professores estaduais em 1979 e 1980 (PASSOS, 2019) e através das demandas sindicais (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

No âmbito nacional, infere-se que, até a década de 60, não havia mobilização dos profissionais da educação em sindicatos, visto que detinham uma segurança material, com emprego estável, e certo prestígio social. Mas, a partir do final da década de 70, diante das mudanças estruturais na educação, com a expansão do funcionalismo e dos serviços públicos em geral, iniciaram-se as mobilizações, inclusive nacionais, dos professores. Já na década de 90, com a implementação do modelo capitalista neoliberal e o ajuste econômico, a educação sofreu um sucateamento, com degradação das condições de trabalho e do ensino, momento em que os sindicatos ganharam corpo e se fortaleceram (BOITO JÚNIOR, 2002). Assim, a universalização do ensino deu-se às custas da precarização do sistema educacional e da intensificação do trabalho docente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Em Minas Gerais, passaram a condicionar o exercício da profissão, com a exigência de aprovação em concurso público e diploma, na Lei nº 657/1915; diploma, habilitação e especialização, na Lei Federal nº 8.530/1946; cursos de aperfeiçoamento, nos Decretos-lei Estaduais nº 1.873/1946, nº 3.508/1950 e Estatuto do Magistério em Minas Gerais; progressão na carreira após aprovação em avaliação de desempenho e estabelecimento de metas para ampliação dos resultados escolares, com o Choque de Gestão, a partir de 2003, inclusive, condicionando a realização da avaliação individual dos professores à melhoria dos resultados escolares, com a Lei Estadual nº 17.600/2008 (AUGUSTO, 2012; PASSOS, 2019).

Salienta-se que o governo mineiro nem sempre cumpriu a legislação, não realizando concurso para suprimimento de vagas efetivas, sob o argumento de que se tratava de necessidade

transitória, o que não condizia com a realidade. Tal situação ensejou, inclusive, na efetivação de inúmeros docentes contratados a título precatório, com a Emenda Constitucional nº 49/2001 e nº 100/2007 (MELO; CIRO; PINTO, 2016). Cite-se, como exemplo, matéria publicada no Jornal Estado de Minas, do dia 22 de junho de 1979, retratando o início da greve dos docentes de amplitude estadual e que levou a conquistas como a abertura de concurso público, que já não se realizava há 11 anos, reajuste salarial, equiparação para inativos e reajuste semestral; e a greve de 2000, visando a elaboração de um plano de carreira, a realização de concurso público, a nomeação dos concursados e a limitação do número de aluno por sala (PASSOS, 2019).

Ainda que com a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, e a Constituição Federal de 1988, a educação passasse a visar à formação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões do processo de formação do indivíduo, com ênfase nos valores, formação e profissionalismo, valorizando a profissão docente, não houve, todavia, o respaldo necessário dos governos para cumprimento efetivo dos ditames previstos. E, em contrapartida, os mecanismos de controle, como as avaliações de desempenho, as provas nacionais para avaliação dos estudantes, como a Prova Brasil, o SAEB, o IDEB e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), foram se instituindo, gerando novas reivindicações em prol da classe. Muitas com resultado positivo, como aquela que antecedeu a aprovação do Plano de Carreira, com a Lei Estadual nº 15.293, em 2004 (AUGUSTO, 2012; PASSOS, 2019).

Atualmente, não é diferente. Cite-se como exemplo dos movimentos dos docentes, a audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 12 de agosto de 2019, em que os docentes retrataram o fracasso no uso do Diário Eletrônico Digital (DED). Este foi implantado em 2017 pelo governo de Minas e retratado como fator de estresse e adoecimento dos professores, diante da pressão para cumprimento na entrega dos dados e da dificuldade no lançamento em razão da lentidão do sistema e dos erros na plataforma. As denúncias apresentadas pelos docentes ao Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sind-Ute) reportam até a exposição dos docentes em mural da escola, em lista de “devedores do diário preenchido” (MINAS GERAIS, 2019).

Nessa breve digressão, infere-se que a visão essencialista do magistério, ancorada até em passado vocacional e missionário (PENTEADO; SOUZA NETO, 2019), foi perdendo espaço e os docentes passaram a enfrentar diversos obstáculos para efetivo exercício da profissão, como se observa das pesquisas realizadas pelas Universidades e Sindicatos dos Trabalhadores, iniciadas na década de 1990 (ARAÚJO; CARVALHO, 2009; CODO, 1999; DELCOR *et al.*, 2004; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005, 2006; REIS *et al.*, 2005; PORTO *et al.*, 2006), os quais, inclusive, são utilizados, até hoje, como pilares no desenvolvimento da temática.

Nos anos 2000, a discussão foi incorporada pelos órgãos governamentais, diante do aumento expressivo de licenças médicas e afastamentos do trabalho dentre os docentes, o que ensejou o financiamento de estudos e execução de ações de enfrentamento do adoecimento na educação. Na região mineira, destacam-se as pesquisas realizadas com apoio do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais (SindUTE-MG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como os estudos epidemiológicos realizados em Belo Horizonte por Gasparini, Barreto e Assunção (2005; 2006), que constituíram um conjunto inicial de estudos científicos sobre o adoecimento docente (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019).

Especificamente no âmbito de estudo da presente pesquisa, a análise dos aspectos do trabalho docente na rede estadual de ensino no sul de Minas Gerais, apesar dessa região apresentar melhores condições socioeconômicas em relação a grande parte do país, não é diversa em vários pontos no contexto geral, como, inclusive, se observa da pesquisa de Gasparini, Barreto e Assunção (2005). Os autores constataram que os professores foram o grupo com maior frequência de afastamentos dentre os servidores públicos do Município de Belo Horizonte, o que indica a associação do adoecimento com as condições de trabalho docente; bem como que os transtornos psíquicos ocuparam o primeiro lugar entre os diagnósticos de afastamentos (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

As cidades do sul de Minas apresentam índices de desenvolvimento humano bem elevados em relação aos demais Municípios do Brasil. Pelos dados do IBGE colhidos em 2010, o IDH de Três Corações é 0,774 (IBGE, 2019a) e de Varginha, 0,778 (IBGE, 2019b) e a média nacional foi de 0,699 (FRANCISCO, 2021).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) avalia o bem-estar através de vários indicadores, como o grau de escolaridade, renda e nível de saúde da população da região, que envolve análise da expectativa de vida da população (FRANCISCO, 2021), e varia de zero a um, sendo a partir de 0,8 considerado IDH elevado, entre 0,50 a 0,7999, médio; e abaixo de 0,4999, baixo. Tal índice é utilizado mundialmente e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (SOUZA, 2008).

Apesar de se enquadrarem em região com IDH de médio a elevado, as cidades onde foi realizada a coleta das informações possuem diversos problemas na área da educação. O que não é um caso isolado. Ao contrário, trata-se de problemas gerais e que afetam a saúde dos docentes em todas as esferas de ensino no Brasil (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; PORTO *et al.*, 2006; SILVA, 2017; SILVA; SOUZA, 2013; TOSTES *et al.*, 2018).

Existem particularidades de cada região, todavia as variáveis que afetam a saúde dos docentes são semelhantes. Além disso, para aferir a dinâmica saúde-adoecimento dos

professores faz-se necessário compreender o contexto do trabalho, partindo do que é comum a todos até chegar às particularidades de cada sujeito e como este constrói suas vivências e relações (GOMES; BRITO, 2016; VITOR; SANTOS, 2014).

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar a relação entre as condições do trabalho, em termos de número de escolas em que trabalha, tipos de vínculo, número médio de alunos por turma, tempo de serviço docente, e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns entre docentes da rede estadual de ensino atuantes na região Sul de Minas Gerais.

Num contexto geral, serão retratadas pesquisas anteriores que envolvem a temática, mas ressaltando que, em regra, estas apreciam esses aspectos isoladamente, ou seja, a relação das condições de trabalho com reações físicas ou psíquicas, como se infere das pesquisas de Gasparini, Barreto e Assunção (2005) e Ferreira *et al.* (2015), em que se constatou que os transtornos psíquicos menores são prevalentes dentre os problemas psíquicos apresentados pelos docentes; e a de Vitor e Santos (2014) e Assunção e Oliveira (2009), na qual se observou a recorrente incidência de dores no corpo, nos braços, nas costas, nas pernas e os problemas vocais dentre os docentes.

Penteado e Souza Neto (2019), inclusive, abordaram a questão de carência de estudos com perspectivas mais abrangentes e interdisciplinares, que buscassem o diálogo com a área da educação. Nesse sentido, discutiram a necessidade de superar a lógica higienista de individualização, responsabilização e culpabilização dos professores, na análise do processo saúde-doença-cuidado docente, avançando para uma abordagem sanitaria e preventivista. Nesse contexto, o enfrentamento da temática perpassa por vários campos do conhecimento e demanda melhoramentos na maneira como se desenvolvem as pesquisas.

Assim sendo, o diferencial da presente pesquisa está justamente na correlação das abordagens de outros autores, buscando contextualizar os assuntos, com o objetivo de analisar a relação entre variáveis relativas às condições de trabalho acima referidas e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns retratados pelos docentes da rede estadual de ensino do Sul de Minas Gerais.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de saúde vem se desenvolvendo ao longo do tempo e, nas últimas décadas, sofreu uma mudança de paradigma, passando a ser concebido sob uma perspectiva positiva, atrelado a qualidade de vida e bem-estar (MENDONÇA *et al.*, 2012), bem como subjetiva, observando como cada indivíduo enfrenta as adversidades do cotidiano, traçando o limite entre

incapacidade de se ajustar às demandas do meio como potencial desencadeador de patologias (SEGRE, 1997).

No período pré-cartesiano, a saúde estava atrelada a misticismo e fatores sobrenaturais. Com as ideias de Hipócrates (460 a 377 a. C.), o raciocínio dedutivo passou a ser privilegiado para tratar a relação saúde e doença e, com os avanços tecnológicos e científicos, o modelo biomédico foi se estabelecendo, sendo reconhecido como período científico (MENDONÇA *et al.*, 2012, p. 12-13).

Para o “modelo biomédico, a saúde é compreendida como ausência de doença”, desconsiderando ou pouco considerando a influência de problemas psicológicos para alterações do estado de saúde, vista que adotada “a concepção cartesiana do modelo mente-corpo como instâncias separadas”. Todavia, diante da multicausalidade de situações que podem influenciar no desencadeamento de doenças, como os processos de adaptação social e os distúrbios psicossomáticos, no decorrer do século XX, o modelo biomédico passou a ser considerado inadequado, dando lugar ao modelo biopsicossocial, partindo da compreensão das três dimensões da esfera humana como determinantes do estado de saúde-doença: biológica, psicológica e social. A saúde passou a ser analisada como completo bem-estar biopsicossocial e não mais como ausência de doença (MENDONÇA *et al.*, 2012, p. 12-19).

Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi adequando o conceito de saúde e passou a englobar três dimensões: física, mental e social, inserindo as concepções de qualidade de vida e bem-estar, traçando-a como sendo “o completo bem-estar biopsicossocial” (MENDONÇA *et al.*, 2012, p. 14-16). O conceito, ainda, passou por modulações interpretativas, visto se considerar utópico alcançar a perfeição no atingimento do bem-estar físico, mental e social. Na verdade, observa-se que o conceito é multifacetado, abrangendo diversos aspectos, tais como idade, sexo, fatores hereditários, estilo de vida, influências sociais e comunitárias, condições de habitação, trabalho e socioeconômicas (LOPES, 2011). E, nesse sentido, passou a envolver a promoção da saúde, com a Carta de Ottawa (1986), e a valorização da autonomia dos indivíduos (MACEDO; BUCHELE; BRZOWSKI, 2012).

Até mesmo no campo do direito, o espírito de ampliação da abrangência do termo “saúde” foi aplicado, principalmente, em razão da crise dos sistemas de saúde vivenciada nas décadas de 1970 e 1980, em especial nos países latinos. Assim, no Brasil, o conceito de saúde previsto na Constituição Federal foi reformulado e passou a ser descrito como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para

sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, art. 196; COSTA; BORGES; BARROS, 2015).

O trabalho tem reflexos na saúde e essa relação entre ambos perpassa desde os recursos sociais e pessoais às capacidades físicas do trabalhador, mas também as limitações e possibilidades das atividades exercidas e a capacidade de desenvolvimento das experiências e de expansão do poder agir (BRASIL, 2018c; SILVA *et al.*, 2009).

Diversos fatores relacionados ao trabalho podem afetar a saúde, como o “modus operandi” da função exercida, a autonomia do trabalhador em relação à tarefa, a satisfação na realização do trabalho, as relações humanas estabelecidas.

Dejours (1997) retratou três dimensões no contexto do trabalho que se articulam: a organização do trabalho (como a divisão do trabalho, as regras formais, o tempo, o ritmo, o controle e as características das tarefas), as condições de trabalho (a infraestrutura, equipamentos, materiais e as práticas administrativas) e as relações socioprofissionais (as interações hierárquicas, coletivas intra e intergrupos e externas), que podem afetar a saúde dos trabalhadores a depender das estratégias de mediação utilizadas para responder às diversidades do contexto de produção, aptas a permitir a ressignificação ou transformação do sofrimento no trabalho.

A saúde no trabalho resulta da interseção entre as características individuais dos sujeitos possuidores de uma história e de características biopsicossociológicas; as condições de trabalho compreendidas como relações no trabalho, a organização do processo de trabalho e as condições em que o sujeito exerce suas atividades; a oferta de ações nos níveis de prevenção, atenção e reabilitação; e as crenças do coletivo, expressas nas estratégias de luta adotadas em prol da própria saúde (COSTA; BORGES; BARROS, 2015, p. 48).

O nexos causal entre o trabalho e os agravos de saúde do trabalhador não é algo de fácil constatação. Muitas vezes, são desconsiderados pelo próprio trabalhador como sendo situações inerentes ao ofício, deixando de ser dada a devida atenção, podendo levar ao seu agravamento (GOES, 2017).

A promoção da saúde envolve uma comunicação interdisciplinar, com propostas de intervenções em saúde e estão diretamente relacionadas a manutenção da qualidade de vida. A ideia de qualidade de vida é aquela que proporcione um mínimo de oportunidades para que os indivíduos sejam capazes de melhorar suas capacidades. Envolve a percepção humana de satisfação social, amorosa, familiar, ambiental. Justamente por envolver um conjunto complexo de fatores, OMS reuniu um conjunto de peritos de 15 diferentes culturas, em 1991, para debater o seu conceito, bem como buscar instrumento para sua avaliação, dando origem ao WHOQOL,

o qual hoje já está traduzido para mais de 40 idiomas, sendo o instrumento mais utilizado mundialmente para aferir a qualidade de vida (CANAVARRO, 2010).

De acordo com a OMS, a qualidade de vida tem significados distintos para cada pessoa, compreendendo condições sobre seu funcionamento físico, funcional, sexual, saúde mental e aspectos sociais. Já os estudos sobre bem-estar envolvem um campo relacionado ao afeto, à satisfação com a vida e à felicidade em experiências positivas vividas e outro relacionado à autoaceitação, autonomia, propósito de vida, domínio do ambiente, crescimento pessoal e relações positivas com outras pessoas (MENDONÇA *et al.*, 2012, p. 16-18). Diante desse contexto, a saúde envolve um conjunto de fatores e não apenas a ausência de doença, sendo indispensável a análise interdisciplinar para alcançar sua real dimensão.

Passando para análise do campo da saúde mental, infere-se que o seu conceito, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, engloba a capacidade do indivíduo de desfrutar da vida em equilíbrio, com resistência psicológica (PAULA, 2017). E, seguindo o exposto para o conceito de saúde, em geral, o mesmo se infere na saúde mental, ou seja, esta não significa apenas a ausência de doença mental como distúrbio grave, visto que existem transtornos leves que afetam a estrutura psíquica do trabalhador. Inclusive, muitos distúrbios psíquicos não estão abrangidos nos critérios diagnósticos de classificação internacional e são recorrentemente descritos pela população em geral (SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

Nesse sentido, os transtornos mentais comuns (TMC) são citados como sintomas não psicóticos que levam a níveis de incapacidade funcional das pessoas, prejudicando as relações familiares, sociais, pessoais e de trabalho, bem como a compreensão de si e dos outros, afetando a qualidade de vida e o autocuidado (PAULA, 2017; SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

Os TMC's designam situações de sofrimento mental, que se desenvolvem de acordo com as condições de vida e que podem ou não ter vinculação com o ambiente de trabalho, acarretando perda da qualidade de vida dos indivíduos. Incluem os transtornos depressivos ansiosos e as somatizações, além do sofrimento mental inespecífico, apresentando como sintomas: insônia, nervosismo, dor de cabeça, fadiga, irritabilidade, esquecimento e dificuldades de concentração, dentre os mais frequentemente relatados. Inicialmente, descritos como Distúrbios Psíquicos Menores, expressão criada em 1992 por Goldberg e Husley (CAMPOS; VÉRAS; ARAÚJO, 2020; SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

Há estudos sobre a prevalência de TMC em diversas profissões, como os motoristas de caminhão (ULHÔA *et al.*, 2010), enfermeiros (ARAÚJO *et al.*, 2003), médicos e profissionais da saúde em geral (ALVES *et al.*, 2015), e, em especial, com as mulheres (PAULA, 2017),

dentre as quais destacam-se a depressão e ansiedade (QUADROS *et al.*, 2020; TOSTES *et al.*, 2018).

No caso dos docentes, diversas pesquisas retratam a dor e o sofrimento desencadeados pelo trabalho como o mal-estar docente (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018; ESTEVE, 1999; PENTEADO; SOUZA NETO, 2019; RODRIGUES; SILVA; SOUSA, 2019; SILVA, 2017), abrangendo diversos distúrbios psíquicos, como depressão, ansiedade, estresse, insônia, síndrome de *Burnout*, negação, despersonalização, regressão e transtornos mentais comuns (ASSUNÇÃO; MEDEIROS, 2017; CORTEZ *et al.*, 2017; DIEHL; FERREIRA *et al.*, 2015; MARIN, 2016; MOSSELI; LIMOEIRO, 2019; ROSSI *et al.*, 2019; SANTOS, 2016; SILVA, 2017; SILVA, 2018; TOSTES *et al.*, 2018).

Apesar do preconceito em relação à doença mental, o que se constata até mesmo entre os próprios indivíduos acometidos por elas, atualmente, elas atingem 30% da população adulta mundial, dos quais 80% vivem em países de baixa e média renda, sendo as mulheres e as pessoas com acúmulo de situações sociais, familiares e ambientais adversas os de maior risco (LOPES, 2020; QUADROS *et al.*, 2020; STEEL *et al.*, 2014; WHO, 2014). No Brasil, pesquisas realizadas na última década, evidenciam elevada frequência de depressão, risco de suicídio, fobia social e ansiedade generalizada na população em geral (LOPES, 2020).

Nesse sentido, os TMC's são reconhecidos pelo ordenamento jurídico como doenças ocupacionais, conforme se infere da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, disposta do Anexo LXXX da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e atento ao conceito de doença ocupacional previsto no Art. 20, I, da Lei nº 8.213/91, como enfermidade “produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social” (BRASIL, 2017).

Inferese, inclusive, que o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), o qual, a partir de uma luta política em defesa dos trabalhadores, foi criado pelo Ministério da Saúde, em 2001, no Protocolo de Procedimentos Médicos Periciais, permitiu intervenções sustentadas na compreensão da relação do trabalhador com o seu contexto de trabalho (COSTA; BORGES; BARROS, 2015), o que representou importante avanço na proteção do trabalhador, em especial, considerando que a subjetividade na análise dos problemas de saúde mental repercute na agilidade de diagnóstico (PAULA, 2017). Assim, ao se analisar referido NTEP, a doença apresentada pelo trabalhador, bem como o seu trabalho, há presunção relativa de existência de nexo epidemiológico, gerando ônus para o empregador comprovar o contrário.

A abordagem donexo causal na relação entre trabalho e saúde requer um estudo multidisciplinar, como já referido, que deve considerar a centralidade do papel do trabalho na vida do indivíduo, visto não se tratar apenas de mecanismo de aferição de renda, mas também de construção de identidade, o que, por si só, gera sofrimento, quando não alcançado reconhecimento pessoal, social e financeiro. E os transtornos mentais comuns vão surgindo dessa rotina de trabalho desgastada. Assim, na análise da relação entre esses últimos e o trabalho observa-se que tais distúrbios/transtornos têm relação direta com a organização do trabalho, decorrente do ritmo e volume de trabalho, das relações laborais conflituosas e da falta de reconhecimento e valorização profissional (CAMPOS; VÉRAS; ARAÚJO, 2020).

No caso da mensuração da relação entre os sintomas psíquicos, físicos e o trabalho, a escolha do instrumento é importante para dar credibilidade e viabilidade à pesquisa. No campo da saúde mental, a aferição dos transtornos psíquicos não psicóticos pode ser analisada com a utilização de instrumentos, como a escala de Questionário de Saúde Geral (QSG) de Golderg (1972-1978), o Inventário Minnesota Multifásico de Personalidade (MMPI), utilizado pela equipe coordenada por Codo (BORGES; ARGOLLO, 2002) e o Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), criado e validado por Ana Magnólia Mendes e Mário César Ferreira (MENDES, 2007).

Outro instrumento muito utilizado para aferição dos transtornos psíquicos comuns é o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), projetado por Harding *et al.* em 1980, traduzido e validado para a língua portuguesa por Marli e William, e recomendado pela Organização Mundial de Saúde para detecção dos TMC em nível populacional (GUIRADO; PEREIRA, 2016; QUADROS *et al.*, 2020). É considerado eficaz na detecção precoce de sinais e sintomas de abalos na saúde mental (TOSTES *et al.*, 2018).

Na presente pesquisa, optou-se pela aplicação do QSG-12 diante das evidências de sua validade examinadas por Borges e Argolo (2002), a confiabilidade dos parâmetros, a utilização frequente na pesquisa epidemiológica no campo de saúde mental e trabalho, bem como a facilidade na sua aplicação, visto que sucinto e prático de responder, considerando que criado com objetivo de auxiliar no diagnóstico clínico de TMC, sendo, portanto, utilizado na triagem médica (SÁ JÚNIOR; WANG, 2016). Tal instrumento foi criado por David Golderg em 1972 para rastrear transtornos psíquicos no âmbito clínico da saúde geral. Originalmente, contava com 93 itens. Posteriormente, foram apresentadas versões mais curtas, de 60, 30, 28, 20 e 12 questões. O QSG-12 não visa detectar doenças psiquiátricas graves, nem qualquer doença mental, mas apenas problemas na função mental que se apresentam como uma disfunção

(ASSUNÇÃO, 2006; BORGES; ARGOLO, 2002; GASPARINI; BARRETO; GOUVEIA *et al.*, 2003).

No que tange aos problemas de saúde do trabalhador que se referem a sintomas físicos, tais como dores (de cabeça ou no corpo todo), perda do apetite, mal-estar geral, tonturas, náuseas, sudorese, taquicardia, somatizações, conversões (queixas de sintomas físicos que não são encontrados em nível de intervenções médicas) e sintomas neurovegetativos diversos, podem vir acompanhados dos transtornos mentais comuns, como: modificação do humor, fadiga, irritabilidade, cansaço por esgotamento, isolamento, distúrbio do sono (falta ou excesso), ansiedade, pesadelos com o trabalho, intolerância, descontrole emocional, agressividade, tristeza, alcoolismo, absenteísmo (BRASIL, 2002), o que gera mais desgaste e desconforto para o exercício da profissão.

Para a análise da relação entre os sintomas físicos e o trabalho há também uma diversidade de instrumentos, sendo comumente específicos para determinados sintomas, como aqueles direcionados à análise dos distúrbios de voz e de problemas osteomusculares. Há ainda instrumentos que possibilitam avaliar danos físicos, de ordem geral, experimentados pelos trabalhadores, como a Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), que faz parte do Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) (MENDES, 2007). Tal escala analisa os sintomas causados pelo custo negativo do trabalho e pelo sofrimento, traduzidos em danos físicos e psicossociais (MENDES, 2007), e é composta por três fatores, sendo que o terceiro, denominado Danos físicos, traz uma listagem de sintomas de natureza diversa, razão pela qual se optou por empregá-lo na presente pesquisa, informações que possibilitam um mapeamento geral dos sintomas mais recorrentes entre os trabalhadores, adequando-se aos objetivos traçados na presente pesquisa, além do fato de já ter sido exposto a teste com confiabilidade dos resultados em diversas pesquisas, como a de Vitor e Santos (2014).

No tocante à análise de sintomas físicos e psíquicos relacionados ao trabalho na docência, observa-se que os transtornos mentais comuns têm relação preponderante com diversas situações de constrangimento no trabalho, manifestando-se em diferentes graus com sintomas de sofrimento, tais como depressão, irritação, frustração e impotência (DIEHL; MARIN, 2016; NEVES; SILVA, 2006; NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2017).

Aos danos físicos, infere-se que há uma alta frequência dos problemas vocais entre os docentes, em razão do uso intenso e inadequado da voz, o que, inclusive, percebe-se pela quantidade de pesquisas que citam e retratam os tipos de danos associados à voz (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; BEHLAU *et al.*, 2012; BISERRA

et al., 2014; CIELO *et al.*, 2016; CHOI-CARDIM; BEHLAU; ZAMBON, 2010; CORTEZ *et al.*, 2017; LIMOEIRO, 2019; NEVES; SILVA, 2006; SILVA, 2017; SILVA, 2018), sendo importante destacar que estes se apresentam em maior constância nos docentes do que em outros profissionais (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; BISERRA *et al.*, 2014).

A título de exemplo, destaca-se a pesquisa realizada entre os professores da rede pública de ensino de Montes Claros, a qual demonstrou ser significativa a prevalência de alterações vocais por mais de 21 dias (39,7% dos participantes), o que é indicativo de disfunção laríngea. Salientando-se, ainda, que aqueles que se autorrelataram sem problemas vocais, apresentaram um dos sinais e sintomas. Dentre os problemas vocais citados pelos docentes vão desde garganta seca, rouquidão, cansaço vocal, pigarro até falhas na voz. A alteração vocal crônica autorreferida demonstrou estar associada ao tempo de regência acima de 15 anos, horas aulas semanais de 40 horas ou mais, ruído incomodativo ou insuportável dentro e fora da escola, água para consumo em local distante da sala de aula, excesso da fala e idade acima de 40 anos (ROSSI *et al.*, 2019).

Ainda sobre as intercorrências vocais, na pesquisa realizada por Roy *et al.* (2003), pelo menos um em cada três professores alega que dar aulas produz efeito vocal adverso e muitos sujeitos reduziram as atividades laborais em razão do problema voz. Várias outras pesquisas enfocam referidos agravos vocais (CIELO *et al.*, 2016; FERREIRA *et al.*, 2015; SOUZA *et al.*, 2011).

Apesar de serem recorrentes, os danos vocais não são os únicos que acometem os docentes, pois os sintomas osteomusculares e de dor também são relatados em diversas pesquisas, afetando principalmente as costas e os membros superiores e inferiores, podendo gerar sofrimento físico e psicoafetivo até a completa incapacidade funcional. Além disso, a lesão por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) são recorrentemente abordadas entre os docentes (ARAÚJO *et al.*, 2003; ARAÚJO; CARVALHO, 2009; CARDOSO, 2019; DELCOR *et al.*, 2004; REIS *et al.*, 2005).

Além desses, inúmeros outros agravos de saúde são recorrentes diante do esforço da profissão, como doenças relacionadas ao aparelho respiratório, digestivo, do tecido conjuntivo, problemas alérgicos e de visão, varizes e perda auditiva (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; ASSUNÇÃO, 2005; CORTEZ *et al.*, 2017; DELCOR *et al.*, 2004; LIMOEIRO, 2019; NEVES; SILVA, 2006; SILVA, 2017; SILVA, 2018; SIQUEIRA; FERREIRA, 2003; VITOR; SANTOS, 2014) e podem afetar a qualidade de vida, por envolver aspectos pessoais, sociais e profissionais (CIELO *et al.*, 2016).

Com relação aos aspectos do trabalho, em geral, que afetam a saúde dos docentes, as pesquisas destacam a sobrecarga de trabalho, o ambiente estressante, a diversidade e complexidade das questões presentes em sala de aula, a fiscalização contínua, a violência no âmbito escolar, a dificuldade de relacionamento entre família-escola, alta pressão por desempenho e baixo nível de controle de tarefas, desordem em sala de aula, ruídos, hostilidade entre alunos, desvalorização pessoal e salarial, problemas institucionais, baixa remuneração, excesso de alunos em sala de aula e infraestrutura escolar inadequada para o trabalho (ABRAMOVAY, 2014; BRITO *et al.*, 2014; CODO, 1999; CORTEZ *et al.*, 2017; DELCOR *et al.*, 2004; DIEHL; MARIN, 2016; ESTEVE, 1999; GOMES; BRITO, 2006; GOMES; NUNES; PADUA, 2019; KARMAN; SELMA, 2013; MOREIRA; RODRIGUES, 2018; SILVA, 2018; PORTO *et al.*, 2006).

A correlação entre os aspectos do trabalho e os agravos de saúde apresentados pelos docentes foi abordada em estudos, como o de Assunção (2008), que relacionou a presença de alguns destes fatores: trabalho em dois turnos, a predominância de ruído elevado e insuportável e a vivência de situação de violência, à prevalência de transtornos mentais (ASSUNÇÃO, 2008). O que está em consonância com a pesquisa de Albuquerque *et al.* (2018), os quais retratam que o sofrimento mental tem relação positiva com os seguintes aspectos: carga horária semanal, o número de turmas por professor e o número de alunos por turma, variáveis essas também abordadas no estudo de Tostes *et al.* (2018). A intensidade de ruídos, rotina de trabalho extensa, salas inadequadas, ambiente intranquilo, falta de materiais, equipamentos adequados e pó de giz também apresentaram relação com o surgimento/agravamento de problemas vocais (ASSUNÇÃO, 2008).

A relação entre danos físicos, transtornos psíquicos menores e o trabalho docente já foi objeto de estudo em diversas regiões do país. Tal assunto, inclusive, não é uma realidade que afeta apenas o Brasil, os docentes de outros países também sentem referidas repercussões físicas e psíquicas do trabalho (BIROLIM *et al.*, 2019; BRITO *et al.*, 2014; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; KARMAN; SELMA, 2013; LUZ *et al.*, 2019).

Outro aspecto relevante consiste no aumento dos sintomas de saúde, a depender do período do ano, conforme constatado por Araújo e Carvalho (2009), em docentes da Bahia, que identificaram no final do período letivo, um acúmulo de tarefas, o aumento do cansaço generalizado, problemas de voz, elevação da irritação e impaciência, situação que é denominada pelos próprios docentes de “outubrite”.

De fato, ao se analisar a fase de coleta de informações nas pesquisas, pode-se observar a variação dos sintomas no decorrer do ano. Caso as informações tenham sido coletadas no início do ano, período que sucede as férias, iniciando os trabalhos letivos, pode-se constatar que os sintomas físicos e psíquicos são sentidos com menor frequência. Diversamente do que ocorre ao final do ano letivo ou final dos semestres, a sobrecarga de tarefas e o cansaço refletem diretamente na frequência dos sintomas físicos e psíquicos apresentados pelos docentes.

Assim, em razão da sazonalidade em que ocorre o agravamento dos danos à saúde nos docentes, no início do ano e do segundo semestre, não há relatos com a mesma proporção do final dos semestres letivos (DELCOR *et al.*, 2004; GOMES; BRITO, 2006). Não obstante essa sazonalidade, os danos físicos e psíquicos persistem entre os docentes ao longo do ano e tem uma consonância, merecendo, portanto, a atenção do governo para realização de Políticas Públicas preventivas, bem como de recuperação daqueles já acometidos por doenças, além da atuação dos demais entes públicos e sociedade civil, no sentido de fomentar a promoção da saúde docente. Diante da abrangência da população atingida por referidos agravos de saúde, das nuances que envolvem a questão, faz-se necessária a busca da compreensão da dinâmica do adoecimento/sofrimento docente (GOMES; BRITO, 2006; NEVES; SILVA, 2006).

A sobrecarga de trabalho traz prejuízo à saúde física, visto que os intervalos para descanso e refeições são afetados, considerando a necessidade de utilização dos pequenos intervalos para deslocamento entre uma escola e outra (GOMES; BRITO, 2006; SILVA, 2017), bem como traz repercussão na vida pessoal dos docentes, comprometendo o período de descanso com a família para realização de algumas tarefas do trabalho (BRITO *et al.*, 2014).

A situação constatada na pesquisa realizada em escola estadual do Rio de Janeiro relata a reincidência na citação dos docentes de que há uma “sobrecarga de trabalho” e dentre os sintomas que consideram dela decorrentes citam:

[...] mal-estar geral, falta de ar, pressão baixa, tonturas, cansaço, labirintite, esgotamento físico e mental, problemas nas cordas vocais, problemas respiratórios, alergias, rinite, perturbações do sono (insônia e sono que não é reparador), perturbações de caráter digestivo, formas de alimentação inadequadas (podendo implicar a médio e a longo prazo em deficiências nutritivas), estresse, aumento nos níveis de ansiedade, frustração, angústia, depressão e irritabilidade (GOMES; BRITO, 2006, p. 57).

As autoras afirmam que existem variáveis a serem analisadas, como o período do ano letivo, observando-se uma potencialização dos sintomas no final de ano; fatores individuais, razões pelas quais consideram que não se pode reduzir a uma simples soma dos efeitos de cada fator como aptos a gerar “sobrecarga” (GOMES; BRITO, 2006).

Importante destacar que restou constatado que muitos docentes não retratam sentir os agravos na saúde com receio da visão dos outros colegas sobre ele, bem como de serem readaptados (ROSSI *et al.*, 2019, SILVA, 2018) e apenas quando o problema atinge um patamar de severidade é que passam a admitir a sua existência (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019). Assim sendo, infere-se que dentro do âmbito pesquisado, ainda há participantes que se autoconsidera não afetada pelos agravos de saúde decorrentes do exercício do trabalho docente.

Por todo o exposto, a pesquisa em cidades do sul de Minas Gerais sobre condições de trabalho e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns pode contribuir para o enfrentamento dos fatores de risco e melhora no ambiente laboral, visto que, em geral, nas pesquisas já realizadas, a realidade dos docentes da educação pública tem vários pontos convergentes, independente da região pesquisada, admitindo que os dados coletados em determinada região sirvam de parâmetro para compreensão de situações generalizadas.

3.3 MÉTODO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre as condições do trabalho, em termos de número de escolas em que trabalha, tipos de vínculo, número médio de alunos por turma, tempo de serviço docente, e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns entre docentes da rede estadual de ensino atuantes na região Sul de Minas Gerais. Para tanto, faz uso de um corte transversal, de caráter quantitativo e descritivo dos dados.

3.3.1 População e amostra

A população pesquisada foi constituída de 790 docentes da rede estadual de ensino lotados em 20 escolas na região Sul de Minas Gerais, sendo a amostra composta por 452 docentes, de 19 escolas, considerando que em uma escola não foi possível aplicação dos questionários. A amostra é não probabilística, por conveniência (acidental), em razão de se definir por critério de acessibilidade, ou seja, de acordo com a disponibilidade dos pesquisados em participar do estudo (OLIVEIRA, 2001), o que a torna de maior facilidade operacional.

A maioria dos docentes que participou da pesquisa se encontra com idade entre 31 a 50 anos (67,7%), é do sexo feminino (73,7%), casada (58,1%), com rendimento mensal entre 1 a 5 salários mínimos (89,7%), pós-graduada (55,5%), tendo vínculo efetivo de trabalho (63%) e tempo de docência de 14,52 anos (DP= 8,45). A atuação em mais de uma escola foi indicada

por 53,2% dos participantes da pesquisa, sendo o número médio de alunos relatado de 34,14 por turma (DP= 6,74) e a carga horária média de 29,44 horas semanais (DP= 12,16). Considerando que os Coeficientes de Variação estão entre 0 e 15, os dados estão bem concentrados.

3.3.2 Instrumentos utilizados

Foram aplicados três questionários aos docentes, presencialmente, sendo: o questionário estruturado a partir das questões que compõem o fator Danos físicos da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) que compõe o Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), acrescido de quatro perguntas; o questionário de Saúde Geral (QSG-12) e um formulário sociodemográfico e laboral.

Cumprе esclarecer que a EADRT é uma das quatro escalas que compõe o Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA). Sua criação decorreu da proposta de Escala de Indicadores de DORT e Depressão (EIDD), validada por Ferreira e Mendes (2003), que, posteriormente, ensejou na Escala de Sintomas relacionados ao trabalho, composta por 32 itens (MENDES *et al.*, 2005), e, em seguida, resultou na EADRT, que foi teve suas evidências de validade testadas por Mendes e Ferreira (2007), em versão com 29 itens e três fatores (FACAS, 2013).

A mensuração dos Danos físicos na referida escala é realizada por meio de 12 itens, respondidos em uma escala de 7 pontos, que visa a avaliar os danos provocados pelo trabalho nos últimos meses, sendo a enumeração de 0 (=nenhuma vez) até 6 (que corresponde a seis ou mais vezes). Destaca-se que as situações descritas são hipóteses graves à saúde, razão pela qual a repetição da ocorrência num nível moderado indica adoecimento, o que leva a classificação ser dividida em quatro níveis: acima de 4,1 (mais negativa, presença de doenças ocupacionais), entre 3,1 e 4,0 (moderada para frequente, grave), entre 2,0 e 3,0 (moderada, crítico) e abaixo de 1,9 (mais positiva, suportável).

As evidências de validade dessa escala derivada a partir dos itens do fator Danos Físicos foram testadas em estudo anterior com os mesmos participantes da presente pesquisa por Carvalho e Santos (2021), por meio de análise fatorial, que indicou a exclusão de dois itens e o agrupamento das demais questões em dois fatores. O primeiro deles, denominado dores no corpo ($\alpha = 0,85$) envolveu a mensuração de 5 itens que se referiam a dores no corpo, nos braços, na cabeça, nas costas e nas pernas e o segundo, referido como distúrbios biológicos ($\alpha = 0,78$) compreendeu outros 5 itens abordando distúrbios digestivos, alterações de apetite, distúrbios

na visão, alterações do sono e distúrbios circulatórios. Tais resultados estão orientando as análises relativas aos danos físicos na presente pesquisa.

A escala QSG é um instrumento para aferição da saúde psíquica das pessoas, criado por Goldberg, em 1972, na Inglaterra. Em sua primeira versão possuía 60 itens (GOUVEIA *et al.*, 2000). Diante da sua ampla utilização, foram desenvolvidas versões mais reduzidas do instrumento, contendo 30, 28 e 12 itens, as quais, apesar de não avaliarem as mesmas dimensões do instrumento original, têm apresentado índices de consistência interna satisfatórios, o que denota boa confiabilidade (GOUVEIA *et al.*, 2000). No Brasil, a escala QSG-12, foi objeto de estudos de validação por Sarriera; Schwarcz e Câmara (1996); Gouveia *et al.* (2003) e Borges e Argolo (2002), sendo aqui utilizada a versão avaliada por esses últimos autores.

A versão do QSG-12 é a mais utilizada atualmente, diante da sua brevidade, sendo esta razão também uma das razões para sua utilização na presente pesquisa, sendo um instrumento que tem aplicação internacional consolidada no campo ocupacional e alinha-se à temática da Saúde Mental e Trabalho (BORGES; ARGOLO, 2002). O QSG-12 é composto por 12 perguntas com quatro opções de resposta numa escala que vai de 0 a 3 e o ponto de corte $\frac{3}{4}$ é normalmente adotado para definir indivíduos sem ou com transtornos mentais comuns (FERREIRA, 2015; SÁ JÚNIOR; WANG, 2016.).

Para a análise das informações levantadas por meio do QSG-12, a solução unifatorial está sendo aqui adotada, tendo em vista que, embora não haja um consenso na literatura sobre o tema, algumas pesquisas indicaram ser essa a melhor alternativa de análise das informações obtidas por meio desse instrumento (GOUVEIA *et al.*, 2003; GOUVEIA *et al.*, 2012; WAGNER, 1998). Isso se aplica, inclusive, especificamente para o caso em questão, haja vista a testagem prévia desse instrumento, realizada por Carvalho e Santos (2021), em sua aplicação junto aos mesmos participantes da presente pesquisa, a qual indicou bons índices de consistência interna da escala, com alfa de Cronbach elevado ($\alpha = 0,92$), cargas fatoriais entre 0,57 e 0,82 e variância total explicada de 49,31%.

O formulário sociodemográfico e laboral foi o instrumento que levantou questões do perfil dos participantes e das condições de trabalho. Envolveu itens como idade, gênero, estado civil, renda, nível de escolaridade, tempo de atuação como docente, níveis de ensino em que atua, número de escolas em que atua e carga horária semanal, os quais auxiliaram a traçar um perfil dos docentes pesquisados, bem como aspectos do contexto de trabalho.

3.3.3 Coleta de informações

As informações utilizadas na pesquisa foram levantadas no âmbito do projeto “Docentes e Saúde Psíquica no Trabalho”, registrado no Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAL-MG (número: 3.156.204).

A coleta das informações que consta do referido projeto foi realizada no primeiro semestre de 2019. Para sua efetivação, foram realizados agendamentos pré-estabelecidos pelas direções das escolas que se dispuseram a participar da pesquisa. Apesar da dificuldade na efetiva aplicação dos questionários, diante dos inúmeros temas pré-determinados pela Secretaria Estadual de Educação para discussão nas reuniões escolares, o que gerou várias remarcações, foi possível a aplicação a um número significativo de docentes na região.

A princípio, alguns docentes se apresentaram desmotivados com a participação na pesquisa, diante da falta de perspectiva que visualizavam de possível mudança no quadro vivenciado. Outros, por sua vez, além de receptivos, demonstraram interesse, inclusive, em acompanhar o resultado da pesquisa. Após a coleta das informações, estes foram reunidos pela coordenadora do projeto e disponibilizados àqueles orientandos que participaram do projeto.

Foi obtido um total de 452 questionários, dos quais 14 foram descartados por não terem sido preenchidos adequadamente, resultando no número final de 438 questionários válidos, dos quais os respondentes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os questionários foram reunidos pela coordenadora do projeto e disponibilizados àqueles orientandos que participaram do projeto.

3.3.4 Procedimentos de análise das informações

O programa SPSS (*Statistics Package for Social Science*) foi utilizado para auxiliar na análise das informações, tratando de forma estatística as informações coletadas. As análises envolveram procedimentos estatísticos, com análises descritivas, como cálculos de média, desvio padrão e frequência, para obtenção do perfil dos pesquisados, e estatísticas inferenciais, como o teste t e correlação, para análise da relação entre as variáveis de condições de trabalho analisadas e o adoecimento docente.

3.4 RESULTADOS

Para traçar a relação entre as condições de trabalho e a prevalência dos transtornos mentais e danos físicos dentre os docentes, a pesquisa parte da análise geral da amostra, para depois retratar as especificidades das relações entre as variáveis (número de escolas em que trabalha, tipos de vínculo, número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula).

Assim, a média, o desvio padrão e a frequência são reportados inicialmente, seguindo de um estudo de comparação de médias das variáveis número de escolas em que trabalha, tipos de vínculo e correlação entre as variáveis número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula com relação aos danos físicos e transtornos mentais comuns.

Importante destacar que a análise descritiva estatística reporta o enquadramento da amostra dentro de determinados parâmetros matemáticos, razão pela qual há possibilidade de afetação dos transtornos mentais comuns e danos físicos num percentual acima dos que se enquadram no escore indicativo, se considerarmos o marco de tempo limitado da escala; a possibilidade de subnotificação dos participantes, por diversos fatores, como por considerarem inerentes ao ofício, por terem receio de como serão tratados ao reportar referidos agravos de saúde. Além disso, outro fator reside na época em que se realizou a pesquisa, início do ano letivo, após afastamento das salas de aula por mais de 30 dias, pressupondo um agravamento no decorrer do ano letivo, em especial, no final, em virtude da sobrecarga de trabalho.

Considerando, portanto, a análise dos indicadores do adoecimento físico e psíquico dentro das abordagens estudadas, restou apurado que apenas 6,6% (acima de 2,2) da amostra apresentou escore indicativo de transtornos mentais comuns e 13,9% (acima de 4,1) de danos físicos, dentre os quais 14,4% apresentaram distúrbios biológicos e 40,2% dores no corpo.

Passando à análise das médias e desvio padrão dos transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos, segue abaixo a Tabela 1:

Tabela 1 – Média de resposta aos fatores transtornos mentais comuns e danos físicos, subdivididos em dores no corpo e distúrbios biológicos

Fator de análise	Média	Desvio Padrão
Transtornos mentais comuns	1,11	0,62
Dores no corpo	3,46	1,75
Distúrbios biológicos	2,08	1,60

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos danos físicos, as dores no corpo apresentaram média de 3,46, que se enquadra no nível moderado para frequente, e os distúrbios biológicos, de 2,08, correspondente ao nível crítico. Os TMC's apresentaram média de 1,11, abaixo, portanto, do escore indicativo de doença.

Passando à análise comparativa das médias encontradas para os grupos dos docentes atuantes em uma escola e duas ou mais escolas, contratados e efetivos, em relação a presença de TMC's, dores no corpo e distúrbios biológicos, o teste *t* de Student foi utilizado. Segue abaixo, inicialmente, a comparação dos escores com relação ao número de escolas em que os docentes atuam (TABELA 2).

Tabela 2 – Comparação das médias dos grupos dos docentes atuantes em uma escola e duas ou mais escolas em relação aos transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos

Fator de análise	Uma Escola Média (desvio padrão)	Duas ou Mais Escolas Média (desvio padrão)	t	P
Transtornos mentais comuns	1,049 (0,60)	1,16 (0,62)	-1,91	0,056
Dores no corpo	3,37 (1,78)	3,52 (1,72)	-0,87	0,38
Distúrbios biológicos	1,99 (1,64)	2,13 (1,53)	-0,86	0,39

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

t – Valor estatístico do teste *t*.

p - P estatístico da análise.

A média encontrada para o grupo duas ou mais escolas foi maior que a do grupo uma escola nos três enfoques (TMC's, dores no corpo e distúrbios biológicos). Todavia, o número de escolas em que atua apresentou significância próxima do limite de tolerância ($p < 0,05$) apenas na comparação das médias apenas com relação aos TMC's ($p = 0,056$).

Em relação a análise comparativa das médias dos grupos de docentes contratados e efetivos, segue Tabela 3:

Tabela 3 – Comparação das médias dos grupos dos docentes contratados e efetivos em relação aos transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos

Fator de análise	Média Efetivo (desvio padrão)	Média Contratado (desvio padrão)	T	P
Transtornos mentais comuns	1,16 (0,61)	1,04 (0,63)	1,91	0,03
Dores no corpo	3,58 (1,74)	3,28 (1,77)	1,65	0,05
Distúrbios biológicos	2,10 (1,58)	2,05 (1,60)	0,35	0,36

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

t – Valor estatístico do teste *t*.

p - P estatístico da análise.

Sob o enfoque do tipo de contratação, infere-se diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre as médias com relação a prevalência dos transtornos mentais comuns ($p = 0,03$), bem como para o desencadeamento de dores no corpo ($p = 0,05$). Não há significância na relação entre a comparação das médias dos subgrupos contratados e efetivos com os distúrbios biológicos.

A fim de observar a correlação entre as variáveis número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula com os danos físicos e transtornos mentais comuns, foi realizada análise correlacional, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Correlação entre as variáveis número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula e os transtornos mentais comuns, as dores no corpo e os distúrbios biológicos.

Fatores de análise	Transtornos mentais comuns	Dores no corpo	Distúrbios biológicos
Número de alunos por turma	$r = 0,14$ $p = 0,01$	$r = 0,47$ $p = 0,36$	$r = 0,12$ $p = 0,02$
Carga horária semanal em sala de aula	$r = 0,02$ $p = 0,62$	$r = 0,11$ $p = 0,04$	$r = 0,00$ $p = 0,95$

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

r = coeficiente de correlação

p = *p* estatístico da análise

Houve correlação positiva entre o número de alunos por turma com os TMC's e os distúrbios biológicos ($r = 0,14$ e $r = 0,12$), retratando, portanto, que quanto maior o número de alunos por turma, maior a percepção dos TMC's, bem como dos distúrbios biológicos. Todavia, o coeficiente de correlação está próximo de zero, indicando baixa magnitude. Destaco, ainda, que a associação é significativa para ambos os fatores ($p < 0,05$, $p = 0,01$ e $p = 0,02$). No que diz

respeito a variável carga horária, há correlação positiva com as dores no corpo, mas de baixa magnitude ($r = 0,25$ e $r = 0,11$), pressupondo que quanto maior a carga horária de trabalho semanal em sala de aula, maior a prevalência das dores no corpo. Todavia, a associação entre a carga horária semanal em sala de aula é significativa apenas em relação as dores no corpo ($p = 0,04$).

3.5 DISCUSSÕES

A pesquisa demonstrou baixa prevalência de transtornos mentais comuns, o que deve ser contextualizado, diante do fato de ter se realizado no início do ano, após afastamento das atividades de sala de aula por mais de 40 dias, bem como considerando a intensificação do trabalho docente ser retratada como recorrente ao final do ano letivo (DELCOR *et al.*, 2004; GOMES; BRITO, 2006; GOMES, 2002), razão essa que possivelmente indica a diferença nos percentuais encontrados nas pesquisas realizadas em Vitória da Conquista (BA), indicando prevalência de 41,5 % (DELCOR *et al.*, 2004), 44% (PORTO *et al.*, 2006) e 55,9% (REIS *et al.*, 2005), que foram realizadas ao final do ano letivo. Assim, o resultado contribui para corroborar referidas pesquisas, demonstrando a menor percepção pelos docentes dos TMC's no início do ano, retratando, assim como na pesquisa de Campos, Vêras e Araújo (2020) a evolução no desencadeamento dos transtornos mentais comuns com o desgaste nas rotinas de trabalho, relação direta com o ritmo e volume de trabalho.

Dentre os danos físicos, as dores no corpo foram mais representativas que os distúrbios biológicos, ratificando, portanto, estudos que retratam como frequentes as dores no corpo dentre os docentes (ARAÚJO; CARVALHO, 2009; BRANCO *et al.*, 2011; CARDOSO, 2019; DELCOR *et al.*, 2004), com prevalência global de dor musculoesquelética de 55% (ASSUNÇÃO, 2009) e 73,5% (CEBALLOS; SANTOS, 2015). Nesse tópico, importante trazer algumas considerações, como o fato dos agravos de saúde abordados na pesquisa dentre os distúrbios biológicos estarem adstritos aos distúrbios digestivos, alterações de apetite, distúrbios na visão, alterações do sono e distúrbios circulatórios, não abrangendo, portanto, os problemas vocais.

Outro aspecto a ser observado diz respeito aos distúrbios do sono, pois não costumam ser diagnosticados, em razão da baixa procura para tratamento. Todavia, são relevantes e têm repercussão em diversas funções, como deterioração da memória, distúrbios de aprendizagem, alterações funções executivas, lentificação no desenvolvimento do raciocínio matemático, rebaixamento nas respostas às tarefas de atenção, maior sensibilidade à dor e déficit

desempenho tarefas psicomotoras (VALE, 2011). É preciso observar a questão com cautela, diante das pesquisas realizadas com docentes da rede pública de Minas Gerais, que apresentaram percentual de 46,7% da amostra com sono irregular (VALLE; REIMÃO; MALVEZZI, 2011) e 15,3% utilizando medicamentos para dormir (MACHADO; LIMONGI, 2019). Além disso, outro aspecto a ser abordado reside no fato de determinados agravos de saúde só serem notificados pelos docentes quando atingem um patamar de severidade (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019), por considerarem que são decorrentes de situações normais da profissão (GOES, 2017), bem como diante do receio de afetar a sua imagem no meio de trabalho e de serem readaptados (ROSSI *et al.*, 2019, SILVA, 2018). Assim sendo, o resultado pertinente aos distúrbios biológicos deve ser considerado relevante, apesar de não se encontrar estatisticamente dentre os parâmetros indicativos de doença.

Quanto às dores no corpo, considerando que a amostra apresentou resultado expressivo, mesmo tendo se realizado no início do ano, após um período longo de descanso, a contribuição da pesquisa é efetiva para demonstrar a intensidade do problema, já que se pressupõe que, no decorrer do ano letivo, com intensificação dos trabalhos, o percentual tende a se elevar, a ponto de atingir patamares estatísticos indicativos de doença.

Com relação ao número de escolas em que trabalham, há indicação de possível influência da atuação em duas ou mais escolas com o desencadeamento dos TMC's, podendo reportar dessa circunstância que a atuação em duas ou mais escolas traz repercussões como a sobrecarga de trabalho; redução do tempo de descanso intrajornada, em virtude do tempo gasto com deslocamentos; bem como cansaço decorrente da locomoção entre as escolas, seja em virtude de esforço físico para caminhar, ou mental, diante da concentração exigida no trânsito nas cidades. Destaco que a pesquisa trouxe importante contribuição, considerando que referida associação não foi retratada em pesquisa anterior, como a de Gasparini, Barreto e Assunção (2006), dentre os docentes da rede municipal de Belo Horizonte (MG).

Na análise do tipo de contratação, os docentes efetivos representam a maioria entre os participantes da pesquisa e tiveram maior percepção com relação aos transtornos mentais comuns e as dores no corpo. Apesar da estabilidade no trabalho, os docentes efetivos podem sofrer mais com os TMC's em razão da estagnação profissional, perda do interesse do melhor desempenho da profissão, diante da falta de perspectivas na carreira, conforme retratado por Machado e Limongi (2019), que também indicou maioria de efetivos (75,3%) e percentual elevado de TMC's (43,9%). Nesse sentido, o descompasso das exigências do governo mineiro com os benefícios, como carreira e remuneração, já foi retratada em diversas pesquisas (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; MELO; CIRILO; PINTO, 2016;

RODRIGUES; SILVA; SOUZA, 2019), fatores estes que podem levar aos docentes estáveis a terem maior percepção dos TMC's, visto que envidaram esforços para atingir estabilidade e renda, cumprindo metas e concluindo cursos e especializações, e em contrapartida os objetivos visados não foram alcançados, gerando sentimento de frustração, apatia.

Com relação ao número de alunos por turma houve correlação positiva com a prevalência de TMC's e distúrbios biológicos, todavia de baixa magnitude e de associação não significativa. Importante destacar que o quantitativo de alunos traz repercussões diante dos desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, que envolve desde aspectos individuais que cada aluno, como também das lacunas decorrentes da baixa qualidade de ensino, seja em razão de carência de políticas públicas concretas, pela má implementação das existentes ou até mesmo decorrentes de situações sociais, como greves, e, atualmente, até mesmo de saúde pública, pandemia. Apesar do resultado encontrado não apresentar associação significativa, abordar a questão através de um corte longitudinal poderia trazer balizas mais precisas da real influência do quantitativo de alunos na saúde docente ao longo do tempo, considerando, portanto, possível a relação entre o esforço na transmissão do conteúdo, bem como controle de sala de aula indica, no senso comum, com o maior desgaste físico e psicológico, como demonstrado nas pesquisas de Albuquerque *et al.* (2018), Tostes *et al.* (2018) e Valle, Reimão e Malvezzi, 2011.

Já no que tange à carga horária semanal em sala de aula, houve correlação positiva de baixa magnitude com as dores no corpo. Todavia, alguns fatores devem ser considerados, como o fato da média de horas retratada pelos participantes ser referente ao trabalho em sala de aula, desconsiderando as diversas atividades extraclasse inerentes ao ofício docente, como para preparação das aulas, correção de trabalhos e provas, além dos deslocamentos de uma escola para outra, conforme já destacado na pesquisa de Gasparini, Barreto, Assunção (2006) e Tostes *et al.* (2018), Delcor *et al.* (2004) e Codo (1999). Nesse aspecto, a pesquisa corroborou pesquisas anteriores, como a de Gasparini, Barreto e Assunção (2006) e Albuquerque *et al.* (2018) que não constatarem a associação dos TMC's e a carga horária de trabalho, bem como ratificou estudos que retratam a relação da carga horária semanal em sala de aula com as dores no corpo (ARAÚJO; CARVALHO, 2009; CARDOSO, 2019), decorrente da jornada intensa de trabalho e dos esforços físicos realizados no trabalho, permanecendo em pé por tempo excessivo, com postura inadequada, associado aos trabalhos domésticos, considerando que as mulheres são representativas da maioria dentre os docentes e assumem importante papel na condução das tarefas do lar. Nesse sentido, a relação entre o tempo e o tipo de trabalho docente com a dor musculoesquelética está bem retratada no estudo de Sanchez *et al.* (2013), reportando

que o trabalho em pé por tempo prolongado aumenta a pressão hidrostática do sangue nas veias dos membros inferiores e a restringe a circulação linfática nas extremidades inferiores, e que os movimentos repetitivos, como na correção de provas e exercícios, apagando a lousa e em computador, causam dor e desgaste aos tecidos musculares, bem como coluna cervical, lombar, membros superiores e inferiores, sendo, inclusive, seguidas de cefaleia.

Diante dos resultados de uma forma geral, pode-se afirmar que a pesquisa apresentou importantes contribuições para o estudo da relação das condições de trabalho com o adoecimento docente, em especial, diante da carência de estudos interdisciplinares, como retratado por Penteado e Souza Neto (2019). Já sob o enfoque da abordagem psicossociológica, a pesquisa realizou análise dos docentes em situações sociais reais no âmbito da escola, que influenciam na sua saúde física e psíquica, permitindo a compreensão das situações da vida concreta a partir da articulação das condutas humanas, vida psíquica e meio social (BORGES; BARBOSA; GUIMARÃES, 2021). Nesse sentido, a prevalência das dores no corpo entre os docentes, bem como a relação entre os transtornos mentais comuns com as condições de trabalho (número de escolas em que atuam, número de alunos por turma, vínculo efetivo) e das dores no corpo com a forma de contratação (efetivo) foi explicitada, refutando a lógica higienista de individualização e responsabilização na análise do processo saúde-doença-cuidado docente.

Já reportando o aspecto da região do Brasil onde se desenvolveu a pesquisa, outra contribuição tem valor significativo, visto que, considerado o alto IDH da região, com melhores condições socioeconômicas em relação a grande parte do país, as informações levantadas devem ser enaltecidas, pressupondo existir maior afetação das condições de trabalho no adoecimento docente num contexto geral da população brasileira, atento ao fato da carência de recursos básicos de determinadas localidades, exigindo maior esforço dos docentes para exercício do trabalho (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). Sob referido enfoque, importante, ainda, destacar a concentração dos estudos sobre adoecimento docente em apenas algumas regiões do país (MG, SP, BA, RS e SC), o que foi, inclusive, retratado por Araújo, Pinho e Masson (2019), indicando, portanto, um campo ainda vasto de estudo a ser explorado do universo docente brasileiro de mais de 1,3 milhões de docentes na educação fundamental, conforme Censo 2020 (CRISTALDO, 2021).

Outro ponto importante, ainda alinhada aos dados do Censo 2020, é a importância da presente pesquisa na população discente, visto que sentem os reflexos decorrentes do adoecimento dos professores, mesmo que indiretamente, comprometendo o ensino, a formação e preparação para o mercado de trabalho. Nesse sentido, considerando que 89,2% da população

de 15 a 17 anos frequenta a escola, representando 6,3 milhões de alunos, e que a rede estadual de ensino tem participação de 84,1% do total de matrículas, sendo 95,9% dos alunos na rede pública de ensino (CRISTALDO, 2021), a situação merece posturas concretas com intuito de conter os danos causados não só aos docentes, como também aos discentes.

A pesquisa trouxe significativa contribuição ao realizar o levantamento justamente no início do ano letivo, após longo período de afastamento das salas de aula, o que possivelmente levou aos baixos percentuais de TMC's e danos físicos encontrados, contribuindo no sentido de demonstrar a continuidade dos referidos agravos mesmos após descanso prolongado, bem como alertar sobre a potencial possibilidade de aumento dos índices encontrados com a sobrecarga de trabalho decorrente do final do ano letivo. Destaca-se, ainda, que a maioria dos estudos objeto do levantamento bibliográfico se reportam ao final do ano letivo, trazendo dados para discussões futuras.

É preciso reconhecer, todavia, as limitações da pesquisa, como o fato de se tratar de um corte transversal, por abranger apenas os docentes presentes à época da aplicação dos questionários. Nesse sentido, seria interessante reavaliar a situação através de um estudo longitudinal, que está sujeito à “superestimação de casos de doenças de longa duração e à subestimação de doenças de curta duração” (PORTO *et al.*, 2006, p. 823), em especial, por considerar que os agravos ora analisados são, em sua maioria, pertinentes a doenças crônicas. Além disso, deve ser considerado o fato do estudo ser quantitativo, podendo pesquisas futuras se beneficiar de desenhos qualitativos, a fim de complementar as informações extraídas neste trabalho.

A partir da pesquisa, portanto, recomendável que a promoção da saúde docente siga uma comunicação interdisciplinar, a fim de preservar e proporcionar qualidade de vida, com mudanças na organização do trabalho, aptas a garantir um ambiente sadio aos docentes, permitindo minimizar o agravamento dos sintomas já existentes dentre os trabalhadores, bem evitar a incidência de novos casos de danos físicos e transtornos mentais comuns, através de políticas públicas concretas, visto que o presente trabalho trouxe contribuições importantes, mas que não retratam uma realidade nova, mas sim já existente a décadas, conforme retratado nas diversas pesquisas reportadas no presente artigo, demonstrando, portanto, que ainda permanece um problema em aberto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Violência nas escolas**: programa de prevenção à violência nas escolas. Rio de Janeiro: Flasco, 2014.

ALBUQUERQUE, G. S. C. *et al.* Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1.287-1.300, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v16n3/1678-1007-tes-1981-7746-sol00145.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ALVES, A. P. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns entre profissionais de saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 64-69, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/8150/12330>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ARAÚJO, T. M. *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadoras de enfermagem. **Revista Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. 424-433, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n4/16776.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/07.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v35s1/1678-4464-csp-35-s1-e00087318.pdf> . Acesso em: 30 ago. 2019.

ASSUNÇÃO, A. A. **Ensinar em condições precárias**: efeitos sobre a saúde: relatório de estudo exploratório. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e mal-estar do trabalhador docente. *In*: SEMINÁRIO REDESTRADO: NUEVAS REGULACIONES EM AMÉRICA LATINA, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Agencia: UBA, 2008. Disponível em: http://estrado.fae.ufmg.br/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Ada%20Avila.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BEHLAU, M. *et al.* Epidemiology of voice disorders in teachers and nonteachers in Brazil: prevalence and adverse effects. **Journal of voice**, v. 26, n. 5, p. 665-669, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0892199711001664>. Acesso em: 10 set. 2019.

BIROLIM, M. M. *et al.* Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1255-1264, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000401255. Acesso em: 10 fev. 2020.

BISERRA, M. P. *et al.* Voz e trabalho: estudo dos condicionantes das mudanças a partir do discurso de docentes. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300966&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2020.

BOITO JUNIOR, A. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, p. 16-28, 2002. Disponível em: <https://www.oocities.org/textosdiversos/neosistemaeducacional.html>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BORGES, L. O.; ARGOLLO, J. C. T. Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. **Avaliação psicológica**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 17-27, jun. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v1n1/v1n1a03.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BORGES, L. O.; BARBOSA, S. C.; GUIMARAES, L. A. M. (org.). **Psicologia do trabalho: temas contemporâneos**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BRANCO, J. C. *et al.* Prevalência de sintomas osteomusculares em professores de escolas públicas e privadas do ensino fundamental. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/nft7s8Jy3fZncQ6Wyv7JNHp/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016: 1º boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de atenção básica nº 41**: saúde do trabalhador e da trabalhadora. Brasília, DF: 2018c. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_trabalhadora.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de atenção básica nº 5**: saúde do trabalhador. Brasília, DF: 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2017. 2017a.

BRITO, J. *et al.* Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. **Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 24, n. 2, p. 589-605, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00589.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAUJO, T. M. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação**, v. 25, n. 03, p. 745-768, nov. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Transtornos_mentais_comuns_em_docentes_do_ensino_s.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CANAVARRO, M. C. et al. Qualidade de vida e saúde: aplicações do WHOQOL. **Alicerces**, v. 3, n. 3, p. 243-68, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/770>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARDOSO, A. M. Doenças e disfunções ocupacionais ligadas à prática docente: causas e consequências. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 4, n. 2, p. 26-34, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4a78/1f39c21070e00ea69181eadf90f009f45510.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARDOSO, A. M. Doenças e disfunções ocupacionais ligadas à prática docente: causas e consequências. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 4, n. 2, p. 26-34, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4a78/1f39c21070e00ea69181eadf90f009f45510.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARDOSO, J. P. *et al.* Prevalência de dor musculoesquelética em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 4, p. 604-614, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2009.v12n4/604-614/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CEBALLOS, A. G. C.; SANTOS, G. B. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p. 702-715, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tSNNM7hmV8zYYgFsdhZMMcj/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CHOI-CARDIM, K.; BEHLAU, M.; ZAMBON, F. Sintomas vocais e perfil de professores em um programa de saúde vocal. **Revista CEFAC [online]**, v. 12, n. 5, p. 811-819, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462010000500013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

CIELO, C. A. *et al.* Perfil vocal, ocupacional e de saúde geral de docentes de Santa Maria/RS. **Revista CEFAC [online]**, v. 18, n. 3, p. 635-648, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v18n3/1982-0216-rcefac-18-03-00635.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CORTEZ, P. A. *et al.* A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n1/1414-462X-cadsc-1414-462X201700010001.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

COSTA, M. T. P.; BORGES, L. O.; BARROS, S. C. Condições de trabalho e saúde psíquica: um estudo em dois hospitais universitários. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, v. 15, n. 1, p. 43-58, jan./mar. 2015.

CRISTALDO, H. **Censo escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico**. Agência Brasil, Brasília, DF, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico#>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DELCOR, N. S. *et al.* Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/35.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática de literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25302/19800>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

FACAS, E. P. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho**: contribuições da psicodinâmica do trabalho. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15420>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FERREIRA, R. C. *et al.* Transtorno mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 135-155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/743zZrR8y93TSdw4M9js3MJ/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FRANCISCO, W. C. **IDH no Brasil**. Brasil Escola, 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-idh-no-brasil.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-99, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2679-2691, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/16.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GOES, R. L. **Percepção de professores sobre voz no trabalho**. 2020. 79 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

GOMES, L. **Trabalho multifacetado de professores/as**: a saúde entre limites. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5219/2/463.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades do trabalho docente e a sua relação com a saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 49-62, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100005. Acesso em: 22 de dez. 2019.

GOMES, V. A. F. M.; NUNES, C. M. F.; PADUA, K. C. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, n. 255, p. 277-296, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v100n255/2176-6681-rbeped-100-255-277.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOUVEIA, V. V. *et al.* A utilização do QSG-12 na população geral: estudo de sua validade de construto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 241-248, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/whw9YmhzyhcTnS9ZLVBJ5sf/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Questionário de Saúde Geral (QSG-12): o efeito de itens negativos em sua estrutura fatorial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 375-384, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gF6zrHckVvh6j7JmmKxk6mx/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GUIRADO, G. M. P.; PEREIRA, N. M. P. Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para determinação dos sintomas físicos e psicoemocionais em funcionários de uma indústria metalúrgica do Vale do Paraíba/SP. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 92-98, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/jZgpygMZKXZtqzM53BLYGqR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tres-coracoes/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 16 set. 2019.

KARMAN, D. F.; SELMA, L. Professor: intensificação do trabalho e o uso da voz. **Communication Research**, v. 18, n. 3, p. 162-170, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/acr/v18n3/a05v18n3.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LIMOEIRO, F. M. H. Comparação da ocorrência de sinais e sintomas de alteração vocal e de desconforto no trato vocal em professores de diferentes níveis de ensino. **CoDAS [online]**, v. 31, n. 2, p. 1-8, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/codas/v31n2/2317-1782-codas-31-2-e20180115.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LOPES, H. L.; BARBOSA, S. C. Qualidade de vida profissional: o que mantém o bem-estar psíquico de bombeiros?. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 1002-1010, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n2/v20n2a06.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

LOPES, L. M. S. **Suporte social e qualidade de vida a satisfação do suporte social e a qualidade de vida nos doentes de internamento da unidade hospitalar de Bragança.** 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Saúde) – Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62259/4/DissertaoLuciaLopes.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

LUZ, J. G. *et al.* Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, Rio de Janeiro, dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n12/1413-8123-csc-24-12-4621.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MACEDO, L.; BUCHELE, H. F.; BRZOWSKI, F. S. Considerações sobre autonomia e promoção da saúde. **Physis: revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 605-620, jul. 2012.

MACHADO, L. C.; LIMONGI, J. E. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 17, n. 3, p. 325-334, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v17n3a06.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MELO, S. D. G.; CIRILO, P. R.; PINTO, S. N. S. O ensino médio e o trabalho docente: características de Minas Gerais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 10, n. 17, p. 102-129, 2016. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poesis/article/download/3878/269>. Acesso em: 11 set. 2019.

MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDONÇA, H. *et al.* Saúde, qualidade de vida e bem-estar: limites e interfaces teórico-metodológicas. In: FERREIRA, M. C.; MENDONÇA, H. **Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 11-33.

MINAS GERAIS. Para professores, diário escolar digital fracassou: ferramenta, que deveria aprimorar e facilitar o trabalho docente, teria se tornado fonte de adoecimento nas escolas. **Assembleia Legislativa**, Minas Gerais, 12 ago. 2019. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/08/12_audiencia_educacao_diario_escolar_digital.html. Acesso em: 28 set. 2019.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 236-247, jul./set. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MOSELLI, L. D. L.; ASSUNÇÃO, A. A.; MEDEIROS, A. M. Absenteísmo por distúrbios de voz em professores: revisão de literatura, 2005-2015. **Distúrbios da Comunicação**, v. 29, n. 3, p. 579-587, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/30366/23767>. Acesso em: 13 jan. 2020.

NEVES, M. Y. R.; SILVA, E. S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100006. Acesso em: 22 dez. 2019.

NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 65-86, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n1/05.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração Online**, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2001.

PASSOS, M. O trabalho docente como organização profissional em Minas Gerais: identidade e socialização (1889-1980). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2019, Sergipe. **Anais [...]**. Sergipe: Universidade Tiradentes; Universidade Federal de Sergipe, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/229.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

PAULA, F. F. S. de. **Transtorno mental comum e qualidade de vida**: estudo da prevalência nas mulheres residentes na cidade de Uberaba-MG, 2014. 75 f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

PENTEADO, R. Z.; SOUZA NETO, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/1984-0470-sausoc-28-01-135.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEREIRA, É. F. *et al.* Qualidade de vida e saúde dos professores de educação básica: discussão do tema e revisão de investigações. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 2, p. 100-107, 2009.

PINTO, M. F. N.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. O trabalho docente na educação infantil em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 611-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

PORTO, L. A. et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 818-826, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n5/ao-5230.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

QUADROS, L. C. M. et al. Transtornos mentais comuns e fatores contemporâneos: coorte de nascimentos de 1982. **Revista Brasileira Enfermagem**, v. 73, n. 1, p. 1-7, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n1/pt_0034-7167-reben-73-01-e20180162.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

REIS, E. J. F. B. et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/21.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RODRIGUES, A. C.; SILVA, J. J. C.; SOUSA, N. S. Mudanças sociais e mal-estar docente: escola, passado e presente e novas exigências para os professores e professoras. **Momento- Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, p. 349-366, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8074/5798>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSSI, B. et al. Fatores associados à disfonia crônica autorreferida por professoras. **Revista Online de Pesquisa**, v. 11, n. esp., p. 411-416, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d4f0/796e7c60bf708a637410560dcf68ee422ab7.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ROY, N. et al. Three treatments for teachers with voice disorders: a randomized clinical trial. **Journal of Speech, Language and Hearing Research**, Rockville, v. 46, n. 3, p. 670-688, 2003. Disponível em: <https://pubs.asha.org/doi/abs/10.1044/1092-4388%282003/053%29>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SÁ JÚNIOR, A. R.; WANG, Y. P. Questionário de saúde geral de Goldberg (QSG). In: GORENSTEIN, C.; WANG, Y.P.; HUNGERBUHLER, I. **Instrumentos de avaliação em saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p.77-82.

SANCHEZ, H. M. et al. Incidência de dor musculoesquelética em docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 66-75, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17667>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANTOS, D. A. S. **Estresse ocupacional e transtornos mentais comuns entre professores universitários**. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

SANTOS, E. G.; SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010.

SARRIERA, J.C.; SCHWARCZ, C.; CÂMARA, S. G. Bem-estar psicológico: análise fatorial da escala de Goldberg (GHQ-12) numa amostra de jovens. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 9, n. 2, p. 293-306, 1996.

SEGRE, M. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 1, n. 5, p. 538-42, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, A. F.; SOUZA, A. L. L. Condições de trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 772-787, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/03.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, E. F. *et al.* A promoção da saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experiência com trabalhadores de escolas públicas. **Interface: comunicação Saúde e Educação**, v. 13, n. 30, p. 107-19, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v13n30/v13n30a10.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SILVA, J. P. **Quando o trabalho invade a vida**: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo. 2018. 521 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, S. S. L. Principais patologias laríngeas em professores. **Distúrbios da Comunicação**, v. 30, n. 4, p. 767-775, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/36559/27296>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SILVA, V. L. **Condições de trabalho**: presenteísmo e absenteísmo em professores da rede pública. 2017. 145 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso?. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n3/v23n3a11.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SOUZA, C. L. *et al.* Fatores associados a patologias de pregas vocais em professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 5, p. 914-921, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n5/2432.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SOUZA, J. L. O que é? IDH. **Ipea**: desafios do desenvolvimento, Brasília, DF, ano 5, ed. 39, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 16 set. 2019.

STEEL, Z. *et al.* The global prevalence of common mental disorders: a systematic review and meta-analysis 1980-2013. **International Journal of Epidemiology**, v. 43, n. 2, p. 476-493, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/ije/article/43/2/476/2901736?login=true>. Acesso em: 16 set. 2019.

TOSTES, M. V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0087.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ULHÔA, M. A. *et al.* Distúrbios psíquicos menores e condições de trabalho em motoristas de caminhão. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 6, p. 1130-1136, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n6/1631.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VALLE, L. E. R. **Estresse e distúrbios do sono no desempenho de professores: saúde mental no trabalho**. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VALLE, L. E. R; REIMÃO, R.; MALVEZZI, S. Reflexões sobre psicopedagogia, estresse e distúrbios do sono do professor. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 87, p. 237-245, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n87/04.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

VITOR, R. R. R.; SANTOS, L. S. V. Relações entre saúde e trabalho docente em uma escola pública. **Revista de Teorias e Práticas Educacionais**, v. 3, n. 1, p. 18-27, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140510_132118.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

WAGNER, M. B. Medindo a ocorrência da doença: prevalência ou incidência? **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 157-62, abr. 1998. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54350>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Social determinants of mental health**. Geneva: World Health Organization; Calouste Gulbenkian Foundation, 2014.

4 ARTIGO 2 – SAÚDE DOCENTE E ESCOLA PÚBLICA: RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DE SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO E A PREVALÊNCIA DE DANOS FÍSICOS E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS

Resumo

A relação entre a percepção do suporte social e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns entre os docentes das escolas públicas da rede estadual atuantes na região Sul de Minas Gerais é o objeto de análise do artigo, que contou com a participação de 452 docentes de 19 escolas da região. Foram utilizados quatro instrumentos: Escala de Percepção de Suporte Social no Trabalho (EPSST); Questionário de Saúde Geral (QSG-12); questionário baseado no fator danos físicos, da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT); e um formulário sociodemográfico e laboral. As informações foram analisadas estatisticamente por meio de cálculos de média, desvio padrão e frequência, para obtenção do perfil dos pesquisados e análises de correlação e regressão, para examinar a relação entre suporte social no trabalho e o adoecimento docente. Os resultados apontaram correlação negativa entre suporte social no trabalho e os TMC's, as dores no corpo e os distúrbios biológicos; o suporte social instrumental apresentou maior correlação com referidos agravos de saúde e o emocional, correlação próxima à encontrada para o instrumental. Já o suporte social informacional apresentou correlação significativa apenas em relação aos TMC's. Nos resultados da análise de regressão múltipla, o suporte social no trabalho apresentou capacidade preditiva do adoecimento docente, em especial, dos TMC's. O suporte social instrumental apresentou capacidade preditiva para os TMC's e dores no corpo, o emocional assumiu caráter preditivo para os TMC's e os distúrbios biológicos; e o informacional não apresentou capacidade preditiva para o adoecimento docente.

Palavras-chave: saúde docente; suporte social no trabalho; danos físicos; transtornos mentais comuns.

Abstract

The relationship between the perception of social support and the prevalence of physical damage and mental disorders common among teachers of public schools in the state network operating in the Southern region of Minas Gerais is the object of analysis of the article, which included the participation of 452 teachers of 19 schools in the region. Four instruments were used: Perception of social support at work scale (EPSST); General Health Questionnaire (QSG-12); questionnaire based on the physical harm factor, from the Work-related injury assessment scale (EADRT); and a sociodemographic and employment form. The information was statistically analyzed through calculations of mean, standard deviation and frequency, to analyzed through calculations of mean, standard deviation and frequency, to obtain the profile of those surveyed and correlation and regression analysis, to examine the relationship between social support at work and teacher illness. The results showed a negative correlation between social support at work and CMDs, body aches and biological disorders; instrumental social support had a higher correlation with these health and emotional problems, a correlation close to that found for instrumental. On the other hand, informational social support showed a significant correlation only in relation to TMC's. In the results of the multiple regression analysis, social support at work showed a predictive capacity for teacher illness, especially for CMDs. The instrumental social support showed a predictive capacity for CMD's and body aches, the emotional one assumed a predictive character for CMD's and biological disorders; and the informational did not show predictive capacity for teacher illness.

Keywords: teacher health; social support at work; physical damage; common mental disorders.

4.1 INTRODUÇÃO

A escola tem um papel fundamental na sociedade, como meio de transformação do indivíduo, através do conhecimento. Os docentes, por sua vez, são os agentes dessa mudança, os motores para o desenvolvimento das habilidades, os transmissores de conhecimentos e valores, levando a formação de cidadãos criativos e participativos, merecendo, portanto, o incentivo público e social para exercício do seu ofício.

Todavia, infere-se que mudanças sociais implementadas nas últimas décadas do século XX vêm repercutindo no ambiente organizacional docente e influenciando na saúde física e psíquica destes profissionais. Cite-se como exemplo as mudanças advindas com a democratização do ensino, que, apesar de orientada pela busca da promoção de justiça social, passando de sistema de ensino de elite para ensino de massas, atingiu um crescimento exponencial do número de alunos, associado à desvalorização da classe, além da homogeneidade das turmas determinadas pelo Poder Público não permitir o atendimento individualizado, considerando a heterogeneidade dos alunos (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; RODRIGUES; SILVA; SOUSA, 2019).

Além disso, a organização do trabalho no ensino vem se adequando as mudanças mundiais decorrentes da globalização e do avanço tecnológico, os quais exigem novas habilidades dos trabalhadores, como flexibilidade, polivalência, capacitação tecnológica, adaptabilidade. Nesse contexto, a estabilidade, a certeza e a previsibilidade foram substituídas pela flexibilidade da produção e das relações de trabalho, de acordo com as flutuações do mercado de consumo (LASANE; SPARTA, 2003).

Assim, o modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista baseada na fragmentação de pensamento e ação, conteúdo e memorização, mudou. O livro didático, que norteava a qualidade de ensino, cedeu espaço para a televisão, o computador. Os espaços educativos ganharam mais espaços de desenvolvimento (SANTOS, 2020). Todavia, há um déficit de legitimidade, com necessária construção de sentido positivo para o trabalho realizado (CANÁRIO, 2008). O espaço de liberdade do docente junto à instituição de ensino vem sendo mitigado, as tarefas são impostas e sobrepostas, gerando um sofrimento mental (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; CARLOTTO; PALAZZO, 2006; PORTO *et al.*, 2006; REIS *et al.*, 2005), que pode levar a sensação de incompetência, de pouca produtividade, permitindo a criação de mecanismos de fuga e enfrentamento (SANTOS, 2009). Para tanto, faz-se necessária uma política de valorização docente, o que englobaria diversos fatores, tais como a qualidade na

estrutura física das escolas, processos de formação inicial e continuada, estruturação e implementação de planos de carreira e de salários dignos (SILVA; SOUZA, 2013).

No ensino público, além da sobrecarga no trabalho, com tarefas extraclasses, reuniões e acúmulo de turmas; as metas de produção sem acompanhamento das diversas realidades e das vivências do professor; o ambiente de ensino que sequer acompanha as inovações tecnológicas e, quando as acompanha, não oferece instrumentos para adaptação dos docentes; a falta de suporte financeiro adequado por parte do Estado são outros fatores agravantes que repercutem na saúde dos docentes, gerando um agir e produzir num ciclo marcado por cobranças constantes e engessado no campo do diálogo, onde possam expressar e suprir suas expectativas.

No exercício do trabalho, os indivíduos expõem suas potencialidades, desenvolvem suas habilidades e transmitem seus conhecimentos. Esperam, portanto, reconhecimento pessoal, financeiro e profissional, o que nem sempre encontram no ambiente institucional, gerando uma sensação de descontentamento com o ofício. A perda da estima pela profissão é uma realidade constatada na pesquisa realizada pelo Movimento Todos Pela Educação, que entrevistou 2.160 professores da educação básica de todo o país, constatando que 49% dos entrevistados não recomendam a profissão (FERREIRA, 2018).

O sofrimento vivenciado pelos professores está além das patologias, envolve vivências e vínculos na relação laboral (NEVES; SILVA, 2006; PENTEADO; SOUZA NETO, 2019; VITOR; SANTOS, 2014), ocasionando a incidência de transtornos mentais comuns para aqueles que se esforçam mais no trabalho e com pior qualidade de vida no domínio físico (FERREIRA, 2015), bem como situações de exaustão psicológica (REIS *et al.*, 2005; TAMAYO; TRÓCCOLI, 2002). E, o que é mais agravante, há um padrão de normatividade instituído, decorrentes da “cultura do produtivismo” (HOFFMANN *et al.*, 2017), onde os sintomas de estresse, ansiedade e outros são considerados normais da profissão e que se acentuam de acordo com o calendário do ano letivo (ARAÚJO; CARVALHO, 2009).

Nesse sentido, o suporte no trabalho é um fator que merece o estudo no campo da docência, pois pode atuar como moderador de doenças ocupacionais (SEEMAN, 1998) e, em especial, o suporte social, visto que auxilia os indivíduos na construção de redes sociais e minimiza a tensão para lidar com os problemas (BAUMEISTER; LEARY, 1995; ESTIVALETE *et al.*, 2016).

A necessidade de pertencer decorre de um impulso generalizado de formar e manter relacionamentos interpessoais e se faz importante para compreender a motivação e o comportamento humano. A falta de pertencimento tem efeitos nocivos à saúde, haja visto que os relacionamentos afetam o processamento cognitivo e, em geral, a formação de laços sociais

está ligada a emoções positivas, como felicidade e bem-estar subjetivo, já a sua privação, a sentimentos negativos, como infelicidade, ansiedade e depressão. Assim, as pessoas se sentem solitárias quando suas necessidades de pertencimento estão sendo insuficientemente atendidas. (BAUMEISTER; LEARY, 1995).

Essa rede de apoio que auxilia o indivíduo para o exercício do seu trabalho pode se dar através de suporte emocional, instrumental ou informacional (LOPES; BARBOSA, 2020; SIQUEIRA; GOMIDE JÚNIOR, 2008). O suporte emocional está relacionado ao apoio afetivo dedicado ao profissional, demonstrando escuta ativa, interesse nos seus projetos, aconselhando e mostrando-se receptivo a conselhos. Está relacionado à relação de confiança entre os colegas de trabalho, familiares e amigos, ao afeto e empatia na compreensão dos seus problemas e dificuldades (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013, FERREIRA *et al.*, 2014; LOPES; BARBOSA, 2020; SEMMER; MEIER; BEEHR, 2015).

O suporte instrumental envolve as ajudas práticas que repercutem no exercício do trabalho, como participação nos eventos escolares, financeira ou pessoalmente, ajuda em tarefas diárias. Envolve a crença do indivíduo de que a instituição fornece meios que auxiliem o servidor a desempenhar o seu ofício. Atua no sentido de minimizar o sentimento de perda de controle (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013; FERREIRA *et al.*, 2014; LOPES; BARBOSA, 2020). A necessidade de reformulação nas relações de ensino e de aprendizagem com o avanço das mídias digitais exige um estudo constante dos docentes, mas também amparo tecnológico e institucional do sistema de ensino, situação que reporta ao suporte instrumental.

O suporte informacional está ligado a orientações que ajudam na solução de problemas ou em situações de tomada de decisões, o que contribui para amenizar o estresse do trabalho. Lida com a crença do servidor de que a organização possui uma rede comum de comunicação precisa e confiável (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013; FERREIRA *et al.*, 2014; LOPES; BARBOSA, 2020).

Algumas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre o tema entre docentes. Em estudo realizado em escolas técnicas na cidade de Santa Maria/ RS, por exemplo, Ferreira et al. (2014) constataram uma maior percepção dos docentes ao suporte social informacional e instrumental, mas baixa percepção quanto ao suporte social emocional.

Em estudo realizado por Campos e Estivalete (2013) entre os docentes da rede municipal de ensino da mesma cidade, houve a percepção significativa no suporte social emocional e informacional, bem como a correlação entre eles, demonstrando que a boa qualidade das relações sociais e o fornecimento de informações úteis para orientar os docentes nas suas

atividades têm papel importante na redução da tensão para resolução de problemas. O estudo apresentou menor percepção de valorização do suporte social instrumental.

No contexto do ensino público, o suporte social tem papel relevante como agente inibidor dos efeitos dos eventos estressantes vivenciados diariamente pelos docentes, diante do bem-estar gerado por essa rede social de apoio encontrada nos colegas de trabalho e na instituição. Nesse sentido, a ausência de suporte social no trabalho pode ser um dos fatores relacionados ao surgimento/agravamento de danos físicos e transtornos mentais comuns. Dessa forma, a pesquisa observou a relação entre a percepção do suporte social e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns entre os docentes das escolas públicas da rede estadual atuantes na região Sul de Minas Gerais. Seu enfoque consistiu na análise dos indivíduos em situações sociais reais e que o influenciam, mas que ele, como agente-paciente, é capaz de compreender e influenciar, nos termos da abordagem Psicossociológica (LHUILIER, 2014).

Apesar de haver estudos que já analisaram o suporte social no trabalho docente, ou retrataram a prevalência dos danos físicos decorrentes do trabalho ou do desenvolvimento de transtornos mentais comuns em razão do trabalho, a contextualização do assunto associando essas variáveis e examinando a relação entre elas na realidade de trabalho dos docentes é tema que merece atenção da pesquisa acadêmica, haja vista o potencial de contribuir para a criação de políticas públicas e práticas de gestão, visando sanar eventuais aspectos nocivos à saúde dos docentes.

4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

4.2.1 Suporte social no trabalho

Diante do papel central do trabalho para o ser humano, há recorrência de estudos sobre a relação entre a saúde e o trabalho nas pesquisas. Dentre os fatores inerentes ao trabalho que influenciam a saúde, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão: “o ajuste pessoa-entorno, a carga, a jornada, o desenho do ambiente físico, a autonomia, o controle, o ritmo, a supervisão eletrônica do trabalho, a transparência de papéis, a sobrecarga de funções e os fatores ergonômicos”, ressaltando que a forma como estão dispostos e combinados também influenciam significativamente (SERAFFIM *et al.*, 2012, p. 689).

Mas existem outros fatores que têm relação com a saúde do trabalhador, como a inter-relação entre o indivíduo e sua comunidade e o indivíduo e seu trabalho, sendo que, nesse

sentido, o suporte social tem importante atuação. O suporte social é referido na literatura como um processo interativo onde a ajuda e o apoio recebidos de outra pessoa ou de entidades públicas ou particulares, que constituem a rede social do indivíduo, através de recursos materiais ou psicológicos, repercutem positivamente na sua saúde física e mental (LOPES; BARBOSA, 2020; SIQUEIRA; GOMIDE JUNIOR, 2008).

Dentre os estudos na área da psicologia, o apoio social está dentre os mais populares, diante do seu papel na redução a tensão e melhorar a saúde e bem-estar (FRENCH *et al.*, 2018). Nesse sentido, pesquisas que envolvam a análise da relação entre as redes sociais e morbidades e mortalidade já foram desenvolvidas em diversos países, como Estados Unidos, França, Inglaterra, Suécia, Holanda, Finlândia e Japão (BERKAM *et al.*, 2004).

Inicialmente, a pesquisa sobre suporte social foi influenciada pelo trabalho de dois médicos epidemiologistas, John Cassel's e Sidney Cobb, que demonstraram a centralidade das relações sociais à manutenção da saúde, enfatizando o potencial moderador dos potenciais efeitos deletérios do estresse psicossocial (HOUSE; UMBERSON; LANDIS, 1988).

A necessidade de pertencimento, de ser aceito e reconhecido, é essencial a autoestima, repercutindo na saúde e bem-estar dos indivíduos, visto que atenua o efeito de eventos estressores sobre a saúde e reduz o risco de desenvolvimento de doenças (BAUMEISTER; LEARY, 1995; ESTIVALETE *et al.*, 2016; GOTTARDO; FERREIRA, 2015; HIRSCHLE; GONDIM, 2020; LOPES; BARBOSA, 2020; SEMMER; MEIER; BEEHR, 2015; SIQUEIRA; GOMIDE JÚNIOR, 2008).

O suporte social traz benefícios psicológicos e práticos para o trabalho, melhorando a autoestima e as habilidades de enfrentamento, atendendo às necessidades humanas inatas de pertencimento e companheirismo (BERKMAN, 1995; BAUMEISTER; LEARY, 1995). Assim, o apoio social é considerado um moderador para as doenças ocupacionais, de forma direta ou indireta, representando fator relevante, inclusive, na diminuição de incidência da Síndrome de *Burnout* (ANDRADE *et al.*, 2012).

No ambiente escolar, as boas relações já foram apontadas como o principal fator de satisfação no trabalho e, em contrapartida, as relações sociais conflituosas foram relatadas como fatores que levam ao desgaste físico e mental (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006).

Importante considerar que os estudos sobre o tema seguem duas vertentes, a do modelo de *buffering*, que trata o suporte social como proteção dos efeitos negativos de situações de estresse laboral; e a do efeito direto ou principal, que considera os recursos sociais favoráveis ao desempenho do trabalho, independentemente de qualquer situação de conflito,

considerando-o como agente promotor da saúde (COHEN; WILLS, 1985; HOUSE; UMBERSON; LANDIS, 1988; THOITS, 1995; UCHINO; BOWER; KENT, 2015; VISWESVARAN; SANCHEZ; FISHER, 1999), sendo que nesse sentido que seguiu a análise deste artigo. Com isso, o suporte social no trabalho foi abordado no sentido de proteção à saúde dos docentes, diante do aporte de autoestima, bem-estar e sentimento de agregação com os seus pares, com a família e sociedade que desencadeia.

Na pesquisa de Cohen e Wills (1985), os efeitos do suporte social na sintomatologia foram alvo de questionamentos, tentando constatar como funciona o suporte social e como os tipos de apoio social previnem o desenvolvimento da sintomatologia. Assim, retrataram as hipóteses de ligação entre o suporte social e a saúde física: 1) ao fato de afetar a exposição ao agente da doença; 2) a influência na relação suscetibilidade e resistência à infecção pelo agente doença; 3) melhora no autocuidado, inclusive, na busca de ajuda médica para tratamento de doença; e 4) a influência na gravidade ou no curso da doença (COHEN; WILLS, 1985).

E, na sintomatologia, constataram que, no caso do modelo de *buffering*, o suporte reduz o estresse, alterando a avaliação de estressores, bem como os padrões de enfrentamento ou a autopercepção. No caso do modelo de efeito direto ou principal, o suporte social mostrou-se como facilitador no desenvolvimento de sentimentos de previsibilidade e estabilidade, mantendo estados positivos ou fornecendo suporte com reconhecimento de autoestima, aumentando o bem-estar (COHEN; WILLS, 1985).

Viswesvaran, Sanchez e Fisher (1999) defenderam uma atuação tripla do suporte social nas relações de trabalho, corroborando a existência dos dois modelos, de efeitos diretos e de *buffer*: 1) redutor das tensões experimentadas; 2) atenuador dos estressores percebidos e 3) moderador da relação estresse-tensão. Nesse sentido, defendem a atuação tripla do suporte social.

A correlação positiva entre o suporte social e os benefícios à saúde se destacam desde as primeiras pesquisas na área, quando se observaram níveis mais baixos de depressão, ansiedade, estresse percebido e maior satisfação com a vida. Posteriormente, outras retrataram a menor incidência do estresse e esgotamento no trabalho, bem como de sintomas pós-traumáticos, melhor saúde mental (UCHINO; BOWEN; KENT, 2015). Outras pesquisas retrataram a correlação positiva entre o suporte social e o bem-estar, visto que as redes sociais fornecem às pessoas experiências positivas de afeto, sensação de previsibilidade e estabilidade, além de reconhecimento do valor próprio (COHEN; WILLS, 1985). Berkman *et al.* (2004) apresentaram também a relação entre maior sobrevida e maior integração social.

Cohen e Wills (1985) traçaram a relação dos efeitos do suporte social na mortalidade e morbidade, apresentando que estudos sobre morbidades, em regra, concentram-se em determinada doença, enquanto estudos de mortalidade tem um caráter mais geral, considerando que a gênese e a progressão das doenças seguem caminhos temporais diferentes. Assim, diante do caráter mais geral circunscrito à mortalidade, os efeitos do suporte social podem ser observados dentro de um leque de eventos que sejam precursores de doenças, que podem levar à mortalidade.

Inobstante a dificuldade de mensuração, as evidências apontam para níveis mais acentuados de depressão, ansiedade e estresse para os indivíduos com uma rede de apoio reduzida (COHEN; WILLS, 1985).

Dentro da temática, cabe ressaltar que há uma distinção entre suporte social percebido e o efetivamente recebido, visto que nem todo apoio prestado é efetivamente notado pelo receptor, o que é variável entre as pessoas, conforme circunstâncias individuais (UCHINO; BOWEN; KENT, 2015). Além disso, outros fatores sobre o suporte social já foram destacados em pesquisas, como a importância do suporte disponibilizado e não a simples disponibilidade em si; a diferenciação na percepção do suporte entre homens e mulheres, visto que eles tendem a considerar importante o auxílio em atividades instrumentais e elas, o apoio através de conversas (COHEN; WILLS, 1985).

No trabalho, o suporte social tem um aspecto psicológico relevante e pode ser entendido como a dimensão em que os trabalhadores percebem as relações positivas e como elas influenciam na saúde, bem-estar e satisfação com o trabalho desenvolvido (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013).

O suporte social no trabalho tem três dimensões que são mais estudadas: emocional, instrumental e informacional. O emocional está relacionado ao apoio pessoal dado através de conselhos e escuta ativa, percebidos como carinho e empatia. O suporte instrumental diz respeito ao apoio ofertado em situações práticas do dia a dia, como o cuidado com os filhos, carona, ajudas financeiras. O informacional compreende o oferecimento de ajuda técnica operacional, orientando para resolução de problemas e tomada de decisões (SIQUEIRA, 2008).

O suporte instrumental tem relevância para diminuir os sentimentos de perda de controle. O informacional auxilia no sentido de credibilidade de que as informações ofertadas são precisas e confiáveis. O emocional traz sensação de confiança e apoio nas pessoas do ambiente laboral (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013).

Num cenário de intensificação do trabalho docente e de mudanças sociais profundas na sociedade - como advindas do avanço da globalização, da conectividade e das respostas prontas

a um clique, do individualismo exacerbado - o suporte social aponta como fator importante para ressignificação do papel do docente.

Do conjunto teórico apresentado, denota-se a importância do estudo do suporte social no trabalho, visto estar diretamente relacionado ao bem-estar laboral, com impactos positivos sobre o indivíduo, atuando como agente inibidor do estresse no trabalho e propulsor de qualidade de vida e promoção da saúde (GOTTARDO; FERREIRA, 2015; HIRSCHLE; GONDIM, 2020).

4.2.2 A percepção do suporte social no trabalho e a prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos relacionados ao trabalho

A percepção do suporte social no trabalho como fator preponderante para a redução da dos casos de transtornos mentais comuns e danos físicos relacionados ao trabalho é tema que demanda pesquisas, considerando o volume reduzido de artigos encontrados abrangendo a temática.

No sentido de analisar as repercussões físicas e psíquicas do trabalho docente, diversos estudos já foram realizados, retratando desde as suas causas, como sobrecarga de tarefas e precariedade do meio de trabalho, até a discriminação daqueles mais incidentes, como problemas vocais, respiratórios, gástricos, posturais, cardíacos e psíquicos (ARAÚJO *et al.*, 2008; DELCOR *et al.*, 2004; SIQUEIRA; FERREIRA, 2003; VIANELLO; ASSUNÇÃO; GAMA, 2008).

Além disso, os estudos abordam os temas suporte social, danos físicos e transtornos mentais comuns entre os docentes de forma isolada (BRUM *et al.*, 2012; CARLOTTO; PALAZZO, 2006; DELCOR *et al.*, 2004; FERNANDES; ROCHA, 2009; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006; JARDIM; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2007; PORTO *et al.*, 2006; REIS *et al.*, 2005; REIS *et al.*, 2006; SOUZA, 2008; TOSTES *et al.*, 2018) e poucos correlacionando os temas (ARAÚJO; CARVALHO, 2009; HOFFMANN *et al.*, 2017; VITOR; SANTOS, 2014). Situação esta que também é verificada quanto às demais categorias profissionais (ANDRADE *et al.*, 2012; LIMA; BATISTA, 2003; LIMA, 2006; NASCIMENTO SOBRINHO *et al.*, 2006).

Inobstante, não se pode desconsiderar a relação do suporte social no trabalho com a saúde física dos docentes, pois a deficiência no suporte social no trabalho desencadeia maior necessidade de adaptação do profissional, o que leva a um enrijecimento muscular e a exaustão psicológica (SERAFIM *et al.*, 2012). Nesse sentido, no caso da docência, a tentativa individual

de driblar sentimentos de não reconhecimento, frustração e culpa com as múltiplas tarefas, exige estratégias particulares para divisão do tempo entre trabalho, descanso e lazer, as quais, muitas vezes, são insuficientes, gerando uma sobrecarga, prejudicial à saúde (NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008).

Para analisar a questão, importante destacar o papel fundamental da relação dialética do trabalhador com seu contexto de trabalho para promoção da saúde, o que envolve desde as condições materiais e físicas, a organização dos processos e as relações entre os atores sociais (COSTA; BORGES; BARROS, 2015).

No contexto da escola pública, diversas circunstâncias são desfavoráveis para promoção da saúde, como baixos salários, condições precárias, pouca perspectiva de progressão na carreira, excesso de trabalho, falta de possibilidade de articulação para tomada de decisões, sem reconhecimento no mesmo nível (SORATTO; HECKLER, 1999). E, diante dessas adversidades, o suporte social no trabalho pode auxiliar no aumento de estratégias de enfrentamento das adversidades no trabalho, gerando sensação de bem-estar e satisfação no trabalho (BIROLIM *et al.*, 2019).

A percepção do suporte social no trabalho é fator que guarda relação com bem-estar e qualidade de vida, por estar relacionada a existência de uma rede social no ambiente organizacional que dá amparo material e psicológico para realização do trabalho (CAMPOS; ESTIVALETE, 2013; SIQUEIRA, 2008; SIQUEIRA; GOMIDE JÚNIOR, 2008); está intrínseco nas relações com os colegas de trabalho, a chefia, e no meio social em que está inserido (ANDRADE *et al.*, 2012) e atuando como agente protetor para enfrentamento das situações de difícil resolução, diminuindo os efeitos do estresse (BIROLIM *et al.*, 2019; COHEN; WILLS, 1985; FERREIRA *et al.*, 2014; GRAY-STANLEY *et al.*, 2010; UCHINO; BOWEN; KENT, 2015).

As pesquisas sobre a relação entre o apoio social e o desencadeamento de transtornos mentais comuns apontam para uma proporcionalidade entre a densidade da rede de apoio à presença de transtornos mentais (FORTES *et al.*, 2011). Outras pesquisas abordaram a questão, mas não concluíram especificamente a relação do suporte social no trabalho com os agravos de saúde, apesar das evidências encontradas (PORTO *et al.*, 2006). Portanto, o aprofundamento do estudo sobre a relação entre o suporte social no trabalho e desencadeamento de danos físicos e transtornos mentais comuns apresenta relevância para esclarecimento dos pontos de relação entre referidos fatores.

No âmbito da docência, a desvalorização, a falta de reconhecimento, baixa remuneração, gestão despreparada e falta de espaço coletivo de discussão para identificação e solução dos

problemas da escola são fatores que denotam como a carência de apoio institucional afeta a saúde psíquica dos docentes (MOREIRA; RODRIGUES, 2018). Já os fatores ergonômicos, ligados ao ajuste das atividades laborais às capacidades, dimensões e necessidades das pessoas (ambiente físico, fatores tecnológicos, as cargas de trabalho, a pressão para o exercício das tarefas e fatores organizacionais) e fatores psicossociais, que dizem respeito ao meio ambiente de trabalho, como do desenho das tarefas, as pressões e as relações profissionais, apresentam-se como favoráveis ao aparecimento de distúrbios musculoesqueléticos, como o DORT (Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho) (CAMARGO; FONTES; OLIVEIRA, 2008).

O DORT manifesta-se como uma dor crônica em todo sistema musculoesquelético, sendo mais recorrente nos membros superiores, podendo dar origem a diferentes quadros clínicos, como alterações emocionais variadas, com predominância de ansiedade, depressão e distúrbios do sono (CAMARGO; FONTES; OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, infere-se que relações profissionais conflituosas podem influenciar no desencadeamento de danos físicos, demandando uma análise multidisciplinar de cada caso, para fins de promoção da saúde física e psíquica dos trabalhadores, através de ações do Estado, da comunidade e dos próprios indivíduos com a ideia de responsabilização múltipla e compartilhada (BORGES; GUIMARÃES; SILVA, 2013).

O tema é, portanto, de grande valia para a saúde pública, alertando para a abrangência do problema, considerando os diversos agravos de saúde mental e físicos que as pessoas sofrem no curso da sua vida produtiva, com propósito de auxiliar na compreensão da temática e permitir intervenções multiprofissionais em saúde pública coletiva.

4.3 MÉTODO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre a percepção de suporte social no trabalho e a prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos entre os docentes da rede estadual de ensino na região Sul de Minas Gerais, através de uma pesquisa de corte transversal, quantitativo e descritivo.

4.3.1 População e amostra

Na presente pesquisa, a população consistiu dos 790 docentes da rede estadual de ensino lotados em 20 escolas na região Sul de Minas Gerais. A amostra é do tipo não probabilística,

por conveniência (acidental), em razão de se definir por critério de acessibilidade, ou seja, de acordo com a disponibilidade dos pesquisados em participar do levantamento científico (OLIVEIRA, 2001), o que a torna de maior facilidade operacional, tendo sido composta por 452 docentes, de 19 escolas, considerando que em uma escola não foi possível aplicação dos questionários.

Os participantes da pesquisa são, em sua maioria, mulheres (73,5%), casadas (58%), com idade entre 31 e 50 anos (67,6%), possuem vínculo efetivo de trabalho (63%) e tempo de docência de 14,51 anos, informações similares às coletadas em pesquisas realizadas em Belo Horizonte (MG), Vitória da Conquista (BA) e Paraná (PR) (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006; PORTO *et al.*, 2006; REIS *et al.*, 2005; TOSTES *et al.*, 2018). O rendimento salarial médio foi de 1 a 5 salários-mínimos (84,9%), o que se enquadra nas classes C, D e E, de acordo com pesquisa levantada em 2019 (PAPP; COELHO; GERBELLI, 2019). Os índices de escolaridade dos docentes demonstram maior percentual de especialização (55%), o que se relaciona com as exigências governamentais para exercício do cargo docente em nível médio de ensino, conforme previsto no art. 62, da LDB, que exige “formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental” e de “nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Já com relação à carga horária, a média apurada de 29,44 horas semanais demonstra uma carga elevada, considerando as atividades extraclasse comuns ao exercício da profissão docente, o que já foi retratado em outras pesquisas, como as de Gasparini, Barreto, Assunção (2006) e Tostes *et al.* (2018).

4.3.2 Instrumentos utilizados

Os instrumentos utilizados para coleta das informações foram quatro questionários, sendo: a Escala de Percepção de Suporte Social no Trabalho (EPSST); o Questionário de Saúde Geral (QSG-12); o questionário baseado no fator danos físicos, da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), que compõe o Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA); e o formulário sociodemográfico e laboral.

A Escala de Percepção de Suporte Social no Trabalho (EPSST) utilizada é composta de 15 itens com variações de 1 a 4, sendo para 1 = discordo totalmente, 2 = apenas discordo, 3 = apenas concordo, 4 = concordo totalmente. A EPSST foi criada e validada por Gomide Jr., Guimarães e Damásio (2008), com 18 itens, subdivididos em três dimensões: percepção de Suporte Social Emocional, Suporte Social Instrumental e Suporte Social Informacional no

trabalho, considerando que quanto maior for o valor do escore fatorial médio, maior a percepção do indivíduo do suporte social recebido (SIQUEIRA, 2008; LOPES, 2010).

O QSG é um instrumento para aferição da saúde psíquica das pessoas, criado por Goldberg, em 1972. Possui versões com 60, 30, 28 e 12 itens, as quais têm apresentado índices de consistência interna satisfatórios, o que denota boa confiabilidade (GOUVEIA *et al.*, 2000). O QSG-12 tem aplicação internacional consolidada no campo ocupacional e alinha-se à temática da Saúde Mental e Trabalho no campo dos transtornos mentais comuns (BORGES; ARGOLLO, 2002). Diante das evidências de validade que foram examinadas por Sarriera; Schwarcz e Câmara (1996) e Borges e Argollo (2002), no Brasil, foi aqui usada a versão testada por esses últimos autores. Utiliza 12 perguntas com quatro opções de resposta numa escala de concordância que vai de 0 a 3 e o ponto de corte $\frac{3}{4}$ foi adotado para definir indivíduos sem ou com transtornos mentais comuns (FERREIRA, 2015).

Para a análise das informações levantadas por meio do QSG-12, a solução unifatorial está sendo aqui adotada, tendo em vista que, embora não haja um consenso na literatura sobre o tema, algumas pesquisas indicaram ser essa a melhor alternativa de análise das informações obtidas por meio desse instrumento (GOUVEIA *et al.*, 2003; GOUVEIA *et al.*, 2012; WAGNER, 1998). Isso se aplica, inclusive, especificamente para o caso em questão, haja vista a testagem prévia desse instrumento, realizada por Carvalho e Santos (2021), em sua aplicação junto aos mesmos participantes da presente pesquisa, a qual indicou bons índices de consistência interna da escala, com alfa de *Cronbach* elevado ($\alpha = 0,92$), cargas fatoriais entre 0,57 e 0,82 e variância total explicada de 49,31%.

O formulário sociodemográfico e laboral envolveu questões como idade, gênero, estado civil, renda, nível de escolaridade, tempo de atuação como docente, níveis de ensino em que atua, número de escolas em que atua e carga horária semanal. As respostas auxiliaram a traçar um perfil dos docentes pesquisados, a analisar alguns aspectos do contexto de trabalho em que estão inseridos e a demanda que precisam atender na sua rotina laboral.

4.3.3 Coleta de informações

A presente pesquisa realizou uma prospecção das informações colhidas no âmbito do projeto “Docentes e saúde psíquica no trabalho: desvendando as fontes, os moderadores e as reações ao estresse laboral em escolas públicas”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAL-MG e coordenado pela pesquisadora Virgínia Donizete de Carvalho, que consentiu

com a utilização das informações, conforme “Termo de Compromisso para utilização de dados e prontuários”.

A coleta de tais informações deu-se no primeiro semestre de 2019, a partir de reuniões previamente agendadas pelas direções das escolas, com a participação de um significativo número de docentes dentre os participantes, que se mostraram assertivos quanto à existência da relação saúde x doença x trabalho. Todos os respondentes foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e requisitados a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.3.4 Procedimentos de análise das informações

Para a análise das informações, foi utilizado o programa SPSS (*Statistics Package for Social Science*) que permitiu tratar as informações coletadas, por meio de estatísticas descritivas, como cálculos de média, desvio padrão e frequência, para obtenção do perfil dos pesquisados, e de estatísticas inferenciais, como análises de correlação e regressão, para análise da relação entre suporte social no trabalho e o adoecimento docente.

4.4 RESULTADOS

A fim de analisar a relação entre a percepção de suporte social no trabalho e o adoecimento docente, foram utilizadas a correlação e a regressão múltipla, visando observar a força da associação entre as variáveis, bem como a capacidade preditiva do suporte social no trabalho (variável independente/previsora) em relação aos TMC's, distúrbios biológicos e dores no corpo (variáveis dependentes/de critério).

No que se refere à magnitude da associação entre a percepção do suporte social no trabalho e a prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos (aqui expressos em termos de dores no corpo e distúrbios biológicos), os resultados da análise de correlação são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Correlação entre suporte social no trabalho e transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos

Fatores de análise	Transtornos mentais comuns	Dores no corpo	Distúrbios biológicos
	(r)	(r)	(r)
Suporte social total	-0,35	-0,09	-0,13
Suporte social informacional	-0,28	-0,08	-0,11
Suporte social emocional	-0,31	-0,07	-0,10
Suporte social instrumental	-0,34	-0,11	-0,15

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: r = coeficiente de correlação

Operacionalizando-se a EPSST de forma unifatorial, para uma visão geral da relação de suporte social no trabalho com os indicadores de adoecimento aqui analisados, observou-se que houve correlação negativa entre aquele indicador e os transtornos mentais comuns, as dores no corpo e os distúrbios biológicos ($r = -0,35$; $r = -0,09$; $r = -0,13$; $p < 0,001$, respectivamente), o que indica que quanto menor a percepção do suporte social no trabalho, maior tende a ser a prevalência de transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos.

A maior correlação ocorreu entre o suporte social no trabalho e os TMC's ($r = -0,35$), o que retrata a importância do suporte social no trabalho para contenção no avanço dos referidos agravos de saúde, em especial, o instrumental, que apresentou valor mais expressivo ($r = -0,34$), o que decorre, essencialmente, devido a sua relevância no cotidiano do trabalho docente, pois envolve a crença do docente de que a escola fornece recursos materiais, financeiros, técnicos e gerenciais necessários para o desempenho do trabalho, conforme retratado por Gomide Júnior, Guimarães e Damásio (2008), os quais são indispensáveis para adequada prestação do serviço. O suporte social instrumental foi, ainda, o que apresentou maior correlação com as dores no corpo e distúrbios biológicos ($r = -0,11$; $r = -0,15$; $p < 0,001$, respectivamente), ratificando, portanto, a relevância da ausência de condições de trabalho adequadas para os processos de adoecimento.

O suporte social emocional apresentou correlação próxima da encontrada para o instrumental em relação aos TMC's, dores no corpo e distúrbios biológicos ($r = -0,31$; $r = -0,07$; $r = -0,10$; $p < 0,001$, respectivamente), sendo, todavia, muito baixa para os danos físicos. A correlação entre o suporte social emocional e os TMC's foi significativa, o que possivelmente atribui-se ao papel que referido suporte desempenha no alívio da tensão psicológica do trabalho, através da crença do indivíduo de que existem pessoas confiáveis, que se gostam e se

preocupam umas com as outras, permitindo a expressão de sentimentos e redução da angústia (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006).

Importante retratar, ainda, a importância do suporte social informacional no adoecimento docente, em especial, em relação aos TMC's ($r = -0,28$; $p < 0,001$), o que provavelmente decorre da facilidade na operacionalização do trabalho, através da credibilidade das informações repassadas ao profissional, ajudando a lidar na resolução de problemas, contribuindo, em especial, na contenção dos TMC's.

Para verificar a capacidade preditiva do suporte social no trabalho em relação aos TMC's e danos físicos, a regressão múltipla linear foi realizada, dispondo o suporte social como variável independente/explicativa e os transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos como variáveis dependentes/de critério. Não restou constatada multicolinearidade, considerando os baixos valores de VIF ($VIF = 2,1$; $VIF = 1,7$; $VIF = 1,6$).

Tabela 2 – Regressão múltipla entre suporte social no trabalho e transtornos mentais comuns, dores no corpo e distúrbios biológicos

	Transtornos mentais comuns	Dores no corpo	Distúrbios Biológicos
Valores de R²			
Suporte social no trabalho	0,15**	0,04**	0,02*
Coefficiente β			
Suporte social informacional	-0,02	-0,00	0,01
Suporte social emocional	-0,17**	-0,06	-0,14*
Suporte social instrumental	-0,26**	-0,16**	-0,05

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

R² = coeficiente de determinação múltipla.

β = Coeficiente da variável no modelo de regressão.

Nota: * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$.

Nos resultados da análise de regressão múltipla, a relação entre o suporte social no trabalho e o adoecimento docente ficou evidenciada, em especial, no que diz respeito aos TMC's ($R^2 = 0,15$; $p < 0,01$), visto que o suporte social no trabalho explicou 15% dos referidos agravos (Tabela 2). Já a magnitude da relação traçada entre o suporte social no trabalho e os danos físicos foi baixa, considerando que o suporte social no trabalho explicou 4% das dores no corpo ($R^2 = 0,04$; $p < 0,01$) e apenas 2% dos distúrbios biológicos ($R^2 = 0,02$; $p < 0,05$).

A contribuição preditiva dos diferentes tipos de suporte social no trabalho em relação aos agravos de saúde abordados mostrou-se negativa, ou seja, quanto menor o suporte social no trabalho percebido, maior o adoecimento docente, salvo em relação à associação entre os distúrbios biológicos e o suporte social informacional ($\beta = 0,01$), a qual, todavia, não apresentou significância estatística.

O suporte social instrumental apresentou capacidade preditiva para os TMC's e dores no corpo ($\beta = -0,26$; $p < 0,01$; $\beta = -0,16$; $p < 0,01$, respectivamente). Já o suporte social emocional assumiu caráter preditivo para os TMC's e os distúrbios biológicos ($\beta = -0,17$; $p < 0,01$; $\beta = -0,14$; $p < 0,05$, respectivamente) e o suporte social informacional não apresentou capacidade preditiva para o adoecimento docente.

Observa-se, ainda, que o suporte social instrumental apresentou maior capacidade preditiva para os TMC's que o suporte social emocional. Além disso, o suporte social instrumental foi o único que apresentou capacidade preditiva para as dores no corpo e o suporte social emocional foi o único que apresentou capacidade preditiva para os distúrbios biológicos.

4.5 DISCUSSÕES

A presente pesquisa identificou a influência benéfica da existência do suporte social no trabalho para minimizar o adoecimento docente, visto que, dentre os agravos de saúde estudados, os TMC's, as dores no corpo e os distúrbios biológicos tiveram menor prevalência dentre os docentes com maior percepção de suporte social no trabalho disponibilizado, corroborando pesquisas de Uchino, Bowen e Kent (2015), Serafim *et al.* (2012) e Noronha, Assunção e Oliveira (2008) que apontam a relação entre a existência de suporte social no trabalho com níveis mais baixos de depressão, ansiedade, estresse, esgotamento, sintomas pós-traumáticos, bem como com a tentativa de driblar sentimentos de não reconhecimento, frustração, culpa com sobrecarga de trabalho, adaptação profissional e enrijecimento muscular.

Sob a ótica do impacto positivo na saúde, tal resultado corroborou, ainda, estudos de Seeman (1998), Semmer, Meier e Beehr (2015), Siqueira e Gomide Júnior (2008), Estivalete *et al.* (2016), Gottardo e Ferreira (2015), Lopes e Barbosa (2020) e Hirschle e Gondim (2020) e Baumeister e Leary (1995) que indicam a atuação do suporte social no trabalho como moderador de doenças ocupacionais, diante do benefício no bem-estar e qualidade de vida, através da influência positiva da rede de apoio sobre o indivíduo, atenuando o efeito de eventos estressores sobre a saúde.

A prevalência dos TMC's teve maior relação com a falta de suporte social no trabalho dentre os agravos de saúde estudados, sendo que a ausência de suporte instrumental e emocional teve papel mais relevante na explicação desse fenômeno. Nesse sentido, o resultado corrobora pesquisa de Ferreira et al. (2014), que apontam a prevalência dos TMC's entre os docentes e a influência significativa da falta de suporte social instrumental e emocional sobre a mesma.

O resultado significativo da falta de apoio emocional e instrumental em relação ao desenvolvimento dos TMC's decorre, possivelmente, do fato de ambos auxiliarem a minimizar a sobrecarga de atividades, com fornecimento de rede de apoio instrumental e emocional, que alguns autores indicam, inclusive, que pode contribuir para dissipar a síndrome de insensibilidade, também conhecida como depressão essencial e normopatía, que afetam, negativamente, a satisfação com a vida e a qualidade de vida, levam a perda dos autocuidados e a crise de identidade (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; BATISTA; CODO, 1999; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006; HELOANI, 2008; PORTO et al., 2006).

O suporte social instrumental apresentou maior capacidade preditora dos TMC's, o que denota como a falta de equipamentos necessários ao trabalho, bem como em boas condições e confiáveis, além do pagamento de salários que não são considerados justos contribuem para o adoecimento docente, visto que quando tais condições estão presentes trazem benefícios psicológicos e práticos para o trabalho, melhorando as habilidades de enfrentamento, como previsto por Berkman (1995) e Baumeister e Leary (1995), gerando sentimento de previsibilidade, estabilidade e reconhecimento do valor próprio, com melhora na autoestima e no bem-estar (COHEN; WILLS, 1985). Os resultados corroboram a pesquisa de Soratto e Heckler (1999), no sentido em que descreve como os baixos salários, as condições precárias, associados a pouca perspectiva de progressão na carreira levam ao desgaste psíquico e físico. Sob outro aspecto, os resultados trazem perspectiva diversa a apresentada por Cohen e Wills (1985) quanto a diferenciação na percepção do suporte entre homens e mulheres, que aponta a maior importância para os homens do auxílio em atividades instrumentais e para as mulheres, o apoio através de conversas. Na presente pesquisa, a maioria dos docentes são mulheres e a percepção por elas do suporte instrumental foi mais expressiva que a do suporte emocional.

Já a relação entre a falta do suporte social instrumental no trabalho e as dores no corpo, possivelmente, decorre, ainda, diante do seu papel fundamental no desenvolvimento diário da dinâmica do trabalho, permitindo condutas mais assertivas no ato de lecionar, evitando desvios no sentido de suprir a insuficiência de materiais, o que demanda esforço físico e intelectual, inclusive, considerando as novas tecnologias que fazem parte do contexto do aluno e demandam acompanhamento dos docentes, além da sua relevância por envolver o reconhecimento

financeiro, que garante dignidade, ajuda enfrentar experiências negativas e traz sensação de autovalorização. Nesse sentido, referido resultado trouxe importante contribuição, visto que, a partir do levantamento de literatura realizado, não foi observada referida relação.

No caso do suporte social emocional no trabalho, a relação da sua ausência com o adoecimento, “*in casu*”, prevalência dos TMC’s decorre, ainda, do importante papel que exerce no sentido de reconhecimento e aceitação no ambiente laboral, minimizando angústias e frustrações, corroborando estudos de Cohen e Wills (1985), Rodriguez e Cohen (1998), Campos e Estivalet (2013), Gasparini, Barreto e Assunção (2006), que indicam a importância das boas relações no ambiente escolar para o bem-estar e satisfação no trabalho, com aumento da autoestima e sensação de confiança.

As inúmeras dificuldades enfrentadas pelos docentes no âmbito da escola pública podem estar contribuindo para que busquem juntos construir soluções alternativas para o seu enfrentamento, visando atingir o objetivo por eles visado, que é a transmissão efetiva de conhecimento e formação cidadã. E, nesse sentido, expõem suas opiniões, compartilham informações e dividem preocupações, gerando sensação de pertencimento e reconhecimento. Não que esse seja o único caminho, pois a energia afetiva pode não encontrar vazão, nem sequer reciprocidade no ambiente do trabalho, retornando em polaridade invertida, como preconiza Codo e Gazzotti (1999), passando de construtiva para destrutiva. Mas, no caso dos docentes participantes a pesquisa, há indicativo de que referidas interações pessoais foram positivas.

Já a relação entre a carência do suporte social emocional no trabalho e os distúrbios biológicos pode estar relacionada ao papel que desempenha no desenvolvimento do autocuidado, auxiliando no bem-estar e qualidade de vida, melhorando a resistência e inibindo o desenvolvimento de doenças, conforme efeitos na sintomatologia retratados por Cohen e Wills (1985), bem como diante da influência por ele exercida na redução da tensão (BAUMEISTER; LEARY, 1995; ESTIVALETE *et al.*, 2016), que pode levar a melhor qualidade de sono e inibir sintomatologias recorrentes decorrentes do estresse, como distúrbios digestivos e alterações de apetite e do sono.

Importante pontuar também que, com relação ao suporte social informacional, a sua falta não evidenciou capacidade preditiva para o adoecimento docente, o que não foi encontrado nas pesquisas de Campos e Estivalet (2013), Estivalet *et al.* (2016), Gottardo e Ferreira (2015), e Ferreira *et al.* (2014), que destacam a relevância do suporte social informacional para o bem-estar e satisfação no trabalho, apesar de analisados outros contextos laborais.

Os estudos que envolvem o suporte social no trabalho analisados apresentam perspectivas diversas, como a pesquisa de Gasparini, Barreto e Assunção (2006) que retrata a

associação positiva entre a prevalência dos TMC's dentre os docentes de Belo Horizonte com piores condições de trabalho e recursos computacionais, o que se associa a noção de baixo suporte instrumental aqui observada; e a de Gottardo e Ferreira (2015) que destacaram que apenas o suporte informacional, dentre os três tipos estudados, predisse a satisfação no trabalho e os afetos dirigidos ao trabalho, ao contrário do que foi aqui observado, haja vista que a falta de suporte informacional não apresentou capacidade preditiva em relação à prevalência de TMC's entre os respondentes.

Assim, o presente trabalho trouxe abordagem relevante ao constatar que a ausência do suporte social no trabalho influencia no desencadeamento dos TMC's, dores no corpo e distúrbios biológicos. Em especial, os TMC's apresentaram maior correlação com a ausência do suporte social no trabalho, com destaque para o suporte social instrumental, que apresentou maior potencial explicativo para prevalência dos TMC's, como também para as dores no corpo. O suporte social emocional também apresentou correlação significativa para os TMC's, bem como potencial explicativo para os mesmos e os distúrbios biológicos. O suporte social informacional, apesar da sua falta apresentar correlação com os TMC's, não apresentou relação explicativa com os agravos de saúde estudados.

Diante da importância dos docentes no desenvolvimento da qualidade da educação e da ampla assistência prestada no desenvolvimento humano dos alunos, os resultados demonstram a necessária adoção de práticas efetivas no âmbito do ensino público, com salários justos, adequação das condições físicas de trabalho, com instrumentos necessários e eficientes para execução das funções docentes, além de adoção de práticas de incentivo e reconhecimento pessoal, a fim de minimizar ou erradicar circunstâncias nocivas no ambiente laboral, minimizando angústias e frustrações, repercutindo no bem-estar e qualidade de vida dos docentes, melhorando, consequentemente, o ensino.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se a sua abrangência, visto que se realizou em escolas do Sul de Minas Gerais. Assim, estudos futuros poderiam retratar outras realidades de Minas Gerais ou até mesmo de outros Estados do País, a fim de aprofundar as informações, considerando, ainda, a realidade privilegiada da região estudada, com IDH elevado (FRANCISCO, 2021), diferente da maioria do Brasil. Além disso, se considerado que se trata de um corte transversal, o resultado pode ter sido subestimado, sendo recomendado a pesquisas futuros uma abordagem através de um corte longitudinal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. *et al.* Síndrome de *Burnout* e suporte social no trabalho: a percepção dos profissionais de enfermagem de hospitais públicos e privados. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 61, p. 231-251, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.
- ARAÚJO T. M. *et al.* Fatores associados a alterações vocais em professoras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n 6, p. 1229-1238, 2008.
- ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/07.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.
- BATISTA, A. S.; CODO, W. Crise de identidade e sofrimento. In: CODO, W. (org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 60-88.
- BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. **Psychological Bulletin**, v. 117, n. 3, 497-529, 1995.
- BERKMAN, L. F. The role of social relations in health promotion. **Psychosomatic Medicine**, v. 57, n. 3, p. 245-254, 1995. Disponível em: https://journals.lww.com/psychosomaticmedicine/Abstract/1995/05000/The_Role_of_Social_Relations_in_Health_Promotion.6.aspx. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BERKMAN, L. F. *et al.* Social integration and mortality: a prospective study of French employees of electricity of France-gas of France. **American Journal of Epidemiology**, v. 159, n. 2, p. 167-174, 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/aje/article/159/2/167/166374>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BIROLIM, M. M. *et al.* Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1255-1264, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000401255. Acesso em: 10 fev. 2020.

BORGES, L. O.; ARGOLLO, J. C. T. Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. **Avaliação psicológica**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 17-27, jun. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v1n1/v1n1a03.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BORGES, L. O.; GUIMARÃES, L. A. M.; SILVA, S. S. Diagnóstico e promoção da saúde psíquica no trabalho. In: BORGES, L. O.; MOURÃO, I. (org.). **O trabalho e as organizações**: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 581-618.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRUM, L. M. *et al.* Qualidade de vida dos professores da área de ciências em escola pública no Rio Grande do Sul. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 125-145, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CAMARGO, D. A.; FONTES, A. P.; OLIVEIRA, J. I. Diagnóstico das LER/DORT e saúde mental. In: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. (org.). **Série saúde mental e trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 145-160.

CAMPOS, S. A. P.; ESTIVALETE, V. F. B. O trabalho de quem ensina: suporte social, suporte organizacional e comprometimento. **Revista Alcance**, v. 20, n. 1, p. 58-78, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748343005.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CANÁRIO, R. A escola: das promessas às incertezas. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 73-81, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5309>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de *burnout* e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v22n5/14.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

CARVALHO, V.; SANTOS, V. R. Estressores psicossociais e gênero em relação com transtornos mentais comuns e danos físicos relacionados ao trabalho docente. In: CONGRESSO DE STRESS DA ISMA-BR, 21., 2021. **Anais [...]**. [S. l]: Isma, 2021. Disponível em: https://www.ismabrasil.com.br/ws/arquivos/virginia-carvalho_estressores-psicossociais-e-genero-em-relacao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

COHEN, S.; WILLS, T. A. Stress, social support, and the buffering hypothesis. **Psychological Bulletin**, v. 98, n. 2, p. 310-357, 1985.

COSTA, M. T. P.; BORGES, L. O.; BARROS, S. C. Condições de trabalho e saúde psíquica: um estudo em dois hospitais universitários. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, v. 15, n. 1, p. 43-58, jan./mar. 2015.

DELCOR, N. S. *et al.* Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/35.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ESTIVALETE, V. F. B. *et al.* Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. **Revista de Administração Unimep**, v. 14, n. 2, p. 31-56, 2016.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M. Impacto dos aspectos psicossociais do trabalho na qualidade de vida dos professores. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 15-20, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462009000100005. Acesso em: 01 ago. 2020.

FERREIRA, M. V. *et al.* Suporte no trabalho: a percepção de docentes do ensino técnico. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 3, n. 5, p. 33-49, 2014.

FERREIRA, P. Pesquisa mostra que 49% dos professores não recomendam a profissão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-mostra-que-49-dos-professores-nao-recomendam-profissao-22823861>. Acesso em: 14 set. 2019.

FERREIRA, R. C. *et al.* Transtorno mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 135-155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/743zZrR8y93TSdw4M9js3MJ/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FORTES, S. *et al.* Transtornos mentais comuns em Petrópolis-RJ: um desafio para integrar a saúde mental nas estratégias de atenção primária. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 33, n. 2, p. 150-156, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462011000200010. Acesso em: 11 jan. 2021.

FRANCISCO, W. C. **IDH no Brasil**. Brasil Escola, 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-idh-no-brasil.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRENCH, K. A. *et al.* A meta-analysis of work-family conflict and social support. **Psychological Bulletin**, v. 144, n. 3, p. 284-314, 2018. Disponível em: <https://psycnet-apa.ez37.periodicos.capes.gov.br/fulltext/2017-56125-001.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2679-2691, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/16.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GOMIDE JÚNIOR, S.; GUIMARÃES, L. C.; DAMÁSIO, L. F. Construção e validação da escala de percepção de suporte social no trabalho – EPSST. *In*: SIQUEIRA, M. M. M. (ed.). **Medidas de comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 286-292.

GOTTARDO, L. F. S.; FERREIRA, M. C. Suporte social, avaliações autorreferentes e bem-estar de profissionais de saúde. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 1, p. 146-160, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v67n1/11.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

GOUVEIA, V. V. *et al.* A utilização do QSG-12 na população geral: estudo de sua validade de construto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 241-248, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/whw9YmhzyhcTnS9ZLVBJ5sf/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Questionário de Saúde Geral (QSG-12): o efeito de itens negativos em sua estrutura fatorial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 375-384, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gF6zrHckVvh6j7JmmKxk6mx/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GRAY-STANLEY, J. A. *et al.* Work stress and depression among direct support professionals: the role of work support and locus of control. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 54, n. 8, p. 749-761, 2010.

HELOANI, J. R. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. *In*: MENDES, A. M. **Trabalho e saúde: o sujeito entre a emancipação e a servidão**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 153-168.

HIRSCHLE, A. L. T.; GONDIM, S. M. G. Estresse e bem-estar no trabalho: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2721-2736, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000702721&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2020.

HOFFMANN, C. *et al.* Psicodinâmica do trabalho e riscos de adoecimento no magistério superior. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 257-276, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n91/0103-4014-ea-31-91-0257.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HOUSE, J. S.; UMBERSON, D.; LANDIS, K. R. Structures and processes of social support. **Annual Review of Sociology**, v. 14, n. 1, p. 293-318, 1988.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 10, p. 2439-2461, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/19.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LASSANE, M. C.; SPARTA, M. A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4, n. 1/2, p. 13-19, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a03.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

LHUILIER, D. Introdução à psicossociologia do trabalho. **Caderno Psicologia, Sociedade, Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. esp. 1, p. 5-19, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17nspe/a03v17nspe.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

LIMA, M. E. A. L. Os problemas de saúde na categoria bancária: considerações acerca do estabelecimento do nexos causal. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 57-67, 2006.

LIMA, M. E. A.; BATISTA, M. A. As novas exigências de qualificação e a saúde no setor automotivo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 159-164, jun. 2003.

LOPES, H. L.; BARBOSA, S. C. Qualidade de vida profissional: o que mantém o bem-estar psíquico de bombeiros?. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 1002-1010, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n2/v20n2a06.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

LOPES, V. R. **O papel do suporte social no trabalho e da resiliência no aparecimento de *burnout***: um estudo com bombeiros militares. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 236-247, jul./set. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

NASCIMENTO SOBRINHO, C. L. *et al.* Condições de trabalho e saúde dos médicos em Salvador, Brasil. **Associação Médica Brasileira**, v. 52, n. 2, p. 97-102, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ramb/v52n2/a19v52n2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

NEVES, M. Y. R.; SILVA, E. S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100006. Acesso em: 22 dez. 2019.

NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 65-86, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n1/05.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração Online**, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2001.

PAPP, A. C.; COELHO, A.; GERBELLI, L. G. Estudo mostra que concentração de renda no Brasil pode ser quase o dobro da apurada pelos dados oficiais. **GloboNews**, 30 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/30/estudo-mostra-que-concentracao-de-renda-no-brasil-pode-ser-quase-o-dobro-da-apurada-pelos-dados-oficiais.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2020.

PENTEADO, R. Z.; SOUZA NETO, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/1984-0470-sausoc-28-01-135.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PORTO, L. A. *et al.* Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 818-826, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n5/ao-5230.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

REIS, E. J. F. B. *et al.* Docência e exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a12v27n94.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

REIS, E. J. F. B. *et al.* Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/21.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RODRIGUES, A. C.; SILVA, J. J. C.; SOUSA, N. S. Mudanças sociais e mal-estar docente: escola, passado e presente e novas exigências para os professores e professoras. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, p. 349-366, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8074/5798>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RODRIGUEZ, M. S.; COHEN, S. Social support. **Encyclopedia of Mental Health**, v. 27, p. 327-332, 1998.

SANTOS, E. G. A educação e as transformações na sociedade. **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-as-transformacoes-na-sociedade.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SANTOS, G. B. Os professores e seus mecanismos de fuga e enfrentamento. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 285-304, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v7n2/06.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SARRIERA, J.C.; SCHWARCZ, C.; CÂMARA, S. G. Bem-estar psicológico: análise fatorial da escala de Goldberg (GHQ-12) numa amostra de jovens. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 9, n. 2, p. 293-306, 1996.

SEEMAN, T. **Social support and social conflict**. 1998. Disponível em: <http://www.macses.ucsf.edu/research/psychosocial/socsupp.php>. Acesso em: 21 out. 2020.

SEMMER, N. K.; MEIER, L. L.; BEEHR, T. A. Aspectos sociais do trabalho: mensagens sociais diretas e indiretas que transmitem respeito ou desrespeito. In: ROSSI, A. N.; NEURS, J. A.; PERREWÉ, P. L. **Stress e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 15-34.

SERAFIM, A. C. et al. Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 3, p. 686-705, 2012.

SILVA, A. F.; SOUZA, A. L. L. Condições de trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 772-787, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/03.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso?. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n3/v23n3a11.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da escala de percepção de suporte social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 381-388, abr./jun. 2008.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JÚNIOR, S. Suporte no trabalho. *In*: SIQUEIRA, M. M. M. (org.). **Medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 277-288.

SORATTO, L; HECKLER, C. O. Os trabalhadores e seu trabalho. *In*: CODO, W. (org.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 89-110.

SOUZA, C. L. **Distúrbio vocal em professores da educação básica da cidade de Salvador**. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto da Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

TAMAYO, M. R.; TRÓCOLI, B. T. Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de *coping* no trabalho. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 37-46, 2002.

THOITS, P. A. Stress, coping, and social support processes: where are we? What next? **Journal of health and social behavior**, p. 53-79, 1995.

TOSTES, M. V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0087.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

UCHINO, B. N.; BOWEN, K.; KENT, R. Social Support and Mental Health. **Encyclopedia of Mental Health**, v. 2, p. 189-195, 2015.

VIANELLO, L.; ASSUNÇÃO, A. A.; GAMA, A. C. C. Estratégias implementadas para enfrentar as exigências vocais da sala de aula: o caso das professoras readaptadas por disfonia. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 163-170, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/6747/4879>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VISWESVARAN, C.; SANCHES, J. I.; FISHER, J. The role of social support in the processo of work stress: a meta-analysis. **Journal of Vocational Behavior**, v. 54, p. 314-334, 1999.

VITOR, R. R. R.; SANTOS, L. S. V. Relações entre saúde e trabalho docente em uma escola pública. **Revista de Teorias e Práticas Educacionais**, v. 3, n. 1, p. 18-27, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140510_132118.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

WAGNER, M. B. Medindo a ocorrência da doença: prevalência ou incidência? **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 157-62, abr. 1998. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54350>. Acesso em: 10 abr. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de trabalho, a saúde docente e o suporte social no trabalho no âmbito do ensino público são alvo de diversas pesquisas há décadas, sendo que a abordagem da temática ainda se faz necessária diante da não resolução efetiva dos problemas que a envolve. Assim, o presente trabalho visou analisar a relação entre condições de trabalho, percepção de suporte social e prevalência de transtornos mentais comuns e danos físicos entre os docentes da rede estadual de ensino na região Sul de Minas Gerais.

Nesse sentido, a relação entre as condições de trabalho (número de alunos por turma, carga horária semanal em sala de aula, número de escolas em que atua e contratação efetiva), com os TMC's, as dores no corpo e os distúrbios biológicos foi constatada, visto que os resultados demonstram a prevalência dos TMC's maior para os docentes que atuam em duas ou mais escolas, que têm vínculo efetivo e possuem número maior de alunos por turma; bem como a prevalência de dores no corpo maior para os docentes efetivos e com carga horária de trabalho semanal em sala de aula maior; e a prevalência dos distúrbios biológicos maior para os docentes com maior número de alunos por turma.

Sob outro enfoque, observou-se a relação entre a percepção do suporte social e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns entre os docentes, com a demonstração da influência da ausência do suporte social instrumental, emocional e informacional no desencadeamento dos agravos de saúde estudados e a capacidade preditiva do suporte social no adoecimento docente, em especial, dos TMC's. Delineando as relações, o suporte social instrumental apresentou potencial explicativo para os TMC's e dores no corpo; o suporte social emocional, para os TMC's e os distúrbios biológicos; e o suporte social informacional não apresentou potencial explicativo para o adoecimento docente.

A sobrecarga de trabalho, com acúmulo de turmas e excesso de alunos, associada aos esforços físicos despendidos, como tempo excessivo em pé, com postura inadequada; além da falta de estímulos na carreira docente, os baixos salários e ausência de autonomia nos processos educacionais, sem reconhecimento e apoio social adequados, são fatores que ainda vigoram no ambiente de ensino público.

A partir, portanto, da abordagem psicossociológica, pode-se demonstrar como as situações sociais reais dentre os docentes das escolas públicas da rede estadual atuantes na região Sul de Minas Gerais refletiram na saúde, contribuindo para refutar a lógica higienista de individualização e responsabilização do indivíduo na análise do processo saúde-doença-cuidado docente. Os resultados encontrados atingem relevância exponencial se considerada a

região do Brasil onde se desenvolveu a pesquisa, com condições socioeconômicas melhores que a maior parte do país, pressupondo existir maior afetação das condições de trabalho no adoecimento docente num contexto geral da população brasileira. Sob outro norte, considerando o expressivo número de discentes que frequentam a escola, conforme dados do Censo 2020, os levantamentos demonstram a relevância do tema, já que eventuais afastamentos decorrentes dos agravos de saúde ora estudados ou potencial queda de desempenho, afetam o ensino de parte expressiva dos jovens estudantes.

A pesquisa trouxe significativa contribuição ao realizar o levantamento justamente no início do ano letivo, após longo período de afastamento das salas de aula, o que possivelmente levou aos baixos percentuais de TMC's e danos físicos encontrados, contribuindo no sentido de demonstrar a continuidade dos referidos agravos mesmos após descanso prolongado, bem como alertar sobre a potencial possibilidade de aumento dos índices encontrados com a sobrecarga de trabalho decorrente do final do ano letivo. Destaca-se, ainda, que a maioria dos estudos objeto do levantamento bibliográfico se reportam ao final do ano letivo, trazendo dados para discussões futuras.

Além disso, a pesquisa corroborou outros estudos no campo da saúde ocupacional, que retratam como o processo saúde-doença docente envolve uma análise interdisciplinar, com olhar para aspectos ambientais, biológicos, físicos e sociais, considerando a centralidade do papel do trabalho na vida do indivíduo, não apenas como mecanismo de aferição de renda, mas como basilar para construção da identidade.

Sob outro enfoque, a pesquisa trouxe um novo olhar sobre o nexo causal entre trabalho e saúde docente, traçando paralelos associativos entre os agravos físicos e psíquicos às condições de trabalho e à ausência do suporte social, bem como auxiliando na visualização das questões do cotidiano docente que ainda precisam de atuação concreta para fins de promoção da saúde.

Todavia, é preciso reconhecer as limitações da pesquisa, como o corte transversal, que utiliza da participação apenas dos docentes em atividade à época da aplicação dos questionários, o que pode levar à subestimação dos resultados, visto que não abrange os docentes aposentados ou afastados que tendem a trazer perspectivas de agravamento de saúde, indicando a relevância na reavaliação da situação através de um estudo longitudinal, para que possa avançar na compreensão do adoecimento docente, considerando a relação entre as condições de trabalho, o suporte social no trabalho e o adoecimento docente ao longo do tempo. Outro fator, reside no fato de que a pesquisa se apoiou em levantamento quantitativo de informações, podendo estudos futuros se beneficiar de desenhos qualitativos que permitam complementar as informações

levantadas quantitativamente. Retrata-se, ainda, o fato da amostra ser do tipo não probabilística, por conveniência (acidental), definida por critério de acessibilidade, ou seja, de acordo com a disponibilidade dos pesquisados em participar do estudo, o que, apesar de dar maior facilidade operacional, não permite a generalização dos resultados para o conjunto da população. Além disso, destaco o fato do levantamento de carga horária semanal ter contemplado apenas o tempo em sala de aula, o que não considera a realidade docente, que envolve inúmeras atividades extraclasse.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para a área do comportamento organizacional, na medida em que revela novos indícios empíricos sobre o abalo na saúde mental dos docentes diante das condições de trabalho. Poderá, ainda, repercutir nas áreas de saúde e gestão, considerando-se os impactos na qualidade do trabalho, diante do absenteísmo, licenças, dificuldades de relacionamento interpessoal, falta de motivação, queda no desempenho. Além disso, a pesquisa pode favorecer também o debate sobre o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à saúde docente, bem como o avanço dos estudos sobre o tema.

Assim, com análise crítica dos processos que envolvem a atividade docente e comunicação interdisciplinar no sentido de promoção da saúde, com mudanças na organização do trabalho aptas a garantir um ambiente sadio, com preservação da qualidade de vida e garantindo o bem-estar e desenvolvimento das habilidades, poderão ser objeto de respaldo para subsidiar posturas públicas futuras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Violência nas escolas**: programa de prevenção à violência nas escolas. Rio de Janeiro: Flasco, 2014.

ALBUQUERQUE, G. S. C. *et al.* Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1.287-1.300, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v16n3/1678-1007-tes-1981-7746-sol00145.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ALVES, A. P. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns entre profissionais de saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 64-69, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/8150/12330>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ANDRADE, T. *et al.* Síndrome de *Burnout* e suporte social no trabalho: a percepção dos profissionais de enfermagem de hospitais públicos e privados. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 61, p. 231-251, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.

ARAÚJO T. M. *et al.* Fatores associados a alterações vocais em professoras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n 6, p. 1229-1238, 2008.

ARAÚJO, T. M. *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadoras de enfermagem. **Revista Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. 424-433, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n4/16776.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/07.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ARAÚJO, T. M.; PINHO; P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v35s1/1678-4464-csp-35-s1-e00087318.pdf> . Acesso em: 30 ago. 2019.

ASSUNÇÃO, A. A. **Ensinar em condições precárias**: efeitos sobre a saúde: relatório de estudo exploratório. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e mal-estar do trabalhador docente. *In: SEMINÁRIO REDESTRADO: NUEVAS REGULACIONES EM AMÉRICA LATINA*, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Agencia: UBA, 2008. Disponível em: http://estrado.fae.ufmg.br/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Ada%20Avila.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

AUGUSTO, M. H. Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 695-709, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BATISTA, A. S.; CODO, W. Crise de identidade e sofrimento. *In: CODO, W. (org.). Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 60-88.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. **Psychological Bulletin**, v. 117, n. 3, 497-529, 1995.

BEHLAU, M. *et al.* Epidemiology of voice disorders in teachers and nonteachers in Brazil: prevalence and adverse effects. **Journal of voice**, v. 26, n. 5, p. 665-669, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0892199711001664>. Acesso em: 10 set. 2019.

BERKMAN, L. F. The role of social relations in health promotion. **Psychosomatic Medicine**, v. 57, n. 3, p. 245-254, 1995. Disponível em: https://journals.lww.com/psychosomaticmedicine/Abstract/1995/05000/The_Role_of_Social_Relations_in_Health_Promotion.6.aspx. Acesso em: 10 fev. 2020.

BERKMAN, L. F. *et al.* Social integration and mortality: a prospective study of French employees of electricity of France-gas of France. **American Journal of Epidemiology**, v. 159, n. 2, p. 167-174, 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/aje/article/159/2/167/166374>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BERNARDO, K. A. S.; MAIA, F. L.; BRIDI, M. A. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, p. 8-39, 2020.

BIROLIM, M. M. *et al.* Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1255-1264, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000401255. Acesso em: 10 fev. 2020.

BISERRA, M. P. *et al.* Voz e trabalho: estudo dos condicionantes das mudanças a partir do discurso de docentes. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300966&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2020.

BOITO JUNIOR, A. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, p. 16-28, 2002. Disponível em: <https://www.oocities.org/textosdiversos/neosistemaeducacional.html>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BORGES, L. O.; ARGOLO, J. C. T. Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. **Avaliação psicológica**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 17-27, jun. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v1n1/v1n1a03.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BORGES, L. O.; BARBOSA, S. C.; GUIMARAES, L. A. M. (org.). **Psicologia do trabalho: temas contemporâneos**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BORGES, L. O.; GUIMARÃES, L. A. M.; SILVA, S. S. Diagnóstico e promoção da saúde psíquica no trabalho. *In*: BORGES, L. O.; MOURÃO, I. (org.). **O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 581-618.

BRANCO, J. C. *et al.* Prevalência de sintomas osteomusculares em professores de escolas públicas e privadas do ensino fundamental. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/nft7s8Jy3fZncQ6Wyv7JNHp/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliações da aprendizagem**. 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2017**. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Piso salarial do magistério é reajustado a partir de janeiro**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=72571>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo técnico: censo da educação superior 2015**. 2. ed. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016: 1º boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de atenção básica nº 41: saúde do trabalhador e da trabalhadora**. Brasília, DF: 2018c. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_trabalhadora.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de atenção básica nº 5: saúde do trabalhador**. Brasília, DF: 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2017. 2017a.

BRITO, J. *et al.* Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. **Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 24, n. 2, p. 589-605, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00589.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRUM, L. M. *et al.* Qualidade de vida dos professores da área de ciências em escola pública no Rio Grande do Sul. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 125-145, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CAMARGO, D. A.; FONTES, A. P.; OLIVEIRA, J. I. Diagnóstico das LER/DORT e saúde mental. In: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. (org.). **Série saúde mental e trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 145-160.

CAMPOS, S. A. P.; ESTIVALETE, V. F. B. O trabalho de quem ensina: suporte social, suporte organizacional e comprometimento. **Revista Alcance**, v. 20, n. 1, p. 58-78, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748343005.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAUJO, T. M. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação**, v. 25, n. 03, p. 745-768, nov. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Transtornos_mentais_comuns_em_docentes_do_ensino_s.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CANÁRIO, R. A escola: das promessas às incertezas. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 73-81, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5309>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CANAVARRO, M. C. et al. Qualidade de vida e saúde: aplicações do WHOQOL. **Alicerces**, v. 3, n. 3, p. 243-68, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/770>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARDOSO, A. M. Doenças e disfunções ocupacionais ligadas à prática docente: causas e consequências. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 4, n. 2, p. 26-34, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4a78/1f39c21070e00ea69181eadf90f009f45510.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARDOSO, J. P. et al. Prevalência de dor musculoesquelética em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, v. 4, p. 604-614, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2009.v12n4/604-614/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de *burnout* e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v22n5/14.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

CARVALHO, V.; SANTOS, V. R. Estressores psicossociais e gênero em relação com transtornos mentais comuns e danos físicos relacionados ao trabalho docente. In: CONGRESSO DE STRESS DA ISMA-BR, 21., 2021. **Anais [...]**. [S. l]: Isma, 2021. Disponível em: https://www.ismabrasil.com.br/ws/arquivos/virginia-carvalho_estressores-psicossociais-e-genero-em-relacao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

CEBALLOS, A. G. C.; SANTOS, G. B. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p. 702-715, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tSNM7hmV8zYYgFsdhZMMcj/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CHOI-CARDIM, K.; BEHLAU, M.; ZAMBON, F. Sintomas vocais e perfil de professores em um programa de saúde vocal. **Revista CEFAC** [online], v. 12, n. 5, p. 811-819, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462010000500013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

CIELO, C. A. *et al.* Perfil vocal, ocupacional e de saúde geral de docentes de Santa Maria/RS. **Revista CEFAC** [online], v. 18, n. 3, p. 635-648, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v18n3/1982-0216-rcefac-18-03-00635.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CODO, W. (org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

COHEN, S.; WILLS, T. A. Stress, social support, and the buffering hypothesis. **Psychological Bulletin**, v. 98, n. 2, p. 310-357, 1985.

CORTEZ, P. A. *et al.* A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n1/1414-462X-cadsc-1414-462X201700010001.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

COSTA, M. T. P.; BORGES, L. O.; BARROS, S. C. Condições de trabalho e saúde psíquica: um estudo em dois hospitais universitários. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, v. 15, n. 1, p. 43-58, jan./mar. 2015.

CRISTALDO, H. **Censo escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico**. Agência Brasil, Brasília, DF, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico#>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DELCOR, N. S. *et al.* Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/35.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática de literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25302/19800>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ESQUINSANI, R. S. S.; DAMETTO, J. 30 anos do princípio de Gestão Democrática do ensino: o que temos para celebrar?. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 17, p. 1-14, 2018.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

ESTIVALETE, V. F. B. et al. Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. **Revista de Administração Unimep**, v. 14, n. 2, p. 31-56, 2016.

FACAS, E. P. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho**: contribuições da psicodinâmica do trabalho. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15420>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M. Impacto dos aspectos psicossociais do trabalho na qualidade de vida dos professores. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 15-20, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462009000100005. Acesso em: 01 ago. 2020.

FERREIRA, M. V. *et al.* Suporte no trabalho: a percepção de docentes do ensino técnico. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 3, n. 5, p. 33-49, 2014.

FERREIRA, P. Pesquisa mostra que 49% dos professores não recomendam a profissão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-mostra-que-49-dos-professores-nao-recomendam-profissao-22823861>. Acesso em: 14 set. 2019.

FERREIRA, R. C. *et al.* Transtorno mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 135-155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/743zZrR8y93TSdw4M9js3MJ/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FORTES, S. *et al.* Transtornos mentais comuns em Petrópolis-RJ: um desafio para integrar a saúde mental nas estratégias de atenção primária. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 33, n. 2, p. 150-156, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462011000200010. Acesso em: 11 jan. 2021.

FRANCISCO, W. C. **IDH no Brasil**. Brasil Escola, 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-idh-no-brasil.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRENCH, K. A. *et al.* A meta-analysis of work-family conflict and social support. **Psychological Bulletin**, v. 144, n. 3, p. 284-314, 2018. Disponível em: <https://psycnet-apa.ez37.periodicos.capes.gov.br/fulltext/2017-56125-001.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-99, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2679-2691, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/16.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GOES, R. L. **Percepção de professores sobre voz no trabalho**. 2020. 79 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

GOMES, L. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5219/2/463.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades do trabalho docente e a sua relação com a saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 49-62, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100005. Acesso em: 22 de dez. 2019.

GOMES, V. A. F. M.; NUNES, C. M. F.; PADUA, K. C. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, n. 255, p. 277-296, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v100n255/2176-6681-rbeped-100-255-277.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOMIDE JÚNIOR, S.; GUIMARÃES, L. C.; DAMÁSIO, L. F. Construção e validação da escala de percepção de suporte social no trabalho – EPSST. In: SIQUEIRA, M. M. M. (ed.). **Medidas de comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 286-292.

GOTTARDO, L. F. S.; FERREIRA, M. C. Suporte social, avaliações autorreferentes e bem-estar de profissionais de saúde. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 1, p. 146-160, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v67n1/11.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

GOUVEIA, V. V. *et al.* A utilização do QSG-12 na população geral: estudo de sua validade de construto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 241-248, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/whw9YmhzyhcTnS9ZLVBj5sf/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Questionário de Saúde Geral (QSG-12): o efeito de itens negativos em sua estrutura fatorial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 375-384, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gF6zrHckVvh6j7JmmKxk6mx/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GRAY-STANLEY, J. A. *et al.* Work stress and depression among direct support professionals: the role of work support and locus of control. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 54, n. 8, p. 749-761, 2010.

GUIRADO, G. M. P.; PEREIRA, N. M. P. Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para determinação dos sintomas físicos e psicoemocionais em funcionários de uma indústria metalúrgica do Vale do Paraíba/SP. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 92-98, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/jZgpygMZKXZtqzM53BLYGqR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HELOANI, J. R. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In: MENDES, A. M. **Trabalho e saúde: o sujeito entre a emancipação e a servidão**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 153-168.

HIRSCHLE, A. L. T.; GONDIM, S. M. G. Estresse e bem-estar no trabalho: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2721-2736, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000702721&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2020.

HOFFMANN, C. *et al.* Psicodinâmica do trabalho e riscos de adoecimento no magistério superior. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 257-276, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n91/0103-4014-ea-31-91-0257.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HOUSE, J. S.; UMBERSON, D.; LANDIS, K. R. Structures and processes of social support. **Annual Review of Sociology**, v. 14, n. 1, p. 293-318, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de**

Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tres-coracoes/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 16 set. 2019.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 10, p. 2439-2461, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/19.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

KARMAN, D. F.; SELMA, L. Professor: intensificação do trabalho e o uso da voz. **Communication Research**, v. 18, n. 3, p. 162-170, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/acr/v18n3/a05v18n3.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LASSANE, M. C.; SPARTA, M. A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4, n. 1/2, p. 13-19, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a03.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

LHUILIER, D. Introdução à psicossociologia do trabalho. **Caderno Psicologia, Sociedade, Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. esp. 1, p. 5-19, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17nspe/a03v17nspe.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

LIMA, M. E. A. L. Os problemas de saúde na categoria bancária: considerações acerca do estabelecimento do nexos causal. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 57-67, 2006.

LIMA, M. E. A.; BATISTA, M. A. As novas exigências de qualificação e a saúde no setor automotivo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 159-164, jun. 2003.

LIMOEIRO, F. M. H. Comparação da ocorrência de sinais e sintomas de alteração vocal e de desconforto no trato vocal em professores de diferentes níveis de ensino. **CoDAS [online]**, v. 31, n. 2, p. 1-8, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/codas/v31n2/2317-1782-codas-31-2-e20180115.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LOPES, H. L.; BARBOSA, S. C. Qualidade de vida profissional: o que mantém o bem-estar psíquico de bombeiros?. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 1002-1010, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n2/v20n2a06.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

LOPES, L. M. S. **Suporte social e qualidade de vida a satisfação do suporte social e a qualidade de vida nos doentes de internamento da unidade hospitalar de Bragança**. 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Saúde) – Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62259/4/DissertaoLuciaLopes.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

LOPES, V. R. **O papel do suporte social no trabalho e da resiliência no aparecimento de *burnout***: um estudo com bombeiros militares. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

LUDKE, M., BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

LUZ, J. G. *et al.* Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, Rio de Janeiro, dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n12/1413-8123-csc-24-12-4621.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MACEDO, L.; BUCHELE, H. F.; BRZOZOWSKI, F. S. Considerações sobre autonomia e promoção da saúde. **Physis: revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 605-620, jul. 2012.

MACHADO, L. C.; LIMONGI, J. E. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 17, n. 3, p. 325-334, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v17n3a06.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MARCO, P. F. *et al.* O impacto do trabalho em saúde mental: transtornos psiquiátricos menores, qualidade de vida e satisfação profissional. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 78-183, 2008.

MELO, S. D. G.; CIRILO, P. R.; PINTO, S. N. S. O ensino médio e o trabalho docente: características de Minas Gerais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 10, n. 17, p. 102-129, 2016. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/download/3878/269>. Acesso em: 11 set. 2019.

MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDONÇA, H. *et al.* Saúde, qualidade de vida e bem-estar: limites e interfaces teórico-metodológicas. In: FERREIRA, M. C.; MENDONÇA, H. **Saúde e bem-estar no trabalho**: dimensões individuais e culturais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 11-33.

MINAS GERAIS. Para professores, diário escolar digital fracassou: ferramenta, que deveria aprimorar e facilitar o trabalho docente, teria se tornado fonte de adoecimento nas escolas. **Assembleia Legislativa**, Minas Gerais, 12 ago. 2019. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/08/12_audiencia_educacao_diario_escolar_digital.html. Acesso em: 28 set. 2019.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 236-247, jul./set. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MOSELLI, L. D. L.; ASSUNÇÃO, A. A.; MEDEIROS, A. M. Absenteísmo por distúrbios de voz em professores: revisão de literatura, 2005-2015. **Distúrbios da Comunicação**, v. 29, n. 3, p. 579-587, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/30366/23767>. Acesso em: 13 jan. 2020.

NASCIMENTO SOBRINHO, C. L. *et al.* Condições de trabalho e saúde dos médicos em Salvador, Brasil. **Associação Médica Brasileira**, v. 52, n. 2, p. 97-102, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ramb/v52n2/a19v52n2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

NETO, W. A. F.; BENFATTI, E. F. S. S. Uma construção da gestão no âmbito escolar. In: PIMENTA, C. A. M.; MELLO, A. S. (org.). **Meandros da gestão pública**. Florianópolis: Premier, 2011.

NEVES, M. Y. R.; SILVA, E. S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100006. Acesso em: 22 dez. 2019.

NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Educação e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 65-86, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n1/05.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a11n44.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração Online**, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Recomendação da OIT/UNESCO de 1966, relativa à situação do pessoal docente**. Gênova: Unesco: OIT, 2008. Disponível em: <http://internacional.ipvc.pt/sites/default/files/160495POR.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PAPP, A. C.; COELHO, A.; GERBELLI, L. G. Estudo mostra que concentração de renda no Brasil pode ser quase o dobro da apurada pelos dados oficiais. **GloboNews**, 30 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/30/estudo-mostra-que->

concentracao-de-renda-no-brasil-pode-ser-quase-o-dobro-da-apurada-pelos-dados-oficiais.ghhtml. Acesso em: 16 fev. 2020.

PASSOS, M. O trabalho docente como organização profissional em Minas Gerais: identidade e socialização (1889-1980). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2019, Sergipe. **Anais [...]**. Sergipe: Universidade Tiradentes; Universidade Federal de Sergipe, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/229.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

PAULA, F. F. S. de. **Transtorno mental comum e qualidade de vida**: estudo da prevalência nas mulheres residentes na cidade de Uberaba-MG, 2014. 75 f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

PENTEADO, R. Z.; SOUZA NETO, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/1984-0470-sausoc-28-01-135.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEREIRA, É. F. *et al.* Qualidade de vida e saúde dos professores de educação básica: discussão do tema e revisão de investigações. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 2, p. 100-107, 2009.

PINTO, M. F. N.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. O trabalho docente na educação infantil em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 611-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

PORTO, L. A. *et al.* Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 818-826, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n5/ao-5230.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

QUADROS, L. C. M. *et al.* Transtornos mentais comuns e fatores contemporâneos: coorte de nascimentos de 1982. **Revista Brasileira Enfermagem**, v. 73, n. 1, p. 1-7, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n1/pt_0034-7167-reben-73-01-e20180162.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

REIS, E. J. F. B. *et al.* Docência e exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a12v27n94.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

REIS, E. J. F. B. *et al.* Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/21.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RODRIGUES, A. C.; SILVA, J. J. C.; SOUSA, N. S. Mudanças sociais e mal-estar docente: escola, passado e presente e novas exigências para os professores e professoras. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, p. 349-366, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8074/5798>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RODRIGUEZ, M. S.; COHEN, S. Social support. **Encyclopedia of Mental Health**, v. 27, p. 327-332, 1998.

ROSSI, B. *et al.* Fatores associados à disfonia crônica autorreferida por professoras. **Revista Online de Pesquisa**, v. 11, n. esp., p. 411-416, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d4f0/796e7c60bf708a637410560dcf68ee422ab7.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ROY, N. *et al.* Three treatments for teachers with voice disorders: a randomized clinical trial. **Journal of Speech, Language and Hearing Research**, Rockville, v. 46, n. 3, p. 670-688, 2003. Disponível em: <https://pubs.asha.org/doi/abs/10.1044/1092-4388%282003/053%29>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SÁ JÚNIOR, A. R.; WANG, Y. P. Questionário de saúde geral de Goldberg (QSG). In: GORENSTEIN, C.; WANG, Y.P.; HUNGERBUHLER, I. **Instrumentos de avaliação em saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p.77-82.

SANCHEZ, H. M. *et al.* Incidência de dor musculoesquelética em docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 66-75, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17667>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANTOS, D. A. S. **Estresse ocupacional e transtornos mentais comuns entre professores universitários**. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

SANTOS, E. G. A educação e as transformações na sociedade. **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-educacao-as-transformacoes-na-sociedade.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SANTOS, E. G.; SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010.

SANTOS, G. B. Os professores e seus mecanismos de fuga e enfrentamento. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 285-304, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v7n2/06.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SARRIERA, J.C.; SCHWARCZ, C.; CÂMARA, S. G. Bem-estar psicológico: análise fatorial da escala de Goldberg (GHQ-12) numa amostra de jovens. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 9, n. 2, p. 293-306, 1996.

SEEMAN, T. **Social support and social conflict**. 1998. Disponível em: <http://www.macses.ucsf.edu/research/psychosocial/socsupp.php>. Acesso em: 21 out. 2020.

SEGRE, M. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 1, n. 5, p. 538-42, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SEMMER, N. K.; MEIER, L. L.; BEEHR, T. A. Aspectos sociais do trabalho: mensagens sociais diretas e indiretas que transmitem respeito ou desrespeito. In: ROSSI, A. N.; NEURS, J. A.; PERREWÉ, P. L. **Stress e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 15-34.

SERAFIM, A. C. et al. Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 3, p. 686-705, 2012.

SILVA, A. F.; SOUZA, A. L. L. Condições de trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 772-787, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/03.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, E. F. *et al.* A promoção da saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experiência com trabalhadores de escolas públicas. **Interface: comunicação Saúde e Educação**, v. 13, n. 30, p. 107-19, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v13n30/v13n30a10.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SILVA, J. P. **Quando o trabalho invade a vida**: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo. 2018. 521 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, S. S. L. Principais patologias laríngeas em professores. **Distúrbios da Comunicação**, v. 30, n. 4, p. 767-775, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/36559/27296>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SILVA, V. L. **Condições de trabalho**: presenteísmo e absenteísmo em professores da rede pública. 2017. 145 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso?. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n3/v23n3a11.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da escala de percepção de suporte social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 381-388, abr./jun. 2008.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JÚNIOR, S. Suporte no trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. (org.). **Medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 277-288.

SORATTO, L; HECKLER, C. O. Os trabalhadores e seu trabalho. In: CODO, W. (org.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 89-110.

SOUZA, C. L. **Distúrbio vocal em professores da educação básica da cidade de Salvador**. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto da Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, C. L. *et al.* Fatores associados a patologias de pregas vocais em professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 5, p. 914-921, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n5/2432.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SOUZA, J. L. O que é? IDH. **Ipea**: desafios do desenvolvimento, Brasília, DF, ano 5, ed. 39, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 16 set. 2019.

STEEL, Z. *et al.* The global prevalence of common mental disorders: a systematic review and meta-analysis 1980-2013. **International Journal of Epidemiology**, v. 43, n. 2, p. 476-493, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/ije/article/43/2/476/2901736?login=true>. Acesso em: 16 set. 2019.

TAMAYO, M. R.; TRÓCOLI, B. T. Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de *coping* no trabalho. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 37-46, 2002.

THOITS, P. A. Stress, coping, and social support processes: where are we? What next? **Journal of health and social behavior**, p. 53-79, 1995.

TOSTES, M. V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0087.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

UCHINO, B. N.; BOWEN, K.; KENT, R. Social Support and Mental Health. **Encyclopedia of Mental Health**, v. 2, p. 189-195, 2015.

UCHÔA, P. F.; MORAES, L. R. S. Abordagem teórico-prática sobre as condições ambientais e laborais de uma escola da rede municipal de Salvador-Bahia. *In*: FERNANDES, R. C. P.; LIMA, M. A. G.; ARAÚJO, T. M. **Tópicos em saúde, ambiente e trabalho**: um olhar ampliado. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 209-238. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/9v294/pdf/fernandes-9786556300122-11.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ULHÔA, M. A. *et al.* Distúrbios psíquicos menores e condições de trabalho em motoristas de caminhão. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 6, p. 1130-1136, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n6/1631.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VALLE, L. E. R. **Estresse e distúrbios do sono no desempenho de professores**: saúde mental no trabalho. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VALLE, L. E. R.; REIMÃO, R.; MALVEZZI, S. Reflexões sobre psicopedagogia, estresse e distúrbios do sono do professor. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 87, p. 237-245, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n87/04.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

VIANELLO, L.; ASSUNÇÃO, A. A.; GAMA, A. C. C. Estratégias implementadas para enfrentar as exigências vocais da sala de aula: o caso das professoras readaptadas por disfonia. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 163-170, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/6747/4879>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VISWESVARAN, C.; SANCHES, J. I.; FISHER, J. The role of social support in the processo of work stress: a meta-analysis. **Journal of Vocational Behavior**, v. 54, p. 314-334, 1999.

VITOR, R. R. R.; SANTOS, L. S. V. Relações entre saúde e trabalho docente em uma escola pública. **Revista de Teorias e Práticas Educacionais**, v. 3, n. 1, p. 18-27, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140510_132118.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

WAGNER, M. B. Medindo a ocorrência da doença: prevalência ou incidência? **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 74, n. 2, p. 157-62, abr. 1998. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54350>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Social determinants of mental health**. Geneva: World Health Organization; Calouste Gulbenkian Foundation, 2014.

ANEXO A - Formulário sociodemográfico e laboral**FORMULÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO E LABORAL****1. Idade:**

- ☐ Até 21 anos. ☐ De 22 a 30 anos. ☐ De 31 a 40 anos.
☐ De 41 a 50 anos. ☐ De 51 a 60 anos. ☐ Acima de 60 anos.

2. Sexo:

- ☐ Masculino ☐ Feminino

3. Estado Civil:

- ☐ Casado(a) ☐ Solteiro(a) ☐ Vivendo com outra pessoa
☐ Viúvo(a) ☐ Divorciado(a)/Separado(a) ☐ Divorciado(a) e vivendo com outra pessoa

4. Renda

- ☐ de 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998, 00 a R\$ 2994,00)
☐ de 3 a 5 salários mínimos (de R\$ 2994,01 a R\$ 4990, 00)
☐ de 5 a 7 salários mínimos (de R\$ 4990,01 a R\$ 6986,00)
☐ de 7 a 9 salários mínimos (de R\$ 6986,01 a R\$ 8982, 00)
☐ mais de 9 salários mínimos (acima de R\$ 8982,00)

5. Nível de escolaridade

- ☐ Ensino Médio ☐ Ensino superior (graduação) ☐ Especialização
☐ Mestrado ☐ Doutorado

6. Estuda atualmente? Se sim, favor especificar o nome do curso e também a modalidade (graduação, mestrado, doutorado ou especialização)

- ☐ Não ☐ Sim. Especifique: _____

7. Tempo total de serviço como Docente: _____**8. Tempo de serviço como Docente nessa escola: _____**

9. Tipo de vínculo empregatício nessa escola:

() Efetivo () Contratado () Outro:

Especifique _____

10. Níveis de ensino em que trabalha nessa escola (Caso atue em mais de um, assinalar):

() Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano () Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano

() Ensino Médio

11. Número médio de alunos nas turmas com as quais você tem trabalhado nessa escola: _____**12. Número de escolas em que atua no momento (caso atue em mais de uma, assinalar):**

() Escola pública da rede estadual () Escola pública da rede municipal () Escola da rede privada de ensino

13. Níveis de ensino em que trabalha em outras escolas (Caso atue em mais de um, assinalar):

() Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano () Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano

() Ensino Médio () Não atuo em outras escolas

14. Carga horária total de trabalho por semana em sala de aula nos últimos seis meses (incluindo todas as escolas em que você tem atuado): _____

ANEXO B - Escala de avaliação dos danos físicos relacionados ao trabalho

ESCALA DE AVALIAÇÃO DOS DANOS RELACIONADOS AO TRABALHO

Os itens a seguir tratam dos tipos de *problemas físicos que você avalia como causados, essencialmente, pelo seu trabalho*. Marque o número que melhor corresponde à frequência com a qual eles estiveram presentes na sua vida nos últimos seis meses.

0 Nenhuma vez	1 Uma vez	2 Duas vezes	3 Três vezes	4 Quatro vezes	5 Cinco Vezes	6 Seis ou mais vezes				
01. Dores no corpo				0	1	2	3	4	5	6
02. Dores nos braços				0	1	2	3	4	5	6
03. Dor na cabeça				0	1	2	3	4	5	6
04. Distúrbios respiratórios				0	1	2	3	4	5	6
05. Distúrbios digestivos				0	1	2	3	4	5	6
06. Dores nas costas				0	1	2	3	4	5	6
07. Distúrbios auditivos				0	1	2	3	4	5	6
08. Alterações de apetite				0	1	2	3	4	5	6
09. Distúrbios na visão				0	1	2	3	4	5	6
10. Alterações do sono				0	1	2	3	4	5	6
11. Dores nas pernas				0	1	2	3	4	5	6
12. Distúrbios circulatórios				0	1	2	3	4	5	6
13. Problemas vocais				0	1	2	3	4	5	6
14. Problemas cardiovasculares				0	1	2	3	4	5	6

Você experimentou algum outro tipo de sintoma ou problema de saúde nos últimos seis meses?

() Não () Sim. Qual? _____

ANEXO C - Questionário de Saúde Geral (QSG-12)**QUESTIONÁRIO DE SAÚDE GERAL – QSG12**

Agora, gostaríamos de saber se você tem tido algumas dificuldades com relação às questões listadas abaixo nos últimos meses. Por favor, responda a todas as perguntas simplesmente sublinhando as respostas que, em sua opinião, mais se aproximam ao que sente ou tem sentido. Lembre que queremos conhecer os problemas recentes e atuais, não os que ocorreram no passado.

ULTIMAMENTE:**1- Você tem conseguido se concentrar bem naquilo que faz?**

- 0- Melhor que o de costume 1-Igual ao de costume 2-Menos que o de costume
3-Muito menos que o de costume

2- Você tem perdido o sono frequentemente por causa das suas preocupações?

- 0-Não, de modo algum 1-Não mais que o de costume 2-Mais que o de costume
3-Muito mais que o de costume

3- Você tem sentido que está desempenhando um papel útil na vida ?

- 0-Mais útil que o de costume 1-Igual ao de costume 2-Menos útil que o de costume
3-Muito menos que o de costume

4- Você tem se sentido capaz de tomar decisões?

- 0-Mais que o de costume 1- Igual ao de costume 2-Menos que o de costume
3-Muito menos que o de costume

5- Você tem se sentido constantemente esgotado e sobtensão?

- 0-Não, de modo algum 1-Não mais que o de costume 2-Mais que o de costume
3-Muito mais que o de costume

6- Você tem tido a sensação de que não pode superar suas dificuldades?

- 0-Não, de modo algum 1-Não mais que o de costume 2-Mais que o de costume
3-Muito mais que o de costume

7- Você tem realizado com satisfação suas atividades normais do dia-a-dia ?

0-Mais que o de costume 1- Igual ao de costume 2-Menos que o de costume
3-Muito menos que o de costume

8- Você tem sido capaz de enfrentar seus problemas adequadamente?

0-Mais capaz que o de costume 1- Igual ao de costume 2- Menos capaz que o de costume
3-Muito menos capaz que o de costume

9- Você tem se sentido infeliz e deprimido ?

0-Não, de modo algum 1-Não mais que o de costume 2-Mais que o de costume
3-Muito mais que o de costume

10- Você tem perdido a confiança em si mesmo ?

0-Não, de modo algum 1-Não mais que o de costume 2-Mais que o de costume
3-Muito mais que o de costume

11- Você tem pensado que é uma pessoa inútil ?

0-Não, de modo algum 1-Não mais que o de costume 2-Mais que o de costume
3-Muito mais que o de costume

12- Você se sente razoavelmente feliz, considerando todas as circunstâncias ?

0-Mais que o de costume 1- Igual ao de costume 2-Menos que o de costume
3-Muito menos que de costume

ANEXO D - Escala de avaliação da percepção do suporte social no trabalho

ESCALA DE PERCEPÇÃO DE SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO – EPSST

Abaixo estão listados vários itens a respeito de como as pessoas percebem ou sentem o ambiente de trabalho em que estão envolvidas. Para expressar sua opinião, utilize o código abaixo, anotando à frente de cada frase aquele código que melhor expressa sua opinião.

1 = Discordo totalmente 2 = Apenas discordo 3 = Apenas concordo 4 = Concordo totalmente

Na organização onde eu trabalho...

- () ... as pessoas gostam umas das outras.
- () ... as pessoas podem compartilhar umas com as outras seus problemas pessoais.
- () ... as pessoas são amigas umas das outras.
- () ... os equipamentos estão sempre em boas condições de uso.
- () ... pode-se confiar nas pessoas.
- () ... pode-se confiar nos superiores.
- () ... as informações circulam claramente entre os setores da organização.
- () ... as pessoas são informadas sobre as decisões que envolvem o trabalho que realizam.
- () ... há facilidade de acesso às informações importantes.
- () ... os funcionários têm os equipamentos necessários para desempenharem suas tarefas.
- () ... são pagos salários compatíveis aos esforços dos trabalhadores.
- () ... as pessoas se preocupam umas com as outras.
- () ... as informações importantes para o trabalho são repassadas com agilidade.
- () ... os superiores compartilham as informações importantes com os funcionários.
- () ... as informações importantes para o trabalho são compartilhadas por todos.